



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 133

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 2016

ANO V



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA Capa

TAQUIGRAFIA

ATA DA 35ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA.

Em 02 de agosto de 2016

Presidência do Sr.
EDSON MARTINS-1º Vice-Presidente

Secretariado pelo Sr.
LEBRÃO-1º Secretário

(ÀS 15 horas e 06 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (PRB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Hermínio Coelho (PDT), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lázinho da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Cleiton Roque (PSB), Glaucione (PSDC), Jean Oliveira (PMDB) e Rosângela Donadon (PMDB).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Havendo número legal sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta 35ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda a leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede a leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observação dou-a por aprovada.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda a leitura do Expediente recebido.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede a leitura dos Expedientes recebidos.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 141/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei Complementar que “Dá nova redação ao Parágrafo único. do artigo 11, da Lei Complementar nº 215, de 19 de julho de 1999, que ‘Cria a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON’”.

02 – Mensagem nº 142/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 539.186,00, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento da Polícia Militar do Estado – FUMRESPOM”.

03 – Mensagem nº 143/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 845.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Instituto de Pesos e Medidas – IPEM”.

04 – Mensagem nº 144/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 2.268.245,39, em favor da Unidade Orçamentária: Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN”.

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

05 - Mensagem nº 145/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Incorpora o vencimento (incorporação) esculpido na rubrica 073 ao vencimento dos Engenheiros Agrimensor, Civil, Eletricista, Florestal, Ambiental, Sanitarista, Industrial, Mecânico, Químico, de Segurança do Trabalho, de Operação, de Pesca, de Alimentos, Agrônomo e Agrícola, de Minas, e aos Geólogos, Geógrafos, Meteorologistas, e Arquitetos, da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, que possuam ou não Quadro Próprio de Pessoal”.

06 - Mensagem nº 146/2016 – Poder Executivo, solicitando que seja retirado de tramitação o Projeto de Lei Complementar que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 366, de 6 de fevereiro de 2007, e altera e acrescenta dispositivos às Leis Complementares nº 826, de 9 de julho de 2015, e nº 827, de 15 de julho de 2015”.

07 - Mensagem nº 147/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Altera a redação do artigo 1º e revoga o Parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 3.656, de 2015 que ‘Institui o Dia do Policial Militar e do Bombeiro Militar da Reserva Remunerada ou Reformado, no âmbito do Estado de Rondônia’”.

08 - Mensagem nº 148/2016 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Dispõe sobre a instalação de fraldários em estabelecimentos e espaços públicos e privados de grande porte e de grande circulação e dá outras providências”.

09 - Mensagem nº 149/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 813.025,26, em favor da Unidade Orçamentária: Superintendência Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer – SEJUCEL”.

10 - Mensagem nº 150/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Institui o Dia Estadual de Limpeza e Conservação das Lagoas, Igarapés e Rios de Rondônia”.

11 - Mensagem nº 151/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o montante de R\$ 22.553.533,70, em favor das Unidades Orçamentárias: Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, Fundo para Infraestrutura de Transporte e Habitação – FITHA, Polícia Militar – PM, Superintendência Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer – SEJUCEL, e Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER”.

12 - Mensagem nº 152/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Altera a redação do § 2º, do artigo 84-A, da Lei Complementar nº 432, de 3 de março de 2008”.

13 - Mensagem nº 153/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 1.600.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Penitenciário – FUPEN”.

14 - Mensagem nº 154/2016 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 700.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Junta Comercial do Estado de Rondônia – JUCER”.

15 – Ofício nº 3280/2016 – DER, encaminhando resposta ao Requerimento nº 665/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

16 – Ofício nº 1104/2016 – AGEVISA, encaminhando resposta ao Requerimento nº 637/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

17 – Ofício nº 2463/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 630/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

18 – Ofício nº 2490/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 656/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

19 – Ofício nº 1145/2016 – SESDEC, encaminhando resposta ao Requerimento nº 641/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

20 – Ofício nº 2738/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 649/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

21 – Ofício nº 2735/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 661/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

22 – Ofício nº 2740/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 651/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

23 – Ofício nº 2739/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 652/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

24 – Ofício nº 2737/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 654/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

25 – Ofício nº 2736/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 653/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

26 – Ofício nº 2644/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 658/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

27 – Ofício nº 2643/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 659/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

28 – Ofício nº 2634/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 660/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

29 – Ofício nº 2624/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 652/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

30 – Ofício nº 2623/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 653/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

31 – Ofício nº 2622/2016 – DITEL, encaminhando resposta ao Requerimento nº 657/16, de autoria do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

32 – Ofício nº 2470/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2270/16, de autoria do Senhor Deputado Léo Moraes.

33 – Ofício nº 5840/2016 – SEDUC, encaminhando resposta ao Requerimento nº 635/16, de autoria do Senhor Deputado Aécio da TV.

34 – Ofício nº 1836/2016 – IPERON, encaminhando resposta ao Requerimento nº 642/16, de autoria da Senhora Deputada Lúcia Tereza.

35 – Ofício nº 2458/2016 – DITEL, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nº 2343, 2356 e 2357/16, de autoria do Senhor Deputado Aécio da TV.

36 – Ofício nº 2460/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2346/16, de autoria do Senhor Deputado Aécio da TV.

37 – Ofício nº 2466/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2387/16, de autoria do Senhor Deputado Aécio da TV.

38 – Ofício nº 2469/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2345/16, de autoria do Senhor Deputado Aécio da TV.

39 – Ofício nº 2467/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2376/16, de autoria do Senhor Deputado Só na Bença.

40 – Ofício nº 2462/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2329/16, de autoria do Senhor Deputado Dr. Neidson.

41 – Ofício nº 2409/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2360/16, de autoria do Senhor Deputado Jean Oliveira.

42 – Ofício nº 2461/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2339/16, de autoria do Senhor Deputado Jean Oliveira.

43 – Ofício nº 2406/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2362/16, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Roque.

44 – Ofício nº 2459/2016 – DITEL, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nº 2364 e 2363/16, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Roque.

45 – Ofício nº 2410/2016 – DITEL, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 2344/16, de autoria do Senhor Deputado Lazinho da Fetagro.

46 – Ofício 0468/2016 – Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Relatório de Atividades do TCE-RO – 2º Trimestre 2016.

47 – Ofício 430/2016 – Câmara Municipal de Mauá – SP, encaminhando exemplar da Moção nº 48/16, de autoria do Vereador Manoel Lopes dos Santos.

48 – Ofício nº 00860/2016 – Tribunal de Contas do Estado, encaminhando para conhecimento em razão da relevância da matéria “Parecer prévio PPL-TC00011/2016”.

49 – Ofício nº 00887/2016 – Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Acórdão APL-TC 00202/2016 e Parecer Prévio nº 0014/2016, comunicando que julgou o processo nº 02436/2016/TCE-RO, que trata da Projeção de Receitas do Estado – Exercício 2017.

50 – Ofício 045/2016 – Conselho Penitenciário do Estado de Rondônia, solicitando cópia da gravação taquigráfica da 30ª Audiência Pública realizada na data de 16 de junho de 2016, às 15h e 41min.

51 – Documento s/n – do Senhor Ronan Almeida de Araújo, informando que protocolou na Justiça Federal em Ji-Paraná uma Ação Popular contra o DNIT, para postular o reinício das obras da BR-429.

52 – Ofício nº 174/2016 – Banco do Brasil, notificando sobre a liberação de recursos financeiros a benefício do Governo do Estado de Rondônia, no âmbito do PROINVESTE.

53 – Ofício nº 1177/2016 – CAIXA, informando sobre a liberação de recursos que tem por objetivo atender a Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Ji-Paraná.

54 – E-mail – Domerito, informando que entrará em vigor a nova tabela de custas extrajudiciais dos cartórios do Estado de Rondônia, com o aumento de 22,5%, acarretando mais um encargo para a população.

55 – Memorando nº 286/2016 – Gabinete do Deputado Jesuíno Boabaid, encaminhando pedido de providências dentro da Comissão de Segurança Pública da ALE/RO, referente à supostos maus tratos e dificuldades de ressocialização dos apenados do presídio de Aruana.

56 – Memorando nº 150/2016 – Gabinete do Deputado Dr. Neidson, encaminhando pedido de providências dentro da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social da ALE/RO.

57 – Requerimento do Senhor Deputado Luizinho Goebel, justificando ausência nas sessões dos dias 14 e 15 de junho de 2016.

58 – Comunicado nº AL026477 e AL026509/2016 – Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Lido os Expedientes, Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Lido o Expediente recebido, passamos agora às Breves Comunicações.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, Questão de Ordem?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, eu gostaria só de solicitar de Vossa Excelência, se pudesse, se Vossa Excelência permite, inverter a pauta, nós fazermos as votações, primeiro agora, e depois seguir o Expediente normal. Alguns Deputados ainda devem descer hoje, com compromisso de convenção.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ilustre Deputado Laerte, eu tenho dois Oradores inscritos. Consulto se eles abrem mão, para que a gente possa continuar.

Nas Breves Comunicações, está inscrito o Deputado Luizinho Goebel. O Deputado Luizinho Goebel, pelo jeito..., o Deputado Hermínio Coelho, também retira. Então, dessa forma, encerrada as Breves Comunicações, passamos ao Grande Expediente. Também não há Oradores inscritos. Encerramos o Grande Expediente, passamos as Comunicações de Lideranças, que também não há Oradores inscritos. Encerrada as Comunicações de Lideranças passamos a Ordem do Dia.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda a leitura das Proposições recebidas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede a leitura das Proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- REQUERIMENTO COLETIVO. Requerem à Mesa, na forma regimental, o encaminhamento de cópias deste requerimento ao Líder da Bancada Federal de Rondônia, junto ao Ministério da Educação que visa hipotecar apoio para solicitar a disponibilidade de 05 (cinco) códigos de vagas para a contratação de professores com dedicação exclusiva, no intuito de implantar

um curso regular de graduação em Direito no Campus da UNIR – da Universidade Federal de Rondônia, em Guajará-Mirim.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Declara de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores Rurais do Rio Monte Cristo – AGRICÓ – no Município de Ariquemes/RO.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO EZEQUIEL JUNIOR. Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Sr. Giocondo Vale, em alusão aos relevantes serviços prestados em favor do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Requer à Mesa Diretora o cancelamento da Sessão Solene para entrega de “Voto de Louvor” a Escola Brasília, em Porto Velho.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Louvor, para os 09 (nove) Policiais Militares que exercem voluntariamente a função de instrutores e professores, pelo Profissionalismo e Dedicação, ao Projeto Dó Ré Militar: tocando vidas e formando talentos, da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora o cancelamento da Audiência Pública que seria realizada no dia 22 de agosto de 2016, às 09h00 no Plenário desta Casa de Leis, com o objetivo de discutir e analisar sobre a importância dos Cães da Polícia Militar no combate ao tráfico de drogas, no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID E DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública no dia 22 de agosto de 2016, às 09h00, no Plenário desta Casa de Leis, com o objetivo de discutir e analisar a extração mineral no Rio Madeira, no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, que solicite ao Poder Executivo, que interceda junto ao Superintendente de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – DNIT, providências com Máxima Urgência, no que tange à correção de faixa de pedestre afixada de maneira errônea, na BR 319 (Avenida Jorge Teixeira), área urbana, cruzamento com a Rua Jacy Paraná.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO E DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer Audiência Pública para apresentar o Marco Legal da Zona Verde na Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de reparos e adequações na Escola Juscelino Kubitschek em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de reparos e adequações na Escola Bela Vista em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Indica ao Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente, a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua 15 de Setembro, entre as Ruas Ouro Verde e Cacique Tibiriçar, no Bairro Castanheira, do Município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de reparos e adequações na Escola Juscelino Kubitschek e Bela Vista em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Francisco Braga, Bairro Flodoaldo em Pontes Pinto Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Fonte Nova, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Antilhas, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Manoel Felix, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Malta, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Santa Cecília, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Severino Ozias, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Lourival Lira, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Valdemar Estrela, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Tales Benevides, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Guaraí, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Professor Cevanes Monteiro, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Otávio Bonfim, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Salomão de Oliveira, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Castelo Branco, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Rui Barbosa, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Tucumã, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Pequi, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Morango, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Pera, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Maracujá, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Uva, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Ingá, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua do Bosque, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Buritys, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Acerola, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Mamão, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua da Paz, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Leopoldina, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Novo Horizonte, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Alagoas, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua João Pessoa, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Travessa Novo Horizonte, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Rio Mamoré, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Rio Tapajós, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Rio Solimões, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Rio Guaporé, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Betim, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua J. de Martins, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Particular, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Edmilson de Alencar, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Zélia Gatai, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Diamantina, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Travessa Aeronave, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Rio Candeias, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Rio Preto, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Rio Novo, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Rio das Garças, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Projetada, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Rio Jamari, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Mucuripe, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Rio Nilo, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Nova Esperança, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Silvania, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Travessa Belo Horizonte, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Leopoldo de Bulhões, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Uruanã, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Plana, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Esquadro, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Nova Jerusalém, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Pernambuco, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Recife, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Assis, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Veneza, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Eustáquio Silvestre, Bairro Nova Esperança em Porto Velho.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer à Mesa Diretora realização de Audiência Pública no dia 08.08.16, às 09h00 no Plenário desta Casa de Leis, para discutir sobre o Projeto de Lei, que trata sobre a Gestão Democrática nas Escolas Estaduais.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA. Dispõe sobre a baixa da exigibilidade de saldos de salários não reclamados existente em Conta Contábil no SIAFEM.
Lidas as matérias, Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu quero registrar a presença do Sr. Edison Rigoli, Presidente do Sindicato dos Engenheiros – SENGE. Muito obrigado e parabéns a todos os engenheiros agrônomos presentes hoje, aqui atendendo pedido do ilustre Deputado Adelino Follador, essa reivindicação, que eu também já conheço, que é uma reivindicação antiga, já foi incluída na Ordem do Dia a matéria que inclui a gratificação dos engenheiros agrônomos.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Só uma Questão de Ordem, Senhor Presidente, chegou mais uma indicação:

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade da criação e instalação de um laboratório de análise de solo no município de Ariquemes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu só quero também registrar a presença do Paulinho da Cenacol, nosso amigo lá de Colorado, ex-residente do DER, Paulinho, bem-vindo a esta Casa e parabéns pelo grande trabalho que você fez frente ao DER naquela região e na condição de pré-candidato a prefeito

de Colorado do Oeste que eu desejo muita sorte, que Deus te ilumine cada dia seus passos. Muito obrigado pela presença.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer à Mesa Diretora realização de Audiência Pública, no dia 08/08/2016, às 09 horas no Plenário desta Casa de Leis, para discutir sobre o Projeto de Lei, que trata sobre a Gestão Democrática nas Escolas Estaduais.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão e votação requerimento do ilustre Deputado Léo Moraes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Requer à Mesa Diretora o cancelamento da Sessão Solene para entrega de Voto de Louvor à Escola Brasília, em Porto Velho.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão o requerimento do ilustre Deputado Aécio da TV. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Requer Voto de Louvor para os 09 (nove) Policiais Militares que exercem voluntariamente a função de instrutores e professores, pelo Profissionalismo e Dedicação, ao Projeto Dó Ré Militar: tocando vidas e formando talentos, da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestam. Está aprovado. Vai ao Expediente. Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Requer à Mesa Diretora o cancelamento da Audiência Pública que seria realizada no dia 22 de agosto de 2016, às 09h00, no Plenário desta Casa de Leis, com o objetivo de discutir e analisar sobre a importância dos Cães da Polícia Militar no combate ao tráfico de drogas, no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o Requerimento do Ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Presidente.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI E DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência pública no dia 22 de agosto de 2016, às 09h00, no Plenário desta Casa de

Leis, com o objetivo de discutir e analisar a Extração Mineral no Rio Madeira, no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Requerimento do Ilustre Deputado Jesuíno Boabaid e Deputado Hermínio Coelho. Em discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Requer à Mesa Diretora, que solicite ao Poder Executivo, que interceda junto ao Superintendente de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – DNIT, providências com máxima urgência no que tange, a correção de Faixa de Pedestre afixada de maneira errônea, na BR-319 (Avenida Jorge Teixeira), área urbana cruzamento com a Rua Jacy Paraná.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Requerimento do Ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO E DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer Audiência Pública para se apresentar o Marco Legal da Zona Verde na Área de Livre Comércio em Guajará-Mirim.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o Requerimento do Ilustre Deputado Maurão de Carvalho e Deputado Dr. Neidson. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 419/16 DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI. Que dispõe sobre o tempo máximo de espera para atendimento nas Lojas de Operadora de Telefonia Fixa e Celulares e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Dispõe sobre o tempo máximo de espera para atendimento nas Lojas de Operadoras de Telefonia Fixa.

É Redação Final, é uma correção de texto.

Em discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Sr. Presidente?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não Deputado Hermínio Coelho.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu estava inscrito no Expediente e eu quero na Questão de Ordem, não vou tomar muito tempo não, eu quero colocar algumas situações aqui e eu quero um tempo aí de pelo menos uns cinco minutos na Questão de Ordem, Presidente. Presidente, primeiro eu queria, boa tarde a todos, cumprimentar nossos companheiros Deputados, cumprimentar a todos que estão participando aqui desta Sessão, primeiro dizer o seguinte: existe hoje na cidade de Porto Velho uma conversa, fofoca e quando você vê muita conversa pode ter verdade nisso. O que eu queria aqui, deixar aqui registrado o seguinte: nós não vamos aceitar de forma alguma que o Estado de Rondônia use a máquina, use a estrutura da polícia do Estado para perseguir ou para fazer politicagem nesse processo eleitoral deste ano, tanto em Porto Velho como em todos os municípios de Rondônia. Eu tenho o maior respeito pelo nosso Secretário de Segurança, o Secretário Reis; tenho a maior admiração por ele, eu não quero acreditar nessas fofocas e se o Governo tiver..., a não ser que realmente seja crime, sejam coisas pesadas, se têm pessoas fazendo maldade, roubando dinheiro na cara dura, coisas comprovadas, acusações sérias, tudo bem; agora se vier com essa operação tipo Apocalipse, por exemplo, e tipo algumas que já foram feitas neste Estado, como em Ji-Paraná, como foi feita na Caerd há pouco tempo, nós não vamos aceitar. Não vamos aceitar que o Estado use da sua estrutura, do poder, use a força de polícia para prejudicar adversário e tentar se beneficiar no processo eleitoral. Nós não vamos aceitar e vamos denunciar no Ministério Público, denunciar esse guardião do Estado, se ele estiver usando essa estrutura para perseguir adversários políticos, adversários que nem são, que aqui em Porto Velho, por exemplo, a administração aqui de Porto Velho, o PSB, por exemplo, é aliado, foi aliado do Confúcio e é aliado do Confúcio em 2010 e 2014, inclusive, o Vice é o nosso Professor Daniel Pereira, que é do PSB. Por isso não quero acreditar, mas não duvido, eu não duvido e eu peço tanto o Governador Confúcio Moura, como o nosso Secretário de Segurança, se tiver alguma coisa nesse sentido que tire essa ideia, que nós não vamos aceitar esse tipo de jogo, não porque eu estou aqui defendendo o Mauro, eu estou aqui defendendo todos os candidatos a Prefeitos nesse Estado, todos que estão disputando, que disputem de forma legal e de forma honesta, na base da proposta, na base do dia a dia, do corpo a corpo, não de forma suja e eu espero que não venham nem uma atrapalhada, tipo Apocalipse da vida, tipo Apocalipse da vida, que é lógico, que no início da Operação Apocalipse ela tinha sentido, quando era investigando a questão do estelionato, essa questão de cartão de crédito em banco. Mas, quando passou a envolver Deputados aqui, envolver a Assembleia deu no que deu, entendeu Deputado Edson, Vossa Excelência que é um companheiro tem aqui, todos os companheiros aqui, nós todos aqui hoje temos um relacionamento bom com o Governo, eu não sou base, mas tenho um relacionamento bom, tenho um respeito ao Governo e falo para o nosso Governador Confúcio Moura e para o Secretário de Segurança, o Reis, que se tiver de ter alguma operação, que realmente seja séria, seja séria que aí eu vou aplaudir. Mas, se a gente vê que não tem seriedade e que é um jogo e que é para interferir no processo eleitoral de outubro, nós vamos denunciar e não vamos ficar calados.

Quero também aqui falar e dá boa tarde aqui para os nossos companheiros do Sindicato dos Trabalhadores da Polícia Civil. A Polícia Civil vem sendo enrolada por esse Governo

desde o ano passado, desde o ano passado, e, é muito bom, muitas vezes as pessoas usam, Deputado Adelino, eu já vi falando que os trabalhadores ganham muito. O pior salário, o pior piso salarial da Polícia Civil dos 27 Estados do Brasil, é Rondônia, é o pior. As condições de trabalho, as nossas Delegacias, as nossas Delegacias de Rondônia, eu acho que sem exceção, estão todas caindo aos pedaços, não tem nem material básico para trabalhar, nem humano, falta papel higiênico, falta papel para escrever, falta tudo nas Delegacias de Rondônia e sem contar que falta gente e os que estão trabalhando ganham muito pouco, além, de condições de trabalho insalubres e sem condições nenhuma de trabalho, ainda ganhando muito pouco. O trabalhador, enquanto no Estado do Pará um Policial Civil começa com cinco mil e duzentos reais; aqui em Porto Velho não chega, não chega a três mil reais, aqui em Rondônia não chega a três mil reais. Por isso que é justa a luta e a reivindicação da Polícia Civil e o compromisso que o Governo fez o ano passado, fez um compromisso com os trabalhadores, a Assembleia avalizou, inclusive, nós nos comprometemos em trancar a pauta, caso, caso o Governo não encaminhasse, que ele se comprometeu em encaminhar a proposta e o plano, o PCCS da Polícia Civil, infelizmente não mandou, enrolou, já vem enrolando aí já há mais de ano e falando que vai mandar em novembro, até novembro vai ver se manda. Não dá mais para acreditar no Governo, na palavra do Governo. E estão aí os trabalhadores da Polícia Civil, a gente, o nosso apoio, o nosso apoio 100% para Polícia Civil e vamos para a luta, vamos continuar lutando para que o Estado venha realmente dá condições de trabalho e salários melhores para a nossa Polícia Civil do Estado de Rondônia. Companheiro Deputado Ribamar, não é, não tem, não é Grande Expediente para dá aparte, mas, Vossa Excelência pede a Questão de Ordem, fique à vontade para falar.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Companheiro Hermínio, demais companheiros. Me reportando a primeira fase do seu discurso. O senhor sabe que durante três anos, o senhor foi oposição ao Governo aqui e eu tive um respeito muito grande pelas suas posições, nunca, absolutamente usei a tribuna para rebater qualquer acusação do senhor. Mas, agora Deputado Hermínio, por uma questão até de justiça e também querendo me aprofundar nesse tema, que eu não acredito como o senhor não acredita também. Mas, eu quero só dá um testemunho aqui, não propriamente para defender o Governo. Mas, é que eu vi uma coisa tão democrática, tão elegante por parte desse Governo Confúcio Moura, que não digo propriamente que me surpreendeu porque eu conheço o Governador Confúcio Moura há muito tempo. Mas, é que ele mandou uma Circular para os Secretários comparecerem a convenção do PMDB, ele dizia assim na Circular: “convido os Secretários a comparecerem na convenção, com exceção daqueles Secretários que tenham outra opção nessa campanha eleitoral”. Eu achei muitíssimo elegante e achei de um sentido democrático que nunca vi praticamente em ninguém. Agora, pode ser, Deputado Hermínio, que o candidato do PMDB, esse sim, esse eu não posso defender, tenha tomado determinadas atitudes, como tem tomado determinadas atitudes dentro da própria saúde, aí eu não posso defender esse candidato porque já sei do *modus operandi* dele. Agora, com relação ao Governador Confúcio, esse eu

tenho certeza da elegância e do grande espírito democrático desse Governador nesse sentido. Agradeço aí ao aparte.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Obrigado Deputado Dr. Ribamar. Eu queria, só para finalizar em cima do que o Deputado Ribamar falou, o seguinte: o Deputado Ribamar tem razão sim. Mas, infelizmente na época mesmo que foi feita a Operação Apocalipse, o Confúcio, foram os aloprados que fizeram, mas, o Confúcio sabia sim. Mas, eles venderam uma coisa para o Confúcio e era outra. E eu quero deixar aqui, dizer para o Governador Confúcio; para ele ficar atento, e, eu espero que nenhum, que depois que o Confúcio ficou livre desses aloprados, Deputado Adelino, o Governo dele melhorou, melhorou, melhorou e muito depois que ficou livre desse Bessa, ficou livre desse Mosquini, o Governo do Confúcio, pelo menos os rolos diminuíram no Governo e as perseguições também. Por isso Deputado Ribamar, eu estou falando aqui direto para o Governador Confúcio, que eu tenho certeza que não é o perfil dele mesmo não. Mas, é muito fácil, Deputado Ribamar, as pessoas chegaram lá e venderem uma coisa: “olha, lá os caras são bandidos, são isso e aquilo”; e realmente, o Governador: então se é bandido põe na cadeia. E depois não ser bem isso. O que eu quero dizer, se a polícia, se o Governo quer investigar a corrupção no Estado, que faça, investigue. Mas, faça antes da eleição, faça depois. Não vamos fazer no processo eleitoral, porque se dê conotação, companheiro, para interferir no processo político, a gente não vai ficar calado e eu tenho certeza absoluta que o Governador Confúcio e o Secretário de Segurança, Reis, que eu tenho o maior carinho e respeito por ele, não vai deixar acontecer nada disso para que o nosso processo eleitoral seja limpo, seja honesto e que o povo escolha os melhores, o melhor para sua cidade. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, eu gostaria só de solicitar que fosse excluída da pauta a mensagem 91 e fosse incluída a mensagem....

O SR. ADELINO FOLLADOR – Qual a mensagem que está excluindo?

O SR. LAERTE GOMES – Já vou aqui falar para Vossa Excelência. E que fosse incluída a Mensagem 51, a Mensagem 51 que ela dispõe sobre a extinção de crédito tributário, mediante dação em pagamento. Até o Deputado Léo Moraes que é relator, vou conversar com ele porque vai participar também do mutirão fiscal dia 04. E a Mensagem 91, Deputado Adelino, é aquela que nós conversamos ali, que dispõe sobre a redução, que está tirando a redução da base de cálculos nas operações internas com veículos automotores novos. Então, só para o pessoal explicar melhor para a gente depois. Aí retira a 91 e inclui a 51, Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Com relação ao que o ilustre Deputado Adelino estava comentando, eu acho que com certeza, nós acreditamos, o Governador tem demonstrado muita transparência e isenção na questão política, no que diz até na questão do Secretário liberar para cada um faça a sua opção. E nós acreditamos também na Justiça Eleitoral e dê muita sorte aí, que Deus ilumine a cada candidato, inclusive,

nós temos aqui o nosso ilustre Deputado Ribamar Araújo que propõe como candidato a Prefeito o Deputado Léo Moraes e todos que vão participar do processo democrático, a eleição, nesse pleito que Deus ilumine cada um e nós com certeza confiamos na Justiça Eleitoral e com certeza o Governo não fará nenhuma interferência na questão das eleições.

Nós estamos em processo de votação, solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura da próxima matéria a ser apreciada.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS MAURÃO DE CARVALHO E LUIZINHO GOEBEL. Requer à Mesa Diretora que seja encaminhado Voto de Pesar, aos familiares da Servidora desta Casa, Taquígrafa Miriam da Silva Costa, pelo seu falecimento ocorrido no dia de ontem 1º de agosto de 2016.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Requerimento do ilustre Deputado Maurão de Carvalho e Deputado Luizinho Goebel. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente o Voto de Pesar.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 359/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 051. Dispõe sobre a extinção do crédito tributário mediante dação em pagamento.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Só para dá mais um destaque ao Voto de Pesar pelo falecimento da nossa querida Taquígrafa, que a gente, até a última Sessão aqui do nosso lado, hoje, realmente é com muito pesar que nós anunciamos aqui e votamos esse Voto de Pesar, apresentado pelo ilustre Presidente desta Casa, o Deputado Maurão pelo falecimento da Taquígrafa desta Casa, nossa colega de trabalho que é a Miriam.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Presidente, gostaria de registrar a presença também de um amigo, o Iralton Dario de Souza, o popular Terrinha, ativista agrário que está hoje aqui, uma grande liderança, muito querido por todo o povo ligado ao Movimento dos Sem-Terra e que está aqui conosco. Seja bem-vindo meu amigo Terrinha, e, sucesso para você nessa jornada.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei nº 359/16, Mensagem 051. O projeto se encontra sem parecer. Eu solicito um membro da Comissão, o ilustre Deputado Adelino Follador, que possa proceder parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto 359/16 que dispõe sobre a extinção do crédito tributário mediante dação em pagamento. É um projeto de suma importância, trata-se de um projeto constitucional, legal, somos de parecer favorável Senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, só quero agradecer ao Deputado Léo Moraes que era relator desse projeto na CCJ e abriu mão da relatoria, para que esse projeto possa

entrar no mutirão fiscal que vai começar dia 04 agora aqui em Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em discussão o projeto. Em primeira discussão e votação. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado em primeira discussão. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 417/16 DO DEPUTADO CLEITON ROQUE. Declara de utilidade pública a Federação de Taekwondo de Rondônia, localizada sua sede à Rua: Raimundo Cantuária, nº 5681, Bairro Tiradentes, município de Porto Velho.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei 417/16. Em primeira discussão e votação. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 431/16 DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA. Declara de utilidade pública a Liga Independente de Motocross do Estado de Rondônia – LIMERO, no município de Porto Velho.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei 431/16, já tem parecer. Em primeira discussão o Projeto. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado em primeira. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 438/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 124. Dispõe sobre normas de segurança contra incêndio e evacuações de pessoas e bens no Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, gostaria que fosse, a pedido do Deputado Jesuíno, que é questão de normas contra incêndios e bombeiros e ele gostaria de analisar melhor o projeto. Gostaria que fosse retirado de pauta.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Qual que é o projeto Deputado Laerte?

O SR. LAERTE GOMES – É dos bombeiros, é a mensagem 124. É isso Deputado Lebrão?

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Esse é o projeto, projeto...

O SR. LAERTE GOMES - É a 124, PL nº 438/16. Gostaria que retirasse de pauta para analisar melhor.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Então, o Deputado Laerte Gomes, líder do Governo, está pedindo que seja retirado de pauta. Está deferido.

Próxima matéria Senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º secretário) – PROJETO DE LEI 441/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 140. Institui o Programa de Recuperação de Crédito do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia – PRC/DETRAN e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei nº 441/16, está sem parecer. Solicito ao Deputado Adelino Follador para que possa proceder parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mensagem 140, Projeto de Lei 441/16, institui o Programa de Recuperação de Crédito do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia – PRC/DETRAN e dá outras providências. O projeto é constitucional, legal. Somos de parecer favorável Senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, só agradecer ao Deputado Luizinho Goebel, tinha pedido vista desse projeto e liberou o projeto para ser votado, porque também vai participar, Deputado Adelino, do mutirão fiscal que se inicia dia 04 entre o Governo, a Justiça e o Cidadão.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o Projeto de Lei 441/16. Para discutir o ilustre Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Quero de antemão Presidente, só com tristeza, registrar o falecimento da servidora desta Casa, nossa colega de trabalho que por mais de trinta anos naquele cantinho, naquela sala, com caneta em punho, escreveu a história desse Estado, escreveu a história desse parlamento e Deus a chamou, que é a nossa servidora Miriam da Silva Costa. Então, lamento a sua perda profundamente. E quero dizer Presidente, a respeito desse Projeto que fala da recuperação de crédito, Deputados, Deputado Laerte, é exatamente a nossa preocupação era o porquê do pedido de vista, porque esse Projeto, o contribuinte que é devedor do DETRAN, de imposto do DETRAN, ele teria que participar desse mutirão fiscal na cidade de Porto Velho, e para quem está em Guajará-Mirim, Espigão do Oeste, Deputada Lúcia Tereza, Guajará-Mirim na terra do Deputado Neidson, lá na pequena Pimenteiras que está praticamente a mil quilômetros de Porto Velho, ficaria inviabilizado essa vinda, e isso que nós não entendemos. Portanto, pedimos vista. E aqui eu quero parabenizar na pessoa do Diretor Geral do DETRAN/RO, Doutor Albuquerque, também do Diretor Adjunto do DETRAN/RO Doutor Antônio Manoel, que se sensibilizaram com essa questão, e deliberaram, Deputado Follador, para que se instituíssem Comissões especiais de servidores no Município de Vilhena, para atender a região do Cone Sul, no Município de Rolim de Moura para atender a Zona da Mata; no Município de São Miguel, para atender o Vale do Guaporé; no Município de Cacoal para atender a

Região do Café; no Município de Ji-Paraná, região central; também no Município de Ariquemes, a grande Jamari e a Capital Porto Velho, e o Município de Guajará-Mirim. E isso vai ser muito importante, porque para todos os devedores que têm o seu débito junto ao DETRAN/RO, poderão procurar tanto onde existem as Delegacias de Finanças do Estado, da Secretaria de Estado de Finanças, a SEFIN; os contribuintes poderão procurar a SEFIN ou a CIRETRAN dessas regionais, e dessa forma, eles serão atendidos por uma equipe que está sendo treinada e que a partir de amanhã já estará à disposição para atender o contribuinte do Estado de Rondônia. Então, eu agradeço mais uma vez a sensibilidade do DETRAN, na pessoa do Doutor Albuquerque, Doutor Antônio Manoel, e também de toda a equipe técnica e jurídica que prontamente atenderam esse pleito, que foi de levar as ações do Governo diretamente para as pessoas que precisam. Então, é uma ação importantíssima, e já quero convidar a todos os devedores de tributos, de IPVA, de multas junto com o Estado, que participem do mutirão fiscal, mas, principalmente no DETRAN, que participe também do trabalho que o DETRAN está fazendo para que essas pessoas recebam descontos de multas, de juros e que com certeza vai contribuir muito com a população do Estado de Rondônia. No mais quero deixar o meu abraço na pessoa do Paulinho da Cenacol, meu amigo, ex- residente do DER do Município de Colorado do Oeste, que deixou lá por onde passou, Paulinho, as marcas do trabalho e hoje as pessoas clamam pelo seu nome para que você continue desenvolvendo aquele trabalho que já fez no DER, e nós estamos à sua disposição e se depender de nós, você volta para os quadros do DER, para juntamente com sua equipe fazer um grande trabalho, que você já fez e que poderá fazer prestando esse serviço a toda a população do Cone Sul. Um abraço que Deus abençoe a todos.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Luizinho Goebel.

O SR. ALEX REDANO – Senhor Presidente, só agradecer aqui a presença dos Vereadores do Município de Buritis, sejam bem-vindos, em nome do Presidente Adriano Confecções. Obrigado Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Vereador Junior Ramalho, Presidente da Câmara Municipal de Buritis, e Adriano Confecções, em nome do nosso ilustre Deputado Alex Redano, seja bem-vindo a esta Casa.

Em discussão o Projeto de Lei 441/16. Não havendo Deputados para discutir, em votação o parecer do ilustre Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 445/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 142. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até

o montante de R\$ 539.186,00, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento da Polícia Militar do Estado – FUMRESPOM.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei nº 445/16, Mensagem 142 do Poder Executivo, encontra-se sem parecer. Solicito ao ilustre Deputado Adelino Follador, para proceder parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 445/16 - Mensagem 142. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$ 539.186,00, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento da Polícia Militar do Estado – FUMRESPOM. Somos de parecer favorável senhor Presidente, pelas Comissões Pertinentes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Adelino Follador. Não havendo quem queira discutir, em primeira discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 446/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 143. Autoriza o poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação até o montante de R\$ 845.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Instituto de Pesos e Medidas – IPEM.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei 446/16 se encontra sem parecer. Solicito ao ilustre Deputado Adelino Follador, para proceder pelas Comissões Pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Projeto de Lei 446/16 Mensagem 143 do Poder Executivo. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação até o montante de R\$ 845.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Instituto de Pesos e Medidas – IPEM. Somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Adelino Follador. Em votação o parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 447/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 144. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro,

até o montante de R\$ 2.268.245,39, em favor da Unidade Orçamentária: Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei 447/16 Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 2.268.245,39, em favor da Unidade Orçamentária: Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN. O Projeto se encontra sem parecer, solicito ao ilustre Deputado Adelino Follador, para proceder parecer pelas Comissões Pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Projeto de Lei 447/16 - Mensagem 144 do Poder Executivo. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 2.268.245,39, em favor da Unidade Orçamentária: Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN. Somos de parecer favorável pelas Comissões Pertinentes senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Adelino Follador, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 448/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 149. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 813.025,26, em favor da Unidade Orçamentária: Superintendência Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer – SEJUCEL.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei 448/16 de autoria do Poder Executivo, Projeto se encontra sem parecer. Solicito ao ilustre Deputado Adelino Follador, para proceder parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Projeto de Lei 448/16 Mensagem 149, do Poder Executivo. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 813.025,26, em favor da Unidade Orçamentária: Superintendência Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer – SEJUCEL. Somos de parecer favorável pelas Comissões Pertinentes, Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 449/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 150. Institui o Dia Estadual

de Limpeza e Conservação das Lagoas, Igarapés e Rios de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei nº 449/16 se encontra sem parecer. Solicito ao Deputado Adelino Follador, para proceder parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Projeto de Lei 449/16 do Poder Executivo – Mensagem 150. Institui o Dia Estadual de Limpeza e Conservação das Lagoas, Igarapés e Rios de Rondônia. Somos de parecer favorável, senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em discussão e votação o Projeto. Não havendo quem queira discutir em primeira votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 450/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 151. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 22.553.533,70, em favor das Unidades Orçamentárias: Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, Fundo para Infraestrutura de Transporte e Habitação – FITHA, Polícia Militar – PM, Superintendência Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer – SEJUCEL, e Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei 450/16 Mensagem 151 do Poder Executivo, encontra-se sem parecer. Solicito ao ilustre Deputado Adelino Follador, proceder parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Projeto de Lei 450/16 Mensagem 151 do Poder Executivo. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 22.553.533,70, em favor das Unidades Orçamentárias: Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, Fundo para Infraestrutura de Transporte e Habitação – FITHA, Polícia Militar – PM, Superintendência Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer – SEJUCEL, e Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER. Somos de parecer favorável senhor Presidente, pelas Comissões Pertinentes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Adelino Follador, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 450/16. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os

contrários se manifestem. Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 105/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 145. Incorpora o vencimento (incorporação) esculpido na rubrica 073 ao vencimento dos Engenheiros Agrimensor, Civil, Eletricista, Florestal, Ambiental, Sanitarista, Industrial, Mecânico, Químico de Alimentos Agrônomo e Agrícola, de Minas, e aos Geólogos, Geógrafos, Meteorologistas e Arquitetos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, que possuam ou não Quadro próprio de Pessoal.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Projeto de Lei Complementar 105/16 se encontra sem o Parecer. Para proceder Parecer o ilustre Deputado Jesuíno Boabaid, membro da Comissão de Justiça e Redação para proceder parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOBAID – Boa tarde a todos. Trata-se do Projeto de Lei 105/16, Mensagem 145, incorpora o vencimento (incorporação) esculpido na rubrica 073 ao vencimento dos Engenheiros Agrimensor, Civil, Eletricista, Florestal, Ambiental, Sanitarista, Industrial, Mecânico, Químico de Alimentos Agrônomo e Agrícola, de Minas, e aos Geólogos, Geógrafos, Meteorologistas e Arquitetos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, que possuam ou não Quadro próprio de Pessoal. O projeto visa incorporar única e exclusivamente o vencimento da rubrica 073 ao vencimento dos servidores ocupantes do cargo já elencados, corrige o contracheque somando os vencimentos bem mais valor e incorporação da rubrica 073. Esse Projeto aportou nesta Casa por se tratar de matéria dos servidores públicos, como já é um acórdão por parte dos nobres Parlamentares, não há necessidade de tramitar nas Comissões. Mediante isso somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes. É assim como votamos.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES – Presidente, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Adelino Follador Questão de Ordem.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero parabenizar o Governo do Estado por atender a reivindicação dos Engenheiros, mais de dois anos começamos esse trabalho. Eu quero parabenizar o Presidente do Sindicato, todos os Engenheiros aqui presentes, a batalha e hoje o Estado reconhecendo, cumpriu até um compromisso que tinha do Governo do Estado, da Casa Civil. E hoje então a gente fica muito satisfeito de estar aqui votando, inclusive agradecer aos Deputados que aceitaram colocar na pauta Lei, colocar na pauta hoje mesmo para ser votado para poder favorecer uma categoria tão importante no Estado de Rondônia que são os Engenheiros que precisam e hoje é uma mão de obra muito difícil, muito rara. E com certeza temos que valorizar os Engenheiros, que sem eles é difícil fazer obra no Estado de Rondônia. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, só para concluir essa matéria. Salientar o Governo por ter enviado e nós temos aqui que registrar isso, por ter enviado essa matéria. Essa matéria que beneficia os nossos Engenheiros aqui, esta Casa, e dizer que esse projeto nem tinha sido lido na Assembleia. Esse projeto chegou, foi lido hoje, Deputado Lebrão e já está sendo votado, inclusive, com todos os Deputados pedindo: Deputado Adelino, Deputada Lúcia, Deputado Lebrão, Deputado Neidson, enfim, todos os Deputados pedindo para que fossem incluídos em pauta hoje para ser votado depois essa matéria aí. Então a gente quer ressaltar mais uma vez a questão que o Governo tem enviado a matéria para esta Casa, mas, ressaltar também, Deputado Lebrão, esta Casa, a Assembleia que quando a matéria é de interesse dos nossos servidores, esta Casa sempre esteve presente e sempre faz o seu dever de casa, Deputado Aécio. Então parabéns a vocês, mas, também aos Deputados que de pronto estão votando, aprovando aqui essa matéria.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Parabéns a todos os Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Eletricistas, Florestal, Ambiental, Sanitarista, Mecânicos, a todos. Parabéns aí por essa conquista, que é uma luta de muito tempo. Em votação o Parecer favorável do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários de manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o projeto. Em discussão. Encerrada a discussão. A votação será nominal o painel já está aberto.

O SR. LAERTE GOMES – Solicito, Sr. Presidente, aos Deputados que estiverem aqui na Casa, nos gabinetes ou na presidência para comparecerem aqui no plenário que nós temos votação nominal. E solicito também, Deputado Lebrão, e ao Presidente, se puder inverter, que esse projeto seja o primeiro a ser votado.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lázinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- sim
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente

- | | |
|-------------------------------|-----------|
| - Deputado Maurão de Carvalho | - ausente |
| - Deputado Ribamar Araújo | - ausente |
| - Deputada Rosângela Donadon | - ausente |
| - Deputado Saulo Moreira | - sim |
| - Deputado Só Na Bença | - ausente |

Com 16 votos favoráveis está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Sr. Secretário

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer à Mesa Diretora desta Augusta Casa de Leis, a realização de Audiência Pública no dia 15 de agosto de 2016, às 15h00, para tratarmos sobre os aprovados no Concurso de Socioeducadores do Estado de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o Requerimento do ilustre Deputado Léo Moraes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO. Requer à Mesa nos termos do parágrafo único do Regimento Interno, parágrafo 199, seja dispensado o interstício regimental para apreciarmos em segunda discussão e votação dos projetos: PLC 105/16; PL 417/16, PL 431/16; PL 441/16, PL 445/16; PL 446/16, PL 447/16; PL 448/16; PL 449/16; PL 450/16; PL 359/16.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão o Requerimento do ilustre Deputado Lebrão. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Não há mais matérias, encerrada a Ordem do Dia, Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia passemos as Comunicações Parlamentares. Não há Oradores inscritos.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, eu estou inscrito. Eu falei que tinha uma votação e vocês falaram...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Então o Deputado Hermínio ...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Vamos fazer um acórdão? A gente coloca para votar em segunda e na Sessão Extraordinária, eu queria fazer uso da palavra.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Se Vossa Excelência quiser falar não tem problema nenhum, cinco minutos...

O SR. LAERTE GOMES – Presidente nós temos, se puder votar, Deputado Adelino, eu acho que a sugestão do Deputado Jesuíno é interessante. Faz uma Extraordinária agora.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Depois na Extraordinária.

O SR. LAERTE GOMES – Isso. Aí eles falam na Extraordinária. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – O Deputado Hermínio também inscrito concorda? Então encerrada as Comunicações Parlamentares e nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para em seguida com a finalidade de aprovar em segunda discussão e votação as matérias aprovadas nesta Sessão.

Está encerrada esta Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 16 horas e 33 minutos)

ATA DA 39ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 02 de agosto de 2016

Presidência do Sr.

EDSON MARTINS-1º Vice-Presidente

Secretariado Pelo Sr.

LEBRÃO-1º Secretario

(Às 16 horas e 35 minutos e aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (PRB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Hermínio Coelho (PDT), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lázinho da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Maurão de Carvalho (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Cleiton Roque (PSB), Glaucione (PSDC), Jean Oliveira (PMDB), Leo Moraes (PTB), Marcelino Tenório (PRP), Ribamar Araújo (PR) e Rosângela Donadon (PMDB).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 39ª Sessão Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 9ª Legislatura.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Peço dispensa da leitura da Ata, Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior. Solicito a sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa.

Passamos a Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 105/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 145. Incorpora o vencimento (incorporação) esculpido na rubrica 073 ao vencimento dos Engenheiros Agrimensor, Civil, Eletricista, Florestal, Ambiental, Sanitarista, Industrial, Mecânico, Químico, de Alimentos Agrônomo e Agrícola, de Minas, e aos Geólogos, Geógrafos, Meteorologistas e Arquitetos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, que possuam ou não Quadro Próprio de Pessoal.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 105/16 que incorpora o salário dos servidores ora citados.

Em discussão. Em votação. Votação nominal. O painel está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- ausente
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 14 votos favoráveis, está aprovado o Projeto. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 359/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 051. Dispõe sobre a extinção do crédito tributário mediante dação em pagamento.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 359/16. Encerrada a discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como

se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 417/16 DO DEPUTADO CLEITON ROQUE. Declara de Utilidade Pública a Federação de Taekwondo de Rondônia, localizada sua sede a Rua: Raimundo Cantuária nº 5.681, Bairro Tiradentes, Município de Porto velho.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 417/16. Em discussão. Encerrada a discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 431/16 DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA. Declara de Utilidade Pública a Liga Independente de Motocross do Estado de Rondônia – LIMERO, no Município de Porto Velho.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 431/16. Em discussão. Encerrada a discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 441/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 140. Institui o Programa de Recuperação de Crédito do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia - PRC/DETRAN-RO e dá outras providências.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 441/16. Em discussão. Encerrada a discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Ezequiel Júnior.

O SR. EZEQUIEL JÚNIOR – Gostaria de solicitar aqui para que nós possamos votar hoje, ainda, pedir para o senhor de acordo com o Plenário colocar em votação um Requerimento meu de uma Medalha do Mérito Legislativo para um fazendeiro lá do Município de Machadinho, que apareceu a sua propriedade no Globo Rural, a TV Globo veio a Machadinho do Oeste para mostrar como na fazenda trabalha em harmonia com a natureza. Então o cidadão que levou às cores do Estado e Rondônia, podemos dizer que em nível internacional, que do mundo inteiro ele recebeu mensagens parabenizando pela fazenda, que é exemplo de harmonia entre produção, pecuária, floresta,

gado e meio ambiente. Então eu fiz, apresentei essa proposição, já foi lida hoje, deveria ser encaminhada à CCJ, mas, eu quero pedir aqui, se possível com o acordo do Plenário a gente votar hoje para que nós possamos, sendo aprovado; numa oportunidade breve aí, junto com a Medalha proposta e já está aprovada de autoria do Deputado Só Na Bença, uma homenagem ao Governador Confúcio Moura, tendo em vista que esse fazendeiro Giocondo Vale, de Machadinho, é um grande amigo também do Governador. A gente fazer uma Sessão Solene conjunta para entregar essas duas Medalhas. Se for possível, eu agradeço.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ilustre Deputado Ezequiel Júnior, por questão regimental nós estamos numa Sessão Extraordinária, que ela pode votar exclusivamente as matérias que estão em segunda discussão e votação. Mas, submeter ao Plenário, se todos concordarem, nós poderemos em seguida votar isso aqui, convocar uma Sessão, imediatamente votar o Requerimento de Vossa Excelência. O Plenário concorda? Então aprovado o Requerimento do ilustre Deputado Ezequiel Júnior?

Vamos dá sequência à Sessão e em seguida, uma Sessão para que a gente possa aprovar este Requerimento.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 445/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 142. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$ 539.186,00 em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento da Polícia Militar do Estado - FUMRESPOM.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em segunda discussão e votação Projeto de Lei nº 445/16. Em discussão. Encerrada a discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 447/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 144. Autoriza o Poder Executivo abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$ 2.268.245,39 em favor da Unidade Orçamentária: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 447/16. Em discussão. Encerrada a discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 449/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 150. Institui o Dia Estadual da Limpeza e Conservação das Lagoas, Igarapés e Rios de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em segunda discussão e votação O Projeto de Lei 449/16. Em discussão o projeto. Encerrada a discussão, em votação. Os Deputados favorá-

veis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 450/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 151. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação até o montante de R\$ 22.553.533,70 em favor das Unidades Orçamentárias: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG; Fundo para Infraestrutura e Transporte e Habitação – FITHA; Polícia Militar - PM, Superintendência Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL, e Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 450/16. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 448/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 149. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$ 813.025,26 em favor da Unidade Orçamentária: Superintendência Estadual de Juventude, Cultura, Esportes e Lazer - SEJUCEL.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em segunda discussão e votação Projeto de Lei nº 448/16. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 446/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 143. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação até o montante de R\$ 845.000,00 em favor da Unidade Orçamentária: Instituto de Pesos e Medidas - IPEM.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 446/16. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - Não há mais matérias. Encerrada a Ordem do Dia, Sr. Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Presidente, Questão de Ordem. Não foi colocado o projeto do Deputado Ezequiel? Porque não coloca? É só uma votação, coloca aí agora.

O SR. AIRTON GURGACZ - Sr. Presidente, queria anunciar aqui a presença da minha cunhada Sandra, meu sobrinho Lucas e da minha sobrinha Luma, muito obrigado pela presença em

nos prestigiar nesta tarde aqui na nossa Assembleia. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Considerando o requerimento do ilustre Deputado Ezequiel Junior, é um Projeto de Decreto Legislativo concedendo a Medalha de Mérito Legislativo ao empresário e fazendeiro Giocondo, que foi matéria de elogio no Globo Rural recentemente por trabalhar de forma corretamente cumprindo toda a legislação ambiental, e com certeza, muito bem apresentado aqui este Projeto de Decreto Legislativo pelo ilustre Deputado Ezequiel Junior, portanto, está inserido na Ordem do Dia. Eu solicito ao Sr. Secretário que faça a leitura da matéria.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 065/16 DO DEPUTADO EZEQUIEL JUNIOR. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Sr. Giocondo Vale em alusão aos relevantes serviços prestados em favor do Estado de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - O projeto se encontra sem parecer, é um Projeto de Decreto Legislativo de autoria do ilustre Deputado Ezequiel Junior. Eu solicito ao ilustre Deputado Jesuíno Boabaid para que possa proceder parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo 065/16 que concede Medalha de Mérito Legislativo ao Sr. Giocondo Vale em alusão aos relevantes serviços prestados em favor do Estado de Rondônia. Somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão o parecer favorável do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer. Em discussão única e votação o Projeto. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente. Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - Não há mais matéria, encerrada a Ordem do Dia, Sr. Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Sr. Presidente, agora eu queria fazer uso da palavra, Questão de Ordem.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Para uma Questão de Ordem, passamos a palavra ao ilustre Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Em primeiro lugar, boa tarde a todos os Deputados, a todos servidores, a todas as pessoas que estão na galeria. Dizer que hoje é com muita tristeza também anunciar a morte da servidora Taquígrafa, uma Taquígrafa do parlamento que dia 04 de agosto haverá uma homenagem aqui nesta Casa na qual foi concedido Voto de Louvor, propositura de nossa autoria, eu e o Deputado Maurão de Carvalho, bem

como aprovado aqui nessa plenária. Eu vou iniciar a minha fala hoje falando um pouco sobre a PLP 257, eu estava representando esta Casa, viajei na segunda-feira na madrugada e cheguei ontem para ver as discussões que se encontra esse projeto. A PLP que hoje, inclusive, está em minhas mãos, o substitutivo, ele foi alterado, mas dizer que essa matéria foi iniciada pela Presidente afastada Dilma Rousseff. Tem vários artigos aqui que mexe com todo contexto de todos os Poderes, todos os órgãos. Inclusive, ontem quando nós estávamos visitando Deputados e fazendo visitas para alguns Líderes dos partidos, estava presente a Defensoria Pública da Bahia e de alguns Estados e eles estavam desesperados porque se a PLP passar da forma que está, vai ter uma demissão em massa, inclusive de membros, como eles falaram não tem nem condições de manter os próprios Defensores Públicos. Bem como exemplo Mato Grosso, o Ministério Público do Mato Grosso, 30% dos seus membros também, eles vão fazer todos os cortes, 30% também de seus membros deverão ser exonerados, agora como que vai fazer isso? Aí eu pergunto como que o Estado vai fazer essa questão de demitir, que nós temos, o servidor quando adentra na carreira pública, ele tem esse direito de não ser demitido, mas, a PLP é uma inovação do governo em querer fazer cortes, cortes estes que para mim é um absurdo, é um absurdo você cortar começando prejudicando o servidor, por que não acaba com os Ministérios? Por que não tenta fazer uma recuperação como está sendo feita aí na Lava Jato? Fazendo recuperação de valores que foram levados para o exterior, isso apurando todas as condutas, eu estou falando de todos, sem partido, vamos fazer uma devassa mesmo às ações a qual foi feito, vou dar exemplo aí nessas negociações quanto construções de empreendimentos. Mas olha só como que é interessante, o parágrafo 3º no seu inciso IV diz o seguinte: "conceder adicionais por tempo de serviço, incorporação de cargo ou função comissionada, progressões e promoções nas carreiras em converter em pecúnia qualquer direito e vantagens, exceto aos militares por ocasião de passagem para a Reserva ou termo simulado", é um exemplo, você vai ficar estagnado aí e o prazo em média disso aí é de 10 anos, você imagina hoje ficar prejudicado por um lapso de tempo os servidores. Então, é uma PLP, têm várias situações que ele cria um índice da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei 101, altera a Lei 101 que ao meu olhar o Presidente da Casa que aí, diga-se de passagem, Deputado Lazinho, para V. Exª entrar hoje no Congresso, um cidadão comum não entra, nem o Parlamentar não pode entrar não, porque o Presidente, agora o novo, o Rodrigo Maia, salvo engano, também editou a mesma norma do Cunha, ali não entra, olha o que os seguranças falam: 'aqui é a Casa do representante que foi eleito pelo povo, aqui não é a Casa do Povo, aqui não pode entrar não'. Aí eu perguntei, fui e falei, ele estava fazendo o seu serviço, eu perguntei para ele: 'então quer dizer que aqui não é a casa verdadeiramente do povo, então é essa a teoria que é aplicada então, quer dizer, então que o cidadão não pode nem participar, nem olhar, nem estar presente numa discussão?' - Não, só se o Presidente autorizar'. E aqui vou fazer uma nota de repúdio a esse Presidente novo desse Congresso Nacional, da Câmara, que ele deve agir de forma democrática, nós estamos de forma transitória no mandato, assim como o senhor e é incabível, inaceitável que qualquer cidadão que venha em uma

Casa seja municipal, legislativa municipal ou estadual ou federal não tenha acesso à plenária para assistir os debates, as ações parlamentares, isso é um atentado violento, isso sim é um estado de exceção que estamos vivendo? Porque não autorizar, qual é a motivação? Que ali é mais seguro do que qualquer lugar, ali é tanta segurança que você já entra tem seu CPF devassado, mandado de prisão, só bateu ali o cara já sabe, e qual é a motivação? Ali não pode entrar, tem detector de metal, você autorizar que uma pessoa participe, participe, só vai entrar se tiver autorização do deputado federal, aí sim, como tinha um deputado da bancada federal, aí nós tivemos acesso apenas para conversar com os Parlamentares, as entidades, que algumas entraram também, tudo com o aval dos Deputados. Então essa PLP, e, detalhe, que está tramitando também no Congresso Nacional o Projeto de Emenda Constitucional 241 que também acaba com os servidores, destrói, e cadê o Governo? Eu até falei, tirou a Dilma, tudo bem, é instabilidade, pensamos que ia melhorar, colocou agora o transitório, está à mesma desgraça, é a mesma desgraça, tem que ter sim, eu tenho que ter uma votação para a gente instruir uma eleição transitória porquê da forma que está, entra Temer, sai Temer e a desgraça só piora, infelizmente falar esse jargão, desgraça, porque é a palavra certa, a gente pensa que a coisa vai avançar, vai melhorar e tende a piorar e não é só para o servidor não, é para todo mundo, Legislativo, Executivo, Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas, o homem veio para acabar, para fazer uma devassa mesmo, eu não sei até que ponto ele vai suportar, eu não sei até que ponto. Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Deputado Jesuíno, quero parabenizá-lo pelo assunto, é um assunto muito preocupante neste País, a gente vê a Ex-Presidente fazendo compromisso que não poderia ter feito, liberando emenda, liberando orçamento para poder se manter na época no poder, tentar se manter, não conseguiu se manter, o outro entra e faz compromissos também que a gente vê que não tem condições, o País não teria condições de honrar, de fazer isso e fazer também para se manter no cargo, então essa instabilidade política está colocando o Brasil numa situação cada vez mais difícil. Então é muito preocupante isso e com certeza aquela Casa deve, o Rodrigo Maia não foi uma decisão individual, com certeza deve ter tido apoio daquela Casa, da maioria para poder tomar, jamais ele tomaria uma decisão se não tivesse o respaldo dos Líderes daquela Casa, mas, a nossa preocupação é muito grande com o País. Essa instabilidade, qualquer um que entra lá para tentar se segurar, tentar ganhar do outro vai cada vez mais complicando a vida deste País, esperamos, Deus é grande, o Brasil é grande, que a gente dê a volta por cima, mas, não é fácil não, porque cada um que entra lá usa a máquina, o seu poder, a qualquer custo e isso nos preocupa muito, fazendo despesas, o Brasil na situação em que está, assumindo coisas que não era para assumir, e a gente vê a toda hora aí, negociações e isso nos preocupa muito com a situação deste País, obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI - Presidente, na verdade esse PLP 257, ela altera a 101 e também na própria Lei que vai ter a renegociação dos Estados, que aqui eu quero deixar registra-

do ao senhor Governador Confúcio Aires Moura, que ele vai a todas as reuniões que eu estive sabendo, inclusive, da banca da federal, e diz que o Estado de Rondônia está em condições tranquila, ou seja, está melhor do que os demais Estados. E ontem, e aí eu vou também dizer, ontem eu vi também o senhor Esperidião Amim que é o relator Deputado Federal dessa matéria, ele colocou, ele começou a falar, e no discurso dele, ele trouxe à tona uma situação que, ele falou dessa forma: "que todos os Estados que vêm aqui em Brasília, os Governadores e dizem olha nós estamos tranquilos, nós estamos viáveis, não tem nenhum problema, certamente está enganando todo mundo. Porque há sim, uma problemática que deve ser percebida, que deve ser analisada. Alguns fatores de contas que não são acrescentadas em alguns percentuais" e aí ele fez uma arrazoado lá e me causou um ponto assim, que nós temos nesta Casa, este Parlamento, deve pedir as devidas informações necessárias para que não possamos, amanhã ou depois, a gente estar aqui, igual nós iremos chamar a Previdência ou o IPERON para a dona Maria Rejane para explicar algumas questões da Previdência. O Sr. Governador, esta Lei, a PLP 257, exemplo, os Estados que quiserem fazer um acordo com a União, eles deverão ser submetidos a este tratamento, a este regramento jurídico, a esta Norma, esta Lei; e lá diz, olha o que diz, olha o absurdo: "não conceder vantagem, aumentos, reajustes, ou adequação de remuneração a qualquer título, ressalvadas as derivadas de sentença judicial, transitada e julgada, à promoção dos militares", ou seja, ele coloca aqui, na situação em que se o Governo do Estado de Rondônia quiser fazer essa renegociação de dívida, ele não vai poder aplicar várias medidas aos servidores, porque eu fico analisando, então vamos ficar aí por quanto tempo parado? Quantos anos congelados? Não, era vinte, a proposta era vinte, e aí estão querendo reduzir para dez anos, então todo mundo vai padecer, gente, porque a cada dia um saco de feijão vai para 20, 15 e só aumenta...

O SR. ADELINO FOLLADOR - Com a inflação que tem hoje, não é? Vai correndo tudo e ...

O SR. JESUÍNO BOABAI - O Brasil vai entrar em declínio total mesmo, e isso é alarmante e dizer para o Sr. Governador que nesta, a nossa Constituição Estadual em seu artigo 46, ele diz que: "nós, esta Casa aqui, somos responsáveis para analisar toda questão contábil, toda questão das finanças, autorizar essa medida, ou seja, se o Governo Confúcio quiser aderir, iremos, aí eu vou fazer uma proposta, em chamar o Executivo aqui, para ele ter que justificar, ele vai ter que justificar muito bem justificado, fazer uma justificação plausível, em aderir essa renegociação, e por que eu digo isso? Tem BERON, a dívida do BERON, tudo bem, tem PIDISE que também é uma dívida, mas, eu fico analisando: Rondônia está na mesma situação dos demais? Então, é por isso que a gente tem que fazer um check list, fazer realmente uma, não vou falar devassa, nós temos que ter todas as informações inerentes, inerentes, seja do IPERON, seja de tudo, não é aquele Portal Transparência não, que a gente vê, é chamar a Secretária e apresentar assim como mandaram, Deputado Lazineiro, vou já passar a palavra para o senhor; mandaram, a Santo Antônio mandou, todo o projeto original, diga-se de passagem, todos os proje-

tos, estão lá na minha mesa, quem quiser, tiver disposição, é original, mandou o projeto, projeto este que é uma folha, é um pedido da Santo Antônio para aumentar a cota, a SEDAM analisa em uma forma urgente, manda o técnico, o técnico dá um parecer assim meio receoso, mas, conseguiram e mandaram, o projeto está aqui nesta Casa tramitando. E o senhor é o relator agora, não é? Está nas mãos da relatoria, o Deputado Adelino. Vou passar a palavra agora para o Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Deputado Jesuíno, Vossa Excelência está levantando a questão desta nova proposição de Lei lá para o Congresso, ela já vinha sendo trabalhada, sendo discutida desde março. Mas, o gozado é que a ex-presidente, a Presidente Dilma, ela vetou o aumento do Judiciário, e agora o Congresso aprovou o aumento do Judiciário, derrubou o veto, ou seja, onde você tira de um lado e dá para o outro. Você pega agora o Ciência sem Fronteiras, acaba, nos próximos dois anos não vai ter mais. O Mais Médicos, nos próximos dois anos, não vai ter mais. Habitação, principalmente rural, está fadada agora, o Estado de Rondônia e o Brasil a ficar, o Brasil inteiro com onze mil unidades. Ai, quando se trata do servidor público, quando se trata dos outros poderes é só penalidade. Então, tem alguma coisa que está errada aí. Será que o Judiciário é porque ele manda prender? Eu estou achando que é, porque o Judiciário manda prender. E aí lá no Congresso tem 350, 360, para não generalizar Deputado Adelino, tem 300, vamos colocar 350 Deputados, que vai ter que construir cadeias próprias; não tem outra justificativa, não tem outra, para segurar o impeachment e para não mandar prender todo mundo que o Sérgio Mouro quer que prenda. Acho que não tem outra justificativa, porque aumentar 46% só para um setor e tirar dos outros todos, não tem justificativa, não é?

O SR. JESUÍNO BOABAID – E inclusive Deputado Lazinho, teve um Magistrado aí, que, diga-se de passagem, de decência mesmo, ele fez uma carta, um requerimento de que ele não queria que houvesse tal aumento, que fosse dado tal aumento, mas aí eu fico perguntando: realmente, por que só para o Judiciário, não é? É porque eles têm a força da caneta de mandar prender? Realmente concordo com a sua teoria e certamente é isso mesmo, é o temor, é o temor, ou porque está devendo alguma coisa, então manda prender. E a gente tem que analisar, este País não tem que viver desta forma, não tem que viver desta forma, coagido. Quer dizer então que os Parlamentares hoje estão sob coação? Eu quero acreditar que isto não está acontecendo. Eu quero acreditar que isto não está acontecendo.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Com certeza, eu entendo que pelo que está acontecendo lá, este aumento do Judiciário foi mandado pela Ex-Presidente que estava no poder e o Presidente para se manter no poder, não teve coragem de segurar o projeto, porque ele pela instabilidade, preferiu colocar para acomodar os sindicatos para que não houvesse aquela pressão em cima. Pelo menos se tivessem aguardado para analisar isso depois desta instabilidade, mas, isso que eu estava falando antes, que nos preocupa, Deputado Lazinho, Deputado Jesuíno, é essa insegurança que para se segurar no poder, faz qualquer coisa, vende a mãe, acaba com o País se for o caso,

para se manter no poder. Esta é a preocupação que eu tenho hoje, e eu tenho certeza de que todo cidadão do Brasil hoje tem esta insegurança, que para poder se manter a qualquer custo, tomam todas as medidas e não olham o que pode acontecer lá na frente. Então isso é aquilo que eu falei antes, a Ex-Presidente para se manter no poder mandou este Projeto, e aí não conseguiu se manter, e o outro para se manter aprovou, Deputado Lazinho, mandou votar, que poderia ter seguido para analisar com mais calma, depois que decidissem quem é o Presidente legítimo ou não, se tivessem essa dúvida, para evitar que haja com essa situação econômica que está o País, mais esse ônus que com certeza vai pesar muito nas costas dos brasileiros, obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – A Presidente Dilma, Deputado, ela tinha vetado o aumento do Judiciário, ela tinha vetado, e aí agora eles derrubaram o veto...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Foi ela que mandou, foi ela...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Não, do Judiciário não, do Judiciário era outro tipo de projeto lá que eu não..., mas, ela tinha vetado, porque o aumento, inclusive, tinha sido de 76% me parece, 57% é isso? Ela vetou e aí agora eles votaram 46. Mas eu esqueci de falar que um pedaço do Pré-Sal também já foi vendido, 8.5% já foi embora, vai o resto tudo agora.

O SR. AÉLCIO DA TV – Presidente, eu gostei muito da colocação do Pré-Sal, do Deputado Lazinho, porque já que o petróleo é nosso e a gente paga tão barato pelo combustível brasileiro, vender para mim não vai fazer muita diferença não, porque, quem deve 492 bilhões como a Petrobras deve, o petróleo é nosso não, a dívida da Petrobras é nossa, nós brasileiros vamos ficar só com a dívida da Petrobras. Mas eu quero fazer um comentáriozinho que eu, nesses dias de recesso, eu fui à Bolívia de carro e pude transitar com a minha camionete de pobre que é a gasolina, ali pelos Andes boliviano, pagando gasolina pura, a R\$ 1,85. Gasolina pura. A minha camionete que faz aqui 8, 9 com um litro, ela fazia 11.6 com um litro lá, porque é gasolina pura, não tem álcool, não é misturada. Então, uma gasolina infinitamente superior a nossa, com um preço muito mais baixo que o nosso, diga-se de passagem, produzida pela Petrobras que era nossa, e o governo brasileiro deu para a Bolívia. Então, pelo menos uma benesse se viu, dei uma voltinha lá, com a gasolina da Petrobras brasileira que foi presenteada para o governo boliviano. Só para fazer um comentário sobre o Pré-Sal.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Hoje nós invertemos a pauta e o Regimento diz que nós, sessenta dias que antecedem as eleições, nós temos que reduzir pela metade as Sessões. Então, amanhã não haverá Sessão, só na próxima terça-feira, eu tenho muitas coisas para falar, mas, eu quero só discorrer só sobre outro ponto. Estive lá na Câmara e também no Senado, vendo a situação da implantação da TV Assembleia e aí, foi um compromisso com o Presidente desta Casa conosco, em implantar a TV Assembleia e aí, para surpresa, conversando com um representante do Senado, que como é que está lá a situação. Amanhã estarei apresentando este devido requeri-

mento ao Presidente da Casa, ao senhor Maurão de Carvalho, o qual tem este compromisso, com este parlamentar, bem como com todos estes Deputados, todos os Deputados em implantar a TV Assembleia. E por que nós defendemos a implantação da TV Assembleia? Porque é gratuita, o Senado vai custear todo o equipamento. O que é que a Assembleia vai disponibilizar? Apenas a estrutura física, compra de computadores e o pessoal, e, isso trará um benefício tamanho, tamanho, para o cidadão rondoniense: ter ciência realmente do que está acontecendo neste Parlamento. Então amanhã estarei fazendo este Requerimento que é um termo de interesse por parte desta Casa, bem como da Rádio Assembleia que vai ter também, que lá ficou o seguinte: divisão - a Assembleia ficará, no caso, desculpa, a Câmara ficará com a Rádio que vai disponibilizar os equipamentos e o Senado o equipamento para a TV Assembleia e se nós no caso, a Assembleia, não fizer o devido requerimento, no ano de 2017/2018, não vai ter ainda, e o que ficou a ideia lá, todo mundo falou: "não deputado, nunca ninguém teve interesse de Rondônia, em vir aqui buscar tal benefício"; porque é benefício para esta Casa, então aqui em público, iremos fazer um requerimento ao Presidente, e acredito sim, que o Presidente Maurão vai encaminhar a devida documentação para que este projeto comece a tramitar. E tenham a certeza de que isso fortalece o Parlamento. Isto traz a devida publicidade, princípio constitucional que está lá na Carta Constituinte de 1988, em seu artigo 37.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Um aparte.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pode falar.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Nós estivemos no Mato Grosso e lá, trouxemos os prospectos já, de como funciona lá, e trouxemos para o Deputado Maurão, inclusive até, ele já passou para a engenharia para ver como vai colocar a torre, já para colocar rádio e televisão, no novo prédio da Assembleia. Nós trouxemos lá e funciona muito bem, com certeza, Deputado Jesuíno, eu acho que é um meio, a rádio e a TV Assembleia, vai ser uma maneira de transmitir as Sessões, de fazer entrevista com os Deputados, com lideranças, e eu acho isso muito bom. Funciona, e nós trouxemos, inclusive, os dados e passamos para o Deputado Maurão e ele chamou o pessoal da engenharia, já para prever a instalação da torre e prever o local para adequar. Então eu acho que com certeza, nós temos que ficar, ver se já está acontecendo de fato, mas, é uma coisa muito importante, esta estrutura da rádio e TV Assembleia, lá no Mato Grosso funciona e aqui vai funcionar muito bem.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Aécio.

O SR. AÉLCIO DA TV – Eu queria fazer um pequeno comentário, eu nunca toquei neste assunto até agora. As TVs públicas no Brasil, elas passam hoje por um martírio. Quando eu falo isso eu estou falando do Governo Federal, TV Brasil que está na eminência de ser fechada, por problemas de audiência. As emissoras públicas brasileiras, elas têm audiência zero, um tracinho de zero, o que é praticamente nada. Nós estamos entrando numa fase de que, a televisão está começando a ficar em segundo plano, em termos de audiências. Todas as

emissoras, comerciais, elas começam a cair muito à audiência por causa da migração. O jovem, o adolescente, a criança, ela hoje já praticamente não assiste televisão mais. As redes sociais, então eu acho, é posição minha, eu sei que provavelmente a maioria não tem esse entendimento de audiência, de emissoras, essas coisas, não tem essa afinidade e eu particularmente estou, inclusive, apoio a ideia do governo federal de fechar a TV do Governo Federal porque não existe audiência. Quando você pega TV Justiça, TV Senado, TV Câmara, todas elas, a audiência é quase nada e vai acontecer conosco na hora que a gente tiver aqui. Já tem em outros Estados e eu tenho acompanhado isso, nas visitas que a gente faz, tem uma estrutura gigantesca no Maranhão, Estado muito menor que o nosso, como lá em Roraima, que é desse tamanhinho lá, tem a TV Assembleia, lá no Maranhão tem a rádio e eu tive a oportunidade. Eu, por exemplo, já estou me atentando para essa situação, já tenho um programa diário na internet. Eu já tenho um programa de segunda a sexta, 11:00 da manhã, Conexão Aécio da TV, transmito simultaneamente para a minha página, para os dois perfis, simultaneamente as três, porque é uma tendência. Eu particularmente acho que o investimento, é um investimento que em pouco tempo vai descobrir que jogou dinheiro fora. É o que eu vejo como uma pessoa do segmento. Acho que uma inserção da Assembleia dentro da Globo, por exemplo, que tem lá sua maior fatia, apesar de ter perdido muito nos últimos anos, quando a gente soma a audiência geral de Televisão, ela diminuiu o volume de pessoas assistindo televisão por causa disso aqui, por causa da internet, por causa de outras plataformas que as pessoas veem hoje. Então eu acho que em pouco tempo vai perceber que o investimento é um investimento que não dá o retorno que a gente esperava. Não podemos abrir mão de estar anunciando nas TVs, porque elas têm audiência pela programação diferenciada, mas nós vamos ter aqui a discussão, ficar aqui falando de projeto tal, interessa pouco à população esse nível de informação nossa. Eu falo isso por causa de mim também, todos nós. Então eu estou colocando apenas o meu posicionamento, sei que a maioria é favorável, não vou ficar contra, mas eu estou colocando porque hoje o governo federal passa por esse problema com a TV Brasil lá, que tem mais de 500 funcionários, custa mais de R\$ 500 milhões por ano e descobriu que não tem audiência nenhuma.

(Às 17 horas e 12 minutos o senhor Edson Martins passa a presidência ao senhor Adelino Follador)

O SR. JESUÍNO BOABAID - Mas sim, Deputado, o senhor falou, é um conceito seu, é um entendimento seu. Mas eu tenho uma divergência total porque, como eu falei para Vossa Excelência, a questão é gratuita, os equipamentos são gratuitos, os recursos humanos que nós temos, a maioria aqui dos técnicos serão habilitado e o custo vai ser só na questão da manutenção da energia elétrica. Isso que foi falado pelo próprio representante do Senado. É isso que ele me falou, que o custo é baixíssimo. Se nós fizermos, eu falo como cidadão e como eleitor, eu chego lá na ponta, lá só ouve rádio e televisão, muitos que, aí perguntam o que realmente o Deputado faz; quais são os projetos que são debatidos; o que, de forma verdadeira, é o Parlamento. Muitos não Sabem nem o que faz,

nem se pode entrar aqui: “mas pode entrar lá?”. Eu defendo de forma árdua. Sou também assíduo às redes sociais, tenho também a minha página, tenho minha própria página pessoal, iniciamos um trabalho bem assíduo no facebook, WhatsApp, mas, eu entendo que é um público totalmente diferenciado para aquele que ainda utiliza a questão da televisão e do rádio. É algo que vai agregar ao Parlamento, é algo que vai fortalecer isso aqui. Porque nós estamos cansados, política de forma verdadeira, para você chegar lá você vai ver várias reuniões, um monte de gente batendo palma. Pode ter certeza ali que tem CDS, outros são amigos de forma verdadeira, mas, falar de política lá naquele pessoal que está sendo afetado, que está sendo atingido, que não tem nada, que está passando por todo tipo de dificuldade, ele joga pedra, mas, porque ele não entende o que é Executivo que manda de forma verdadeira, que executa, que o legislador aqui apenas vai aprovar ou não, a Legislatura é também de forma resumida, você tem limite, são limitadas as atribuições do Legislativo. Então, nada mais é de forma a esclarecer. Eu entendo que realmente tem que fechar o canal da Presidência da República, não traz nada de benefício. O que é que traz? Nada. Pelo menos aqui a gente vai poder falar das Comissões, dos trabalhos das Comissões, o que está sendo feito, falado. Eu acho interessantíssimo, isso vai agregar. É algo que tem que ser implantando também, tem que ser implantado, o Congresso Nacional, o Senado deve implantar as TVs bem como a rádio nas Assembleias Legislativas para divulgar, para difundir. Diga-se de passagem, é um canal único. É um canal exclusivo. Vão ser 24 horas de programações de Deputados, de ações de Deputados, o que realmente nós estamos fazendo aqui no Parlamento.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Agora, eu, com certeza, Deputado, concordo. O Deputado Aécio tem sua opinião, mas, eu tenho certeza de que se for um trabalho bem enxuto, poucos funcionários e bem manuseado, a população fica sabendo melhor o que está acontecendo. Nós vemos hoje a Câmara dos Deputados, a TV Senado e a Câmara, hoje tem uma audiência absoluta. Eu mesmo, muita gente assiste e hoje está a par do que acontece no Congresso Nacional. Então, hoje, a população criou o hábito também de assistir. Então eu acho que também, se alguns determinados horários que a Assembleia não quiser transmitir, deixa transmitindo a Câmara dos Deputados de Brasília ou o Senado, usa os espaços que forem mais adequados aqui, que têm Deputados que tem trabalho, têm Comissões, o trabalho nas Comissões, eu acho um trabalho excelente nas Comissões. Muitos Deputados não valorizam isso, mas, eu vejo os Projetos sendo discutidos lá nas Comissões, onde a população vai saber o que é uma Comissão, o que é discutir um projeto e também aqui. Eu acho que vem, com certeza, agregar um conhecimento melhor à população sobre política, sobre o trabalho do Parlamento. Então eu acho isso louvável, seja feito um quadro enxuto para não ficar aquele monte de gente, um atrapalhando o outro, que sejam escaladas as pessoas direitinho, que quando o Deputado chega, tem um projeto que ele relatou ou que ele está discutindo um pro-

jeto, ele possa discutir publicamente, que a população saiba o que está sendo votado nesta Casa. Eu acho que isso é muito importante, é só questão de saber usar tanto a TV Senado, a TV do governo federal não tem audiência porque só falava da Dilma, Dilma, Dilma 24 horas. E aí enche o saco e falando de coisas que não estão acontecendo no País, mentindo direto, aí não tem credibilidade. Tem que falar a verdade, saber o que está acontecendo. Então, parabenizar, Deputado, pelo seu discurso, e com certeza eu acho que ainda é uma coisa que deve ser discutida dentro, cada um tem a sua opinião, mas eu acho que com certeza vai agregar muito no trabalho dos Deputados aqui na Assembleia. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Só, eu já vou finalizar, para falar da reunião que eu tive também com o Coordenador Geral da SPU. O que é que eu fui fazer lá também? Que teve uma Audiência Pública, discutiu sobre a Figura A e estava aquela celeuma: por qual motivo não foi passada essa área ainda? Vamos falar 100 anos, 100 anos de problema da Figura A, inclusive, aqui está o Deputado Ribamar Araújo que iniciou também, chamou Audiências Públicas, veio com um trabalho e eu fui lá perguntar para o representante, que aqui tem Antônio da SPU local e tem o Coordenado, Hilton o nome dele, se eu não me engano é Hilton. Muito educado, me atendeu, estava em reunião, nós conversamos, aí ele colocou: ‘Deputado, está feito já todas as tramitações, todas as documentações’. Como existe um parecer da Procuradoria que não pode ter uma assinatura de contrato no período eleitoral, quando for em janeiro agora, dia 1º ou dia 2 de janeiro, aí cabe também aos Parlamentares aqui da bancada federal, aos Senadores, os próprios Deputados Estaduais, buscar aqui novamente para a gente, de forma definitiva, assinar esse contrato e essa Figura A, a parte que é o Bairro Pedrinhas, Panair, Arigolândia, parte ali do Triângulo, e outras, adjacências, que serão devidamente passadas para o Estado de Rondônia. E aí nós começamos a conversar sobre a SPU e aí eu disse uma série de situações, quanto que ainda existe a cobrança, é uma taxa de ocupação que você paga, que ele desconhecia. Ele falou: ‘Deputado, eu tinha uma agenda para Rondônia e aí eu fui para Manaus, mas, o senhor me trazendo essas informações, eu faço questão agora de ir a Rondônia para saber como está a SPU local’. Pedi para ele que me ligasse que no dia em que ele estiver aqui presente quero também ir lá prestigiar a vinda dele aqui, conversar e mostrar o que aconteceu, a devassa que foi feita por parte do senhor Antônio, em entrar com ações de reintegração de posse, de casas de pessoas que residiam há mais de 40 anos e ele, de uma forma unilateral, notificou e já reintegrou. Teve pessoa até que não suportou a dor em receber um documento de uma cobrança de quase R\$ 7 mil, era uma senhora idosa que teve um infarto e faleceu. E ele sabe disso. Então é essa a situação que eu queria falar também, deixar a informação para todos que se encontram na Figura A, que é uma discussão que nós fomos lá também e estamos acompanhando. Então, tem outras questões e eu terça-feira que vem nós iremos debater. Dizer que vários pré-

candidatos estão aí na corrida política, tanto para Vereador, tanto para a majoritária, para Prefeitos e que fiquem atentos. Muitas pessoas estão patrocinando suas páginas, estão fazendo algumas medidas e o TRE, inclusive de Rondônia, já tomou uma decisão, aplicando uma multa, de cada um, foi em dois pré-candidatos, de R\$ 5 mil cada um. Então, essas pessoas que utilizam as redes sociais; como disse o Deputado Aécio da TV, que fiquem atentas, podem fazer a publicidade, mas, não peçam votos. Não faça algo que vai de encontro à legislação atual, que houve sim uma alteração na legislação eleitoral e que as pessoas fiquem atentas. Era isso que eu queria dizer nesta tarde. Dizer que hoje será votado e discutido, votado não, será discutido novamente a PLP 257, a qual o Rodrigo Maia deferiu aos Deputados Federais um curto período em fazer as devidas emendas e hoje, possivelmente, eles iriam discutir e se tivesse quórum suficiente, aprovar ou não a PLP 257. Boa tarde a todos e obrigado.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Parabenizar o Deputado Jesuíno pelo pronunciamento. Quero também registrar aqui que ontem encerrou a festa, a EXPOARI lá em Ariquemes, onde foi um sucesso. Parabenizar o nosso Presidente Dorival Gaspar, que fez um grande trabalho; parabenizar o Presidente da APA – Associação dos Pecuaristas de Ariquemes, que todo ano é uma festa tradicional, onde as quatro melhores festas em nível nacional e a melhor da região Norte, considerada. Então, para nós é um prazer muito grande. Também, ontem, foi mais de 60 pessoas à Câmara de Vereadores, através do Vereador Adair Moulaz, que é o Presidente daquela Casa; parabenizar todos os Vereadores onde homenageou 60 pessoas ontem, em Ariquemes, pioneiros, pessoas que tiveram história em Ariquemes, entre essas eu fui também homenageado. Então, para mim, é um prazer ter participado ontem, onde estava lotado, a população participou e eu acho que é uma maneira de incentivar as pessoas para contribuir cada vez mais com a sociedade. Então, eu vi os pioneiros, muitas pessoas lá que ficaram muito satisfeitas com essa decisão. Eu quero também comunicar que a partir de amanhã não tem mais Sessão na quarta-feira, durante o período eleitoral; decisão da Presidência, conforme o artigo 109, durante o período de 60 dias que antecederam as eleições gerais estaduais e municipais as Sessões Ordinárias da Assembleia Legislativa serão realizadas às terças-feiras, a partir das 15 horas. Então, a partir de amanhã não tem mais Sessão na quarta-feira, até passar o período eleitoral. Isso, só as Sessões normais. As Comissões continuam da mesma maneira, nos mesmos horários, também de manhã, as reuniões nas Comissões.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, comunico a realização de Sessão Solene de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid, dia 4 de agosto, às 9:00, em homenagem às Taquígrafas da Assembleia Legislativa, e convoco Sessão Ordinária para o dia 09 de agosto, no horário regimental, as 15 horas.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 17 horas e 31 minutos)

ATA DA 41ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 09 de agosto de 2016

Presidência do Sr.
DR. NEIDSON-Deputado

Secretariado Pelo Sr.
LEBRÃO-1º Secretário

(Às 18 horas e 48 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (PRB), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Leo Moraes (PTB), Luizinho Goebel (PV) e Marcelino Tenório (PRP).

DEPUTADOS AUSENTES: Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PMDB), Lúcia Tereza (PP), Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 41ª Sessão Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura. Solicito ao Sr. Secretário proceder a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Peço a dispensa da leitura da Ata, Sr. Presidente.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior e determino sua publicação no Diário da Assembleia Legislativa.

Passamos a Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Secretário proceder a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 106/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 152. Altera a redação do § 2º do artigo 84-A da Lei Complementar nº 432, de 3 de março de 2008.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 106/16 de autoria do Poder Executivo. O painel está aberto. Votação nominal.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim

- Deputado Ezequiel Júnior	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- sim
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho -	ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- ausente

Com 13 votos favoráveis, Projeto aprovado em segunda discussão. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 108/16 DO PODER JUDICIÁRIO/OFÍCIO Nº 032/2016. Estabelece regulamento próprio para concessão e controle de férias de servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, observadas as disposições do artigo 98, c/c os artigos 110 a 115, todos da Lei Complementar nº 68/1992.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 108/16 de autoria do Poder Judiciário. Votação nominal. O Paine! está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- ausente

Votação encerrada. Com 13 votos favoráveis. Projeto aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 444/16 DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Declara de utilidade pública a Entidade de Obras Sociais da Paróquia São José, município de Ji-Paraná.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Projeto de Lei 444/16 de autoria do Deputado Airton Gurgacz. Em segunda discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 451/16 DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM 153. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$ 1.600.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Penitenciário – FUPEN.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 451/16 de autoria do Poder Executivo. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 452/16 DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM 154. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro até o montante de R\$ 700.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Junta Comercial do Estado de Rondônia – JUCER.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 452/16 de autoria do Poder Executivo. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 456/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 156. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 98.525.000,00, em favor das Unidades Orçamentárias: PGE, SETUR, CGE, SEAE, SUGESP, SEGEPE, SUPEL, SEFIN, DER, SESDEC, SEJUCEL, SEPOAD, FES, SEDAM, SEAGRI, IDARON, SEJUS E SEAS.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 456/16 de autoria do Poder Executivo. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 423/16 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 104. Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996,

que institui o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 423/16 de autoria do Poder Executivo. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Encerrada a Ordem do Dia. Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar essa Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 16 de agosto no horário regimental, às 15 horas.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 18 horas e 56 minutos)

**ATA DA 35ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR
SOBRE O PROJETO DE LEI QUE TRATA SOBRE A GESTÃO
DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS ESTADUAIS.**

Em 08 de agosto de 2016

**Presidência do Sr.
LÉO MORAES-Deputado**

(Às 09 horas e 23 minutos é aberto a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores bom dia a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Léo Moraes, realiza Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei que trata sobre a Gestão Democrática nas Escolas Estaduais. Convidamos para compor a Mesa Excelentíssimo senhor Deputado Estadual Léo Moraes, proponente desta Audiência Pública, a Excelentíssima Senhora Fátima Gavioli, Secretária de Estado da Educação; o Doutor Vítor Carvalho Miranda, Defensor Público representando a Defensoria Pública do Estado; a Senhora Elizabete Matias de Siqueira, Gerente de Gestão Escolar SEDUC; Professor Valter Belarmino, Diretor da Escola Estadual John Kennedy.

Lembrar as senhoras e senhores que esta Audiência Pública e todas as Sessões Solenes, Ordinárias e Audiências Públicas obviamente, elas são transmitidas ao vivo pelo site da Assembleia Legislativa cujo endereço é: al.ro.leg.br.

O SR. LEÓ MORAES (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta Audiência Pública com intuito de discutir o Projeto de Lei que trata sobre a Gestão Democrática nas Escolas Estaduais.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para ouvirmos o Hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim Araújo Lima e música de José de Mello e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Muito obrigado podem sentar, e as pessoas que estão sentadas aí na

galeria caso queiram podem, por favor, vir aqui para dentro do plenário da Assembleia, por favor, caso queiram.

Senhor Deputado Léo Moraes, proponente desta Audiência Pública, vamos registrar a presença da senhora Ana Lúcia Gubrt, Chefe do Núcleo de Gestão Democrática da SEDUC; Eliete Lopes, Diretora da Escola Estadual José Otino de Freitas; Professora Cláudia Setubal, Diretora da Escola Estadual Maria de Nazaré, lá em Jaci-Paraná; Professora Carla Suzete Chaves, Diretora da Escola Estadual 21 de Abril; Senhoras e senhores funcionários de escolas; Professor Francisco Rodrigues Lopes; Diretor da Escola Estadual João Bento da Costa; Professor Fábio Arantes, Diretor da Escola Estadual Lydia Johnson.

E a partir de agora S. Ex^a o senhor Deputado Léo Moraes conduz a Audiência Pública.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Gostaria de desejar um bom dia a todos os profissionais da área da Educação que aqui estão presentes. Antes de qualquer coisa agradecer a Deus a oportunidade.

Cumprimentar os nossos valorosos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia; cumprimentar as autoridades presentes para participarem desta discussão; cumprimentar a Secretária de Estado, Fátima Gavioli, que não se esquia de participar dos debates para que possamos solucionar, senão minimizar os problemas referentes a comunidade docente, assim como todos da sociedade do nosso Estado, e tão amado Porto Velho Rondônia; cumprimentar o Doutor Vítor Carvalho Miranda, Defensor Público que está aqui conosco, a Defensoria Pública que tem tido um papel fundamental, preponderante nos nossos debates, inclusive para os encaminhamentos e soluções de vários conflitos existentes; cumprimentar a senhora Elisabete Matias de Siqueira, Gerente de Gestão Escolar da SEDUC; Professor Valter Belarmino, Diretor da Escola Estadual John Kennedy; demais Diretores que já vejo aqui presentes, a Carla Chaves, a Alaíde, que é a nossa colega de primeira hora; o Chiquinho que está aqui conosco, do João Bento da Costa, assim como os demais Diretores. Dizer que é um prazer muito grande recebê-los aqui na Assembleia e deixar sempre as portas abertas, afinal aqui é o problema de equacionar, de minimizar, de tentar sempre auxiliar qualquer contenda que possa acontecer no nosso vasto recanto de Rondônia. Gostaria de forma muito breve já anunciar que por conta de agendas anteriormente firmadas a Secretária vai ter que se ausentar às 10h15min, e a gente também não é diferente por conta de alguns prazos estabelecidos na legislação eleitoral e que por conta disso logo, logo terei que formalizar o registro de candidatura terei que ir ao Tribunal Regional Eleitoral. Então se a gente pudesse ser objetivo aqui nas nossas discussões, melhor ainda, e fico extremamente agradecido.

Passar a palavra para a senhora Elizabeth Martins de Siqueira, Gerente da Gestão Escolar da SEDUC. Por gentileza.

A SRA. ELIZABETH MARTINS DE SIQUEIRA – Gostaria nesse momento de cumprimentar o Deputado Léo Moraes, proponente desta Audiência Pública; a nossa Secretária de Estado da Educação Professora Fátima Gavioli; o Doutor Vítor Carvalho Miranda, Defensor Público, obrigado por estar dividindo conosco; e o Professor Valter Belarmino, Diretor de Escola, representando todos os demais Diretores de Escola. Gostaria

de estar saudando as funcionárias, Técnicas da Secretaria de Educação, especialmente da Gerencia Escolar, obrigada também pela presença e dizer que nós estamos aqui abertos a ouvir as sugestões de vocês, as discussões para dialogarmos e podermos realmente colocar mais atribuições na Lei da questão democrática.

Dizer que é um momento importante para toda a comunidade escolar, principalmente para a Secretaria de Educação, onde nós podemos estar melhorando a nossa Legislação e consequentemente também o desempenho nas nossas Unidades Escolares.

Então obrigada pela presença de cada um, obrigada por esse momento e essa oportunidade.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecendo a senhora Elizabete e em ato contínuo já passo a palavra a Secretária de Estado, senhora Fátima Gavioli.

A SRA. APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI – Bom dia a todos. Quero cumprimentar aqui o proponente da Audiência Pública o Deputado Léo Moraes, e aproveito a oportunidade para agradecer e parabenizar todo o apoio que o Deputado Léo Moraes tem oferecido à Educação, principalmente a Educação Pública Estadual em Porto Velho. Cumprimentar o Doutor Vítor Carvalho Miranda, agradecer pela presença; e todos os trabalhadores em Educação da Secretaria de Educação; a Doutora Carol da nossa Procuradoria Jurídica da SEDUC; e todos os Diretores de maneira especial.

Eu acredito que vai caminhar mais tranquilamente se nós soubéssemos se existe alguma propositura, certo Deputado Léo? Então eu vou deixar à vontade, vocês fazem as... Acho que todos deveriam fazer as suas proposições para que a gente pudesse dizer se é possível ou se não é possível, tá? Lembrando a vocês que é um PL que deu entrada na Assembleia, onde eu e o Deputado Léo estamos com muita boa vontade para que seja aprovado e a Gestão Democrática continue no Estado de Rondônia, mas que não depende só de mim e do Deputado Léo, existem outros atores envolvidos nesta gestão e com a decisão do STF a Gestão Democrática já caiu em quase todos os Estados brasileiros. Então o nosso papel nós estamos fazendo, mas não há nenhuma garantia de que a gente vai chegar ao final tendo êxito nisso. Muito obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer a Secretária Fátima Gavioli. Passar a palavra aqui para o nosso Defensor Público, Vítor Carvalho Miranda, para que também faça suas considerações.

O SR. VÍTOR CARVALHO MIRANDA - Muito obrigado Deputado Léo Moraes a quem eu cumprimento desde já; cumprimento também a Professora Aparecida Fátima Gavioli, Secretária de Estado, muito obrigado; Professora Elizabete Matias, Professor Valter Belarmino e a Procuradora Carol. É de suma importância que a discussão sobre a gestão democrática seja levantada principalmente no momento em que em diversas comarcas do país, em diversos municípios e Estados começa-se a se discutir projetos de lei intitulados escola sem partido, que na minha visão visam não, ao invés de tirar a visão de uma determinada visão de mundo e sim implementar uma única

visão, o que deve ser combatido no ensino. O ensino deve ser plural, deve abarcar todas as ideias possíveis para que a gente possa formar pessoas com massa crítica e não massa de manobra, assim a pluralidade também passa pela gestão da escola pois uma das formas de se introduzir novas ideias nos planos pedagógicos é por meio dos conselhos que, como prevê a legislação, assim é de suma importância que este debate ainda mais no presente momento seja reavivado para que nós possamos aperfeiçoar esses mecanismos de introdução de ideias e de refrigeração de ideias nas escolas. Obrigado, deputado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Nós que agradecemos Doutor Vítor que sempre está aqui conosco. E já passamos a palavra ao Professor Valter Belarmino, que neste ato representa os diretores ainda que audiência pública tem o fito de debate, de solução, então todos que aqui estão ficam bem à vontade para utilizar a nossa tribuna e apresentar a sua opinião referente ao caso dessa lei da gestão democrática.

Professor Valter Belarmino, por gentileza, a palavra está com o senhor.

O SR. VALTER BELARMINO - Bom dia a todos. Em nome da Exm^a Sra. Aparecida Fátima Gavioli eu quero cumprimentar todos da Mesa. Dizer que é um prazer imenso estar aqui e que este projeto realmente venha contemplar todos os nossos anseios, toda a categoria da educação e em especial todos os diretores do Estado de Rondônia. Ademais, muito obrigado a todos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Obrigado professor. Quem quiser falar fique à vontade, nosso Cerimonial está aí, e é importante neste momento onde nós temos a chefe da Secretaria, a gestora, ordenadora, a Secretária aqui presente para que nós possamos através de ideias, de opiniões logicamente expressar algumas insatisfações. Eu já tenho algum debate prévio formulado, formatado juntamente com os diretores e que gostaria de deixar registrado e consignado aqui na nossa ata da audiência pública. Bem, primeiro fazer um rápido preâmbulo, um introito em relação ao que se refere a essa lei, como que nós chegamos neste momento e neste dia aqui na Assembleia Legislativa. Foi declarado inconstitucional o projeto de lei e a lei da gestão democrática no Estado de Rondônia, o Tribunal de Justiça declarou inconstitucional por vício de iniciativa, e na condição de membro da Comissão de Constituição e Justiça nos chegou essa informação que era fato irreversível, logicamente que fiquei preocupado, conclamei alguns diretores que tinha mais proximidade para que pudéssemos discutir, depois de uma ampla, ferrenha, intensa discussão nós apresentamos um projeto de lei que visava reformular, reformatar a gestão democrática do Estado de Rondônia de modo que a gestão em si, todo o bojo da gestão não fosse prejudicado, e nós alteramos algumas questões como, por exemplo, nomenclatura de eleição para consulta popular e algumas outras questões e apresentar o projeto, e lógico em deferência a Secretaria de Educação nós aguardamos o projeto da Secretaria chegar aqui no plenário da Assembleia Legislativa, na verdade nas Comissões. E agora nós estamos com este projeto eu na condição de relator na

Comissão de Constituição e Justiça preferi, lógico, ampliar o debate, convidar todos vocês para que nós possamos minimizar algumas arestas que ainda tem em relação a esse projeto e que o mais importante lógico é o próprio projeto, que isso reflete imediatamente na qualidade de ensino, até mesmo de pesquisa e no labor de todos vocês. Secretária, nós temos algumas ainda dificuldades, já foram solicitadas informações pela Comissão de Constituição e Justiça, eu acho que já está lá, que vocês logo, logo irão nos repassar e o quanto antes melhor, mas aqui eu já externo e publico aqui, na verdade publicisivo aqui, vou publicizar, vou tornar público a todos para que a gente possa discutir quais são algumas dificuldades encontradas no projeto. Uma questão que chama a atenção dos diretores e vice-diretores é a eleição pessoal, a eleição direta dos cargos. Isto é, eleger o diretor e o vice-diretor como antigamente não era feito. Antigamente você elegia a chapa, você escolhia o diretor e o vice-diretor para compor dentro de uma mesma equipe, até porque pensamos que eles coadunam nos mesmos princípios, das mesmas vertentes e da mesma corrente. Porque é lógico que nós não temos unanimidade em nada, nós temos pontos divergentes e eu acho que é um ponto interessante a ser re debatido dentro desse projeto. Nós temos também a questão dos diretores que seriam candidatos em escolas nas quais não tinham conhecimento, porque não tem exigência de ter um prazo mínimo que eles façam parte dessa escola. Então, às vezes, o diretor lá da Escola Capitão Cláudio vai disputar na escola do Ronaldo Aragão, lá do outro lado da cidade, mas ele não conhece as peculiaridades, as nuances, os problemas que são acarretados lá naquela comunidade. Então, de repente, fazer uma previsão de um ano, no mínimo, que ele participe dessa escola e que atue nessa escola. A questão dos outros critérios para análise de aproveitamento dos diretores, que muitas vezes os diretores estão com defasagem nos seus quadros e quando realizar a análise de capacidade, de qualidade de sua gestão, ele tem que, infelizmente, pela defasagem do quadro, logicamente ele não vai corresponder essa nota. Então tem que ser feita uma análise mais profunda. Eu acho que os diretores podem falar isso com maior tranquilidade. E também, quem já é diretor e vice-diretor, a partir do momento que essa lei entre em vigor, ele volta a ter novamente o direito de postular a reeleição nas condições que a nova lei exige. Isto é, não será considerado o tempo anterior, o tempo vigente da lei que foi ultrapassada. Então, acho que seriam umas questões que já nos passaram e que eu gostaria de transmitir aqui para a Secretária para que nós possamos avançar e, lógico, de forma equilibrada, harmoniosa, sempre respeitando quem mais tem conhecimento de educação, que infelizmente, ainda que tente, mas não sou eu, são vocês e a nossa chefe da Secretaria, para que a gente possa, de bom tino e bom trato, avançar nessas questões e atender a todos nós. Então, essas questões já nos foram passadas e gostaria, de repente, de quem quiser também fazer uso da palavra que fique à vontade e a Secretária também conclua aqui, referendando essas opiniões que já foram colhidas com os nossos diretores e vice-diretores.

Passar a palavra para a Secretária Fátima Gavioli. Se alguém quiser falar, fique à vontade.

A SRA. APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI – Bom, em primeiro lugar eu gostaria de dizer a todos que o que eu vou

responder aqui os diretores já sabem, Doutor. Nós estamos trabalhando com a lei, onde nós vamos retirar o termo 'eleição' e substituir por 'consulta pública', na tentativa de poder manter a gestão democrática na Secretaria de Educação, como um desejo do Governador. Ele não gostaria que voltasse a ser indicação política. A indicação política, principalmente em tempos de eleição, tumultua bastante o trabalho da Secretaria de Educação. No entanto, a SEDUC não está fazendo isso isolado. A SEDUC está fazendo isso junto com o Ministério da Educação. E aí tem uma lei federal, inclusive eu sou membro desta Portaria, eu sou participante dessa Portaria, que determina como devem ser os trâmites, a partir de agora, das eleições nos Estados. Vocês terão um Encontro de Gestores neste mês, este Encontro vai acontecer em Cacoal, dia 22, não é, Betinha? E lá no Encontro de Gestores, eu não sei se está confirmado, mas acredito que vocês devam conhecer lá o Leonel, que é quem realmente está acompanhando a legislação nacional. Não sei se está certa a vinda dele. Ainda não, não é? Mas tomara que esteja. O Leonel ocupa o mesmo cargo que a Betinha aqui em Rondônia, mas ele tem um destaque nacional por ele acompanhar a política pública de gestão no Brasil. Então eu estou trazendo o Leonel lá no Encontro de Gestores, para o Leonel falar com vocês como que o Mato Grosso do Sul fez e como que o Mato Grosso do Sul avançou na gestão. Eles conseguiram dar um salto muito grande lá no Mato Grosso, que o Brasil inteiro agora quer copiar. E o que o Leonel está fazendo é seguindo a diretriz nacional. Por exemplo, não existe mais essa história de que precisa ter um tempo lotado na escola. Nem que eu quisesse, eu poderia fazer isso mais. O servidor, sendo servidor público estadual, ele estando fora do estágio probatório, ele pode concorrer em qualquer escola. Isso não depende de nós. Não é uma vontade política, é um direito de ir e vir do servidor. Na verdade, o que a SEDUC de Rondônia estava fazendo antes é que estava errado. A SEDUC engessava o servidor. Ele dizia assim: para você ser candidato a diretor, você tem que estar lotado na escola tal. Não pode. Qualquer um que tivesse entrado na Justiça teria ganho nesse quesito. E aí também nós temos que pensar o seguinte: esta fala de que o servidor vai lá para a escola distante e não conhece a realidade lá daquela escola, é claro que isto não procede. Um trabalhador da educação, professor da educação, estudioso da educação; ele estuda a educação, a evasão, a reprovação, a qualidade, os indicadores; e ele vai para uma escola com o coração aberto para tomar posse ali, depois de uma consulta pública, e se a comunidade confirmou que dentre todos os que estavam na escola, chegou o Léo de fora, o Léo veio lá de a escola Paulo Freire concorrer na escola Frei Caneca, todos da escola Paulo Freire perderam para o Léo, ele está confirmado, ele está legitimado, quem somos nós para dizer que ele não tem direito a concorrer ali? Então, eu só quero dizer a vocês que a nossa Lei, ela vai ferir a Lei nacional se ela disser que para ser candidato em uma escola, ele precisa estar lotado na escola. Isso, essa eu coloco assim como uma das coisas mais difíceis de conseguir derrubar, porque o Ministério da Educação foi muito questionado pelo MPF e aí ele resolveu abrir para todos. Eu concordo com a questão de poder concorrer a mais um mandato eletivo, agora eu quero dizer uma coisa a vocês, vocês realmente gostariam de se aposentar sendo diretor de escola? Vocês gostam disso tanto assim? A escola que você

está dirigindo, você melhorou tanto assim o IDEB da sua escola? Os meninos que fizeram o ENEM na sua escola eles realmente bateram acima de 500 para você estar querendo tanto se aposentar como diretor de escola? Porque eu estou repetindo aqui o que os professores falam para mim nas reuniões de professores. Os professores Deputado Léo, eles falam assim: “professora a senhora faz a lei de um jeito que a senhora só deixa os diretores ganhar a eleição. A senhora não abre para nós”. Porque veja bem, eu sou diretora de uma escola e eu saio candidata à reeleição, as minhas chances são muito maiores do que as de um professor que vem concorrer comigo. Eu estou sim, dando muito mais poder econômico, poder para quem já está no cargo, só que o meu problema Deputado Léo, eu vou falar por Cacoal que é a minha cidade e Porto Velho não, porque Porto Velho não sei se tem, acredito que não vai ter este caso, não vai ter, mas Cacoal, por exemplo: a diretora foi quatro anos diretora do governo Bianco, o Cassol ganhou, era indicação política, ela ficou oito anos diretora do Cassol, 12. O Confúcio ganhou a eleição, ela ficou um ano diretora e ganhou a eleição, então agora ela já está no segundo mandato do Governador Confúcio, vai mudar a lei, ela tem mais oito anos como diretora. Os funcionários da escola não têm coragem de concorrer com ela, porque a fama dela é assim: “você quer sair, você pode sair, mas se você perder para mim, você vai para outra escola meu bem”. E assim, a política de Prefeito, a política de Governador, ela tem muita coisa que vocês acham que não tem na eleição de diretor. A eleição de diretor tem tudo o que tem na sua campanha Deputado Léo. Tem tudo, rola de tudo na eleição de diretor: mandato de segurança, denúncia vazia, denúncias verdadeiras e, por incrível que parece, nós respondemos na última eleição, dezoitos casos de compra de voto. Então assim, não é uma eleição comum, não é uma eleiçãozinha. Por que o STF se pronunciou sobre isso? Por que o Tribunal de Justiça se pronunciou sobre isso? Porque não está assim tão pequenino do jeito que nós estamos pensando. Então, quando vocês falam assim ‘ao mudar a lei nós queremos ser atendidos dentro da lei nos mesmos moldes que os demais, por exemplo, eu já estou diretora há oito anos, ao mudar, aqui não vai mudar a lei, vai ter uma alteração na lei, nós vamos alterar, ela não vai ser mudada, não vai trocar o número dela não, eu estou dizendo a vocês que mesmo que você esteja vindo de uma reeleição, você já estava candidato reeleito, ao mudar, ao fazer as alterações nessa lei, eu também entendo que vocês devam ter o direito de se candidatar mais uma vez, mais uma vez’. Para mim isso é constitucional, eu não estou mudando o número da lei, eu estou fazendo uma alteração nela. Agora, eu posso prever, caso ninguém entre no Tribunal de Justiça questionando, vai passar, mas eu posso prever que aqueles que já estejam. O Chiquinho, têm um trabalho fantástico, têm nome, têm resultados que sinceramente Chiquinho, alterando a lei eu vejo que você deveria ser candidato novamente. Estou usando o seu exemplo aqui por causa do sucesso da escola, mas todos são assim. Então, a possibilidade de vocês se candidatarem por mais um mandato, eu vejo com muita tranquilidade, agora, vocês me pedirem para fazer uma alteração na lei e garantir a vocês mais dois mandatos, eu de fato tenho dúvidas se foi isso que vocês pediram mesmo, porque é bem fora do que os professores estão pedindo nas reuniões do sindicato. Está bem fora do que os professores

estão conversando com a gente nas Assembleias do Sindicato. E, sobre vocês quererem formar um parzinho, em não ter um, por exemplo: saio eu e o Deputado Léo, diretor, o Léo ganhou e eu fiquei em segundo, então ele vai ser o diretor e eu vou ser a vice. Isso já está acontecendo, em Pernambuco já é assim. Mas, se vocês não quiserem a gente volta para as duplas, não vejo dificuldade na questão de dupla. Qual foi o problema da dupla? A dupla, é justamente para que a gente acabe com essa história de que quem ganha eleição, é, ele ganhou, ele perdeu. Eu vou dar um exemplo aqui que eu nem sei se eu posso fazer isso. Nós estamos vivendo um momento eleitoral e na minha cidade já tem cinco candidatos a prefeitos, cinco, cinco; mas, só um deles vai ganhar a eleição. Eu queria entender para onde vão os outros quatro depois que essa pessoa ganhar a eleição. Porque, se houver um trabalho educacional e consciente, os outros quatro deveriam se juntar ao que ganhou para todos trabalharem pelo bem da cidade. Não é assim que funciona e não é assim que está funcionando na escola. Na escola Deputado, os que perdem eleição em sua grande maioria, alegam ser totalmente execrados pela dupla vencedora e alguns chegam a ter que deixar sua escola, deixam sua escola; porque ele não vai suportar a pressão. Isso são registros, tá gente, isso são dados que a gestão democrática tem dentro da SEDUC. Então, a proposta para que os dois mais votados ficassem na direção e na vice era para tentar acabar um pouco com esse clima pesado de eleição dentro da escola. Mas, se vocês quiserem, eu concordo que volte para ser as duplas e aí vocês se candidatam, as duplas e a gente ver isso, está bom?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Bem, eu penso que é importante os nossos colegas se manifestarem. Eu tenho algumas considerações a fazer em relação ao explanado pela Secretária. Acho que essa questão, como a Secretária disse de par, de dupla, ela é importante, se a gente olhar por essa ótica, nesse prisma, nós temos que na verdade reformular o sistema político brasileiro, deixar de ter um sistema presidencialista, aí a gente começa a falar que os demais participam da gestão. A gente sabe que quando um prefeito ganha, os outros não vão fazer parte da equipe e os outros sequer imaginam vão colaborar e vão construir um novo cenário. Então, ainda faz parte de uma utopia, lógico, que eu não deixo de comungar com esses princípios; então, a gente tem que trabalhar com a realidade e a nossa realidade entende que é melhor eleger os dois do que colocar um por vez e acabar não se entendendo e prejudicar desde imediato, de imediato a gestão dos diretores. Eu não tenho dúvidas algumas. A questão que a Secretária falou de eleição, ela está pacífica a todos vocês, essa questão de que com o novo ato, na verdade a reformulação da Lei e, a Secretária tenta todo tempo minimizar os problemas e que a gente não perca a gestão democrática, isso vale salientar e é por isso que nós também abrimos total espaço para ter uma Lei oriunda da Secretaria que a nossa estava pronta e eu entendi isso; se todos estiverem de acordo, ótimo, melhor ainda a gente está aqui para bater papo, para discutir, a gente está aqui querendo ouvir opinião de todos vocês e a questão de experiência, um ano de acomodação do futuro diretor na escola também, se é o caso de vocês também concordarem conforme a Se-

cretária falou, eu fico bem à vontade, eu sou um intercessor, eu faço a interfase dos diretores com a Secretária. Então, se vocês estiverem de acordo, é isso que vai acontecer, senão a gente pode voltar a discutir com maior profundidade. Se alguém quiser fazer uso da palavra, faça de imediato antes que nós encerremos a nossa Audiência. Pode fazer uso aqui na tribuna, pode fazer uso aqui na tribuna, não precisa fazer aí não. Então, pode falar.

O SR. FÁBIO ARANTES – Bom dia a todos. Todos os colegas; Deputado; Secretária. Bom, meu nome é Fábio Arantes, gestor da Escola Lídia Johnson. Realmente, esse ponto, eu acho muito interessante que o diretor possa se candidatar a qualquer escola. É um ponto que eu acho justamente democrático, afinal, ele é um servidor público estadual. Mas, evidentemente tem algumas, algumas nuances que podem dificultar a gestão. Uma delas Secretária, é que nós temos uma diferenciação da tipologia de acordo com o tamanho da escola. Então, nós temos escolas de tipologia 01, até escolas de tipologia 05. A minha preocupação em relação a possibilidade do professor se candidatar a qualquer escola, é de que haja um número excessivo de candidaturas as escolas de maior tipologia. Veja, já que eu vou ser candidato a gestor; eu vou me candidatar a escolas de tipologia 05. Então, nós temos hoje aproximadamente 80%, 70%, 80% das escolas de tipologia 01 a 02 e 20% de tipologia 05, então quando você abre essa possibilidade de ser candidato a qualquer escola; nós poderíamos ter escola de Tipologia I, sem nenhum candidato ou pouquíssimos candidatos sem nenhum interesse em se candidatar as escolas de Tipologia I, e um número muito grande de candidatos para as escolas maiores. Essa é uma preocupação. Por quê? Porque a gratificação do diretor depende da tipologia, então, você tem aí, dá um exemplo, o Carmela Dutra, teria um número muito grande de candidatos e uma escola pequena com poucas salas de aula, teria quase nada de candidatos. Então, eu acho excelente a possibilidade de você se candidatar a qualquer escola, essa ideia de que 'ah, não conhece a realidade lá', não vejo por esse lado, acho que se ele tem aptidão, ele tem qualificação, ele tem experiência, ele tem pode se candidatar a qualquer escola, mas você teria muitas escolas preferenciais porque tem mais recurso financeiro e maior gratificação, então, teria que observar essa questão, mas eu acho interessante. E essa possibilidade de você se candidatar a qualquer escola do Estado. Veja, a escola que você não pode mais ser candidato porque você já foi candidato, já foi eleito por um tempo, o seu portfólio é o ideal para você se candidatar outra escola, então, vamos imaginar que você queira ser gestor, tudo bem, ótimo, o seu portfólio naquela escola você não pode mais, porque passou o tempo, você usa o seu portfólio para se candidatar a outra escola 'olha, eu sou o diretor da escola tal, teve um bom trabalho, teve um bom resultado e tal', isso é excelente o seu portfólio, mas a minha preocupação é que as escolas maiores vão ter muitos candidatos e as escolas pequenas quase nenhum candidato. Então, tem que ver essa questão da gratificação para o diretor, porque é um cargo de atribuições iguais, a ideia, o ideal seria que todos tivessem a mesma gratificação. Eu entendo que é preciso fazer uma tipologia por conta do tamanho da escola, mas eu acho que a tipologia é importante para definir o número de servidores,

porque a responsabilidade de uma escola pequena ou de uma escola grande é a mesma as atribuições são as mesmas, seria mais ou menos assim 'olha, o diretor que vai ser candidato da escola pequena, ele também pode ser candidato de uma escola grande que poder ter bons resultados', mas eu sei que muitos vão concorrer pensando na questão financeira, e essa questão financeira é a questão da tipologia e as escolas grandes, vão ser beneficiadas. Bom eu só queria registrar uma coisa, que eu acho que é uma questão pessoal, já que nós estamos discutindo a questão da gestão democrática, ótimo. Mas a minha visão é que se eu pudesse ter o poder da decisão, eu resolveria essa questão da gestão com concurso público, eu sou partidário dessa opinião, eu acho, e não é de agora não, há muitos anos, eu penso assim. Só queria deixar registrado, eu sei que isso não está em pauta, mas eu gostaria de falar isso até para alívio de consciência, eu defendo e sempre vou defender a questão do concurso público também para gestor. Mas enquanto isso não vem, eu acho que essas questões que eu gostaria de falar para vocês.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Excelentíssimo senhor Deputado, registrar aqui a presença do Professor Marcelo Lima de Araújo, Diretor da Escola Barão dos Solimões; Professora Antonieta Marques de Sousa, Diretora da Escola Estadual São Sebastião I; Professora Zuila Souza Santos, Vice-Diretora da Escola São Luiz; Professora Hindira de Melo Mendes, Diretora da Escola Estadual Branca de Neve.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer a presença de todos os diretores que chegaram para participar conosco e também cumprimentar e já passar a palavra para a Professora Eliete, da Escola José Otino, que sempre está conosco, gostaria de cumprimentá-la de forma muito carinhosa, parabéns pelo seu engajamento e fique à vontade com o uso da palavra.

A SRA. ELIETE LOPES – Muito obrigada. O que eu acho que a gente precisa discutir nessa questão de pessoas de fora da escola se candidatar é interessante, só que assim: é preciso se ater ao plano da direção, o que essa pessoa vai ofertar para a escola, se vai estar dentro da realidade daquela escola. Eu tive uma experiência na última eleição, a outra chapa ofereceu para os meus alunos internet liberada dentro de sala, isso criou uma questão muito seria dentro da escola, e o plano passou pela gestão democrática, e nós já tínhamos a lei do celular, questão, e não foi dito como é que esses alunos iam acessar a internet. Então assim, se for liberar para todo mundo participar, eu acho que tem que ter uma preocupação, critérios de que o que vai ofertar se está dentro da legislação, se é possível realmente, porque nós temos alunos de 14 anos votando, e aluno quando ele ouve certas coisas, e aí fica um conflito dentro da escola. É preciso definir também em que tempo essa pessoa vai entrar na Escola, porque se não nós vamos ter três meses que não vai conseguir trabalhar e nós que trabalhamos em Escola sabemos que a rotina dentro da Escola ela é realmente fora do comum, todo dia. Então é preciso, se tiver essas determinações certinhas, ok. Quanto a questão dos dois mandatos, da gente ter mais mandato, o que eu entendo por experiência própria. Se uma pessoa está em uma Escola três anos, seis anos, nove anos e ela permanece, a

eleição a gente sabe que dentro da legislação atual é 50%, quem decide são os funcionários. E quem realmente sabe o que é bom para a Escola são os funcionários. Então, se ele deposita crédito nessa pessoa é porque realmente ele está fazendo um bom trabalho. Se ele vai coagir, o voto ele é secreto, então é óbvio que ele vai marcar um 'X' em 'não', e a pessoa sai e a gente já sabe disso de colegas nossos aqui que fizeram e que saíram da Gestão Democrática. Então eu acho assim, quanto a questão de ele permanecer bastante tempo é porque ele está fazendo um bom trabalho, e nós sabemos que gestores que realmente fazem um bom trabalho, que permanece na Escola, só que tem questões quanto ao IDEB que não depende exclusivamente do Diretor. É um conjunto de dados para se chegar ao IDEB, então a gente tem que verificar essas coisas.

Nós conversando com os Diretores que nós somos totalmente favoráveis a Gestão Democrática que é o que nós temos hoje, eu também particularmente gosto quando se fala de concurso público, porque é uma coisa que você sabe ali que você fez a prova, você está capacitado, mas não é o momento da gente estar discutindo isso. Então todos os diretores são favoráveis a Gestão Democrática porque é uma coisa que a gente sabe: a minha comunidade me elegeu, ela me deu esse voto, então estou aqui para trabalhar por essa Comunidade. Quando a gente é indicada sempre fica aquela questão de que 'ah, é a protegida do deputado, da Secretária, do Governador', então é mais complicado para a gente. Então era isso que eu tinha para colocar.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado Professora Eliete. A Secretária Fátima quer fazer uma observação.

A SRA. APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI – Eu só quero dizer ao Deputado Léo e ao Doutor Vitor que nós vamos fazer aqui, nós vamos apresentar uma redação para essa Lei, já até conversei com os Diretores sobre isso, eu tenho alguns distritos aqui em Rondônia, que pela localidade que pela localidade já estão sem gestores há mais de seis meses, e lá neste distrito tem Técnicos, os professores não querem, nenhum professor quer se candidatar. Primeiro porque a escola é pequena, a gratificação é por tipologia como disse o Fábio, então ele não vai deixar a gratificação dele de Docente e vai passar para a gratificação de Diretor sabendo que como Diretor ele vai ser um, hoje ele é um ordenador de despesas. Hoje o Diretor responde quase igual, em alguns casos até mais do que ele, dependendo da ação dele. Então nós vamos apresentar uma redação aqui ao Deputado Léo, para que nestas localidades havendo lá um técnico que tenha feito Pedagogia, que tenha Pós-Graduação em Gestão Escolar, ele possa assumir a Educação. Então eu estou comunicando o senhor e dizendo que todas as sugestões a essa Lei precisam ser encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça com cópia para a Gerência de Gestão para que a gente informe ao Ministério da Educação. Quanto a essa questão do, quanto a essa questão de como que vai ficar o tempo, Professora. Por que eu quero ser candidata lá na sua Escola, por exemplo, não é? Quem vai tratar dessas peculiaridades é o Regulamento. Quando nós formos fazer o Regulamento eu chamo vocês de novo, não consigo chamar o Interior, mas chamo a Capital, não é Deputado Léo? Aí a gente faz o

Regulamento juntos de novo, eu vocês, o Deputado Léo. E lá no Regulamento a gente vai colocar o prazo que essa pessoa que vai se candidatar tem que ir para a Escola e como que ele tem que se comportar lá chegando como um pré-candidato. Essas coisas não têm como a gente colocar na Lei, a Lei ela é geralzona. O que manda mesmo para nós é o Regulamento, gente, e esse Regulamento como a eleição ela acontece só o ano que vem eu tenho que esperar sair a Lei Nacional para eu poder fazer o meu Regulamento. Mas fiquem tranquilos que não vai ser feito sem vocês olharem e darem as ideias e as sugestões de vocês também não, tá?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Passar a palavra para o Professor Léo que vai encerrar o uso da fala com os nossos Diretores interessados. E logo depois a gente já apresenta o Termo de Compromisso firmado aqui.

O SR. PROFESSOR LÉO – Bom dia a todos. Eu quero cumprimentar aí o Deputado Léo Moraes, e agradecer por ter, por estar conosco aí junto aos trabalhos; a Secretária Fátima que também está sensível a causa dos diretores, aos Técnicos da SEDUC; a imprensa; e aos nossos colegas Diretores. É uma pena que não tem nem um terço aqui dos Diretores das Escolas. E nós estamos discutindo, gente, Gestão. Que bom que essa Casa de Leis, junto com a Secretaria de Estado da Educação conclame os Diretores, a Comunidade, o Conselho Escolar para falar de gestão. Este Governo abriu as portas da escola para a comunidade, porque no Governo passado como a gente sabe direção de escola era cargo de deputado, era cargo político, indicação de A, B, C ou D, e hoje a comunidade tem o direito e obrigação de escolher quem está trabalhando. É muito bom que a consulta a comunidade, que não é mais eleição, chegou na escola para dar credibilidade as comunidades aí, que muitas vezes o camarada se candidatava numa escola, ele não tinha vínculo na escola, ficava muito difícil para o gestor chegar e enfiar de goela abaixo dentro da escola, é isso que pode acontecer novamente se a pessoa não tiver pelo menos um ano dentro da unidade escolar, entendeu? Claro que quem está lá na escola vai sair na frente já porque tem um trabalho, eu vejo isso aí. Então, agradeço muito a Secretaria de Educação, o Governo do Estado por estar trabalhando aí a questão da gestão democrática que é um acerto muito grande do nosso governo com relação a nossa educação, melhorou e muito a qualidade. Tem problemas? Tem, como todo lugar, mas as escolas melhoraram muito, significativamente com a direção eleita lá, isso aí que fique bem claro. Os pontos que a categoria elencou junto ao Deputado numa reunião anterior a Secretária já disse que vai rever e acho que está resolvido já, gente, aquilo que nós queríamos. Então eu só tenho a agradecer a Casa de leis, ao Deputado Léo Moraes e a nossa Secretária, isso vai impactar no próximo governo, a eleição é o ano que vem, nós não sabemos nem quem vai ser o governador, mas a comunidade já pode ano que vem escolher os diretores do próximo Governo. Deputado, muito obrigado, era isso que eu tenho para dizer.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Isso aí, parabéns Léo, diretor do Flora Calheiros, eu concordo com as palavras do Professor Léo. Registrar a presença aqui também do Augusto

que está aqui conosco, o Pantoja também, o Nelson Júnior, Presidente do PRP; o Domingos, nossos colegas que estão presentes nesta audiência pública que tem o fito de debater a lei da gestão democrática e não deixar morrer esse grande avanço, esse projeto de vanguarda, esse projeto que realmente atende à necessidade da comunidade acadêmica, dos docentes, dos alunos e principalmente da sociedade do Estado de Rondônia. Nós vamos fazer aqui e já está em fase de impressão, já está impresso o termo de compromisso e neste termo de compromisso está consignado que nós iremos assinar todos os componentes da Mesa de que nós juntamente com a Secretária Fátima Gavioli que é a gestora, a Secretária, autoridade máxima da SEDUC de que nós teremos eleições de chapa fechada, diretor e vice-diretor, que é um avanço, é algo que a gente estava discutindo e que também os diretores que estão no cargo vão poder concorrer mesmo com essa alteração que vai ser feita. É isso mesmo? Se todos estiverem de acordo permaneçam como estão. Outras discussões, como disse já outra vez para o diretor, nós vamos fazer em outro momento que é uma outra demanda, uma outra necessidade, é um outro tipo de mobilização. Eu vou fazer a leitura aqui para que a gente possa encerrar.

“Termo de Compromisso. Ata da 35ª audiência pública realizada para discutir projeto de lei que trata sobre a Gestão Democrática nas escolas estaduais. Às nove horas e vinte e três minutos do dia oito de agosto de dois mil e dezesseis, reuniram-se em audiência pública requerida pelo Senhor Deputado Léo Moraes para discutir sobre o projeto de lei que trata sobre a gestão democrática nas escolas estaduais, com as seguintes autoridades integrantes da Mesa: Excelentíssima Senhora Aparecida Fátima Gavioli, Secretária de Estado da Educação; Dr. Vitor Carvalho de Miranda, Defensor Público representando a Defensoria Pública do Estado; Sra. Elizabeth Matias de Siqueira, Gerente de Gestão Escolar, e o Professor Valter Belarmino, Diretor da Escola Estadual John Kennedy. O Senhor Deputado Léo Moraes inicialmente saudou as autoridades presentes e o público em geral, fez breve comentário sobre o tema proposto. Ato contínuo e após as apresentações e problemáticas apresentadas pelos participantes da presente audiência e considerando que o Poder Legislativo sendo o legítimo representante do povo e visando proporcionar melhorias à sociedade em geral, o Senhor Deputado Léo Moraes recebeu os seguintes encaminhamentos para compromisso: que a escolha das unidades de ensino do Estado com consulta a comunidade escolar seja realizada de forma em chapas fechadas composta por diretores e vice-diretores; que os atuais diretores poderão participar da consulta popular que escolherá os novos diretores após a vigência da alteração da lei, para tanto e após acatada será assinada pelos integrantes da Mesa e demais interessados presentes nesta audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Deputado Léo Moraes declarou encerrada a presente audiência. Plenário das Deliberações, às 10 horas e 15 minutos do dia 08 de agosto do ano de 2016”.

Uma observação da Secretária Fátima Gavioli.

A SRA. APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI - Eu acredito que a gente precisa citar aqui, olha, “os atuais diretores poderão participar da consulta popular por mais um mandato”, por mais

um mandato, porque se eu não prever isso aqui ele torna-se inconstitucional para mim porque eles não podem ficar oito anos na mesma lei diretores.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Aqui o que nós estamos comentando é só a garantia de participar do próximo pleito. É fato sabido que é por mais um mandato, então não tem prejuízo ao que nós já discutimos aqui, sem prejuízo até porque coloca em xeque a própria lei da gestão democrática que diga-se de passagem é um avanço da gestão do Confúcio Aires Moura. Eu sempre sou muito crítico à atuação de gestores do nosso Estado, da administração municipal, do estadual em alguns pontos, mas a gente reconhece quando eles acertam. E é uma visão realmente empreendedora, arrojada e eu elogio por conta de implementar a gestão democrática, que sofreu grande *lobby*, grande pressão para que a gente continuasse naquela mesmice de indicação política. E é isso que a gente tem que evitar, e é isso que a gente tem que rechaçar e acabar na vida pública do Estado de Rondônia. Eu, se todos estiverem de acordo permaneçam como estão. Nós iremos assinar e deixar registrado que apesar da pouca participação dos diretores nesta Audiência, nós avançamos em muito, nós, através do diálogo, através da participação democrática, nós teremos uma nova realidade. E esta Audiência foi sim um divisor de águas para a gestão democrática e para a qualidade de ensino no nosso Estado de Rondônia. Parabéns. Fiquem com Deus. Gostaria de pedir que todos os diretores e vice-diretores que aqui estão também assinem esta ata como forma de hipotecar apoio e principalmente deixar registrado nos anais da história da Assembleia Legislativa que vocês não fugiram à luta, não se omitiram, estão conosco neste avanço e nesta vitória. Está bom? Vou pedir a assinatura de todos vocês, deixar aqui também já apresentado que nós vamos servir, como de praxe, nós teremos um coquetel para confraternizar, para celebrar. Agradecer a Deus pela presença de todos e neste ato aqui já encerramos a nossa Audiência Pública. Muito obrigado e um grande abraço.

**(Encerra-se esta Audiência Pública
às 10 horas e 18 minutos)**

**ATA DA 36ª AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE
DE APRESENTAR O MARCO LEGAL DA ZONA VERDE NA
ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DE GUAJARÁ-MIRIM.**

Em 08 de agosto de 2016

**Presidência do Sr.
DR. NEIDSON-Deputado**

(Às 15 horas e 37 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, boa tarde! A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento dos Exm^{os}. Senhores Deputados Estaduais Maurão de Carvalho, Presidente da Assembleia e Dr. Neidson, realiza Audiência Pública objetivando discutir o Marco Legal da Zona Verde na área de livre comércio de Guajará-Mirim.

Convidamos para compor a Mesa o Exmº Senhor Deputado Estadual Dr. Neidson, proponente desta Audiência Pública. Exmº Senhor Waldemar Albuquerque, Secretário Subchefe da Casa Civil, representando o Governo do Estado. Exmº Senhor Dúlcio Mendes, Prefeito do Município de Guajará-Mirim. Dra. Rebecca Garcia, Superintendente da Suframa. Exmº Senhor Doutor Vitor Miranda, Defensor Público, representando a Defensoria Pública do Estado. Senhor Marcelo Thomé, Presidente da FIERO e Presidente do Conselho SEBRAE. Senhor Raniery Araújo Coelho, Presidente da Fecomércio. Senhor Hélio Dias, Presidente da FAPERON. Dr. Fábio Casara, Chefe do Departamento de Gestão Ambiental da UNIR, Campus Guajará-Mirim.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta esta Audiência Pública, objetivando discutir o Marco Legal da Zona Franca Verde na Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para ouvirmos o Hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim de Araújo Lima e música de José de Mello e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Podem sentar, muito obrigado. Antes da fala inicial de sua Excelência, o Senhor Deputado Dr. Neidson, registramos aqui a presença do Senhor Dr. Pedro Teixeira Chaves, Diretor Executivo da SUDER, representando aqui a SUDER; da Professora Luciana Fabiano, da UNIR Campus de Guajará-Mirim; da Senhora Cileide de Macedo, Consultora Executiva da Fecomércio; do Exmº Senhor Francisco Assis, Conselheiro do SENAI; do Professor Otacílio Moreira de Carvalho, representante da Universidade Federal de Rondônia; do Exmº Senhor Francisco de Sales, Secretário de Estado Adjunto da SEDAM; do Senhor Gilberto Baptista, Superintendente da FIERO; do Senhor Lourival Araújo, da Suframa de Guajará-Mirim; do Senhor Adailton Barbosa, da empresa Rommannel; da Professora Elizabete Siqueira, representante da SEDUC; do Senhor Márcio André Milani, Diretor Vice-Presidente da EMATER/RO; do Professor José Otávio Valiante, da UNIR Campus de Guajará-Mirim; da Senhora Isadora Gurgel, Gerente de Políticas Públicas, representando a SEPOG; do Senhor João Soares Rodrigues, da FUNAI/Guajará-Mirim; do Senhor Ilmar Esteves, Superintendente da SEJUCEL, dos Senhores Benedito Wilson Wernier e César Luis representantes da SEFIN; Senhores e Senhoras da Suframa do Estado do Amazonas; e Senhores e Senhoras servidores da SUDER.

Pedimos a Sua Excelência, senhor Deputado, para informar a todos sobre a Audiência Pública, que nós teremos a fala inicial de Sua Excelência o Senhor Deputado Dr. Neidson, logo após teremos as palavras da Doutora Rebecca Garcia e assim sucessivamente. Os componentes da Mesa e os demais Oramadores que já estão inscritos, como a exemplo do Doutor Pedro, e da Senhora Luciana, de Guajará-Mirim, teremos o tempo máximo de cinco minutos. Com a palavra Sua Excelência o Deputado Dr. Neidson. Exceto este tempo para o Deputado e a Dra. Rebecca.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Boa tarde a todos. Quero agradecer a presença de todos e cumprimentar todos vocês e os membros na Mesa também; o Sr. Waldemar Albuquerque, Secretário Subchefe da Casa Civil, representando o nosso Governador Dr. Confúcio Moura; Exmº. Sr. Dúlcio Mendes, Prefeito de Guajará-Mirim; Dra. Rebecca Garcia, Superintendente da Suframa; Dr. Vitor Miranda, Defensor Público, representando a Defensoria Pública; Sr. Marcelo Thomé, Presidente da FIERO; Sr. Raniery Araújo Coelho, Presidente da Fecomércio; Sr. Hélio Dias, Presidente da FAPERON e Dr. Fábio Casara, Chefe do Departamento de Gestão Ambiental da UNIR, Campus Guajará-Mirim.

Esta Audiência Pública visa termos alguns, além da Demarcação Legal nós teremos algumas, tentar dar um incentivo maior que já veio através de um Decreto 8.597 de 2015 da Presidente da República, regulamentando a Lei da Zona Franca Verde. Nós temos um município hoje com 93% de reserva que às vezes é penalizado por não termos tantos benefícios ou tantos incentivos assim do Governo, tanto estadual como Federal, mas, agora nós vemos mais uma porta de entrada, ou uma janela aí para que nós possamos fomentar o desenvolvimento com incentivos fiscais para as indústrias e beneficiamentos de recursos ambientais, na qual a matéria prima seja de origem florestal, pesqueira, agropecuária e mineral.

Então com isso nós queremos ou objetivamos também que o Estado de Rondônia possa aproveitar e principalmente o Município de Guajará-Mirim que é uma área que tem 93% de reserva e com isso darmos uma melhoria na economia local e na fomentação de empregos.

Quero também registrar a presença dos alunos da Gestão Ambiental da Unir, do Campus de Guajará-Mirim e também do Professor Otávio que é Vice-Reitor da Universidade.

Quero passar a palavra agora a Dra. Rebecca Garcia, que é Superintendente da Suframa para realizar a palestra.

A SRA. REBECCA GARCIA – Boa tarde a todos! Gostaria de cumprimentar o Presidente da Mesa, o Deputado Neidson, em épocas de campanha municipal a gente pensa logo em Vereador, Prefeito, mas, no Deputado, Deputado Estadual representante da região de Guajará-Mirim nosso Deputado Neidson, cumprimentar no nome dele todos aqui presentes na Mesa; cumprimentar todos os senhores e senhoras aqui presentes. Gostaria de começar agradecendo o convite a Suframa para se fazer hoje aqui presente para tratar de assunto tão importante, tão caro para nós da Suframa que é a Zona Franca Verde. Esse Decreto que foi muito bem falado aqui pelo Deputado, Decreto que vem tratar de uma nova situação, a situação de isenção de alguns impostos para essas regiões das áreas de Livre Comércio, nós vamos começar a falar agora um pouquinho e explicar um pouco o quê que é a Zona Franca Verde, de que maneira nós podemos tirar benefícios desse Decreto, de que maneira nós podemos potencializar uma região, que também como já foi colocado aqui, no caso, é do Estado de Rondônia, região de Guajará que tem 93% da sua área, como uma área de preservação que impede muitas vezes de crescer para outras vertentes. Aqui o que é a Zona Franca Verde e a industrialização. Aqui a gente coloca um pouco do artigo 26, da Lei 11.898/2009 que trata dos

produtos industrializados que ficou conhecido também a partir de todo esse processo de leis de 89, de 91, que vem um regulamentando o outro, que dá isenção dos impostos de produtos industrializados, que se destinam ao consumo interno, que é a comercialização em qualquer ponto do território. Então, o Decreto que nós tratamos, esse Decreto 6.614, ele vem ficar, a partir do Decreto de 2015, ele vem colocar em prática a Zona Franca Verde, o que já foi discutido e tratado no passado como a famosa Lei do Sacoleiro. Então, o Decreto Zona Franca Verde, vem colocar em prática aquilo que já havia sido discutido no passado e trazendo as reais condições para que possa se avançar nesse sentido. Aqui a gente coloca um pouquinho dos critérios de preponderância. O quê que são os critérios de preponderância? Então, vamos explicar um pouco o quê que é a Zona Franca Verde. A Zona Franca Verde, são as isenções dadas a produtos industrializados nas áreas de Livre Comércio que tenham como preponderância a matéria prima regional. E o que é preponderância de matéria prima regional? Já que a preponderância é algo muito relativo. Nós temos três tipos de preponderância: a preponderância absoluta, a relativa e a por importância. No primeiro momento a equipe técnica da Suframa se reuniu para se discutir porque houve quando se escreveu o Decreto, quando o Decreto ia ser assinado, houve o seguinte encaminhamento por parte do Governo Federal. Esses produtos precisam ter por base a matéria prima regional e ter a preponderância dessa matéria prima regional. E essa questão de preponderância é muito relativa, porque algo pode ser preponderante, porque ele tem a maioria do seu produto a base daquilo, ou ele pode ser preponderante devido a importância daquele produto na composição do produto final. Então, se discutiu bastante e assim, de maneira muito simplificada nós vamos demonstrar aqui, mas é algo que levou alguns meses dentro de discussões de técnicos e economistas, foram colocados cálculos matemáticos para se chegar até essa resposta de preponderância e dessa forma conseguir demonstrar ao Governo Federal, que preponderância não era simplesmente 50% mais 01 de um produto. Então, dessa forma nós conseguimos criar essas 03 tabelas para preponderância da matéria prima regional. Então, a preponderância é absoluta. O que é a preponderância absoluta? É onde 50% mais 01 do produto é a base da matéria prima regional. Então, se você vai industrializar, por exemplo, um suco de alguma fruta da região e mais de 50% daquele produto é a base, aquela fruta é a base do produto e a água também, é uma água que é da região, isso junto é mais de 50% do produto; isso passa a ser a preponderância absoluta. Então, 50% daquele produto, é uma matéria prima regional e essa matéria prima regional, ela pode ser animal ou vegetal ou mineral, ela não necessariamente é algo cultivado que há também essa, essa dúvida, se pensa muito naquilo que é cultivado. Não, ele pode ser animal, ele pode ser mineral também e vegetal, é claro, como já foi colocado. Então, se esse produto tem 50% mais 01, ele é absoluto. Ou a matéria prima relativa. Quando que ela é relativa? É quando dois produtos somados representam mais do que qualquer outro que esteja compondo aquele produto e esses dois produtos somados sejam de origem regional. Então, se dois produtos regionais somados, representam mais do que qualquer outro, passa a ser preponderante na formação, na industrialização desse produto e passa sim ser um produto beneficiado pela

Zona Franca Verde ou por importância simplesmente, que não precisa na verdade nem ter 2%, mas, se não tiver aquele produto, não existe o bem final industrializado, por exemplo, que é muito comum aqui na nossa região, um remédio à base de copaíba, a quantidade de copaíba que é colocada no remédio, no xarope, por exemplo, ela é mínima, mas, se ela não existisse, a copaíba não for inserida no remédio, ela não será um anti-inflamatório, então, ela tem preponderância por importância, ele não existe aquele produto se não tiver aquela matéria prima fazendo parte. Sendo assim ficou definido entre as discussões; inúmeras discussões da Suframa com o Ministério da Indústria e Comércio que tendo essas três características, esse produto industrializado nas Áreas de Livre Comércio, poderiam receber os benefícios da Zona Franca Verde. Aqui um pouco do histórico da Zona Franca Verde, que a gente viu que estava ali escrito de maneira meio confusa, mas aqui por isso eu passei muito rápido porque aqui estava de uma maneira bem mais clara para se entender. No dia 30 de junho de 2008, vem a Lei nº 11. 732 que traz o benefício da Zona Franca Verde, para áreas de Livre Comércio de Roraima. No dia 08 de janeiro de 2009, essa Lei 11. 898 traz a Lei dos Sacoleiros, que é justamente essa que a Zona Franca Verde, veio depois, o Decreto veio colocar em prática que vai ser inserido e utilizado em Guajará-Mirim, ao longo de 2013, o diagnóstico das Áreas de Livre Comércio. Em 2014, se prorroga o prazo das Áreas de Livre Comércio que tinha um prazo menor de existência para 2050, o que dá um gás e um ânimo para se trabalhar o decreto e a regulamentação da Zona Franca Verde, porque aí já se tem uma justificativa porque começar um investimento nesse momento já que nós tínhamos tão pouco tempo de benefício, agora não, os benefícios vão até 2050. 18 de dezembro de 2015 vem o Decreto nº 8.597, que foi assinado e regulamenta a Zona Franca Verde. Então, na verdade a Zona Franca Verde, veio regulamentar todos esses espaços que aconteceram para trás. Em janeiro de 2006, sai à nota técnica constituindo os critérios de preponderância que foram esses critérios abordados anteriormente que é o que define um produto Zona Franca Verde. Em fevereiro de 2016, a discussão da Zona Franca Verde com as unidades descentralizadas. Em fevereiro de 2016, no dia 26 a reunião do CAS, onde já foi aprovado e definido os critérios de preponderância. Em maio de 2016, a resolução do CAS que traz todos esses critérios. Então, esse é um pouco do histórico como é que foi constituída a Zona Franca Verde, é a partir de que discussão se iniciou e o que tornou possível o Decreto de 2015, que foi justamente a prorrogação dos incentivos das Áreas de Livre Comércio até 2050. Aqui uma imagem um pouco ilustrando como é que se dá o comércio nas Áreas de Livre Comércio e na própria Zona Franca de Manaus, com os incentivos de entrada das mercadorias nacionais e esses também incentivam a entrada de mercadorias estrangeiras. Então, essas Áreas de Livre Comércio passam a ter os incentivos, os impostos de produtos industrializados, então, esses produtos passam a ter incentivos desde que eles permaneçam nessa Área de Livre Comércio. Aqui como se dá a industrialização nas Áreas de Livre Comércio, aqui a Zona Franca Verde, a atração de investimento para a industrialização nas Áreas de Livre Comércio, essa é uma pauta, que eu penso assim ser uma pauta muito interessante para ser discutida, Deputado, aqui nesta Casa, que é a atração de investi-

mentos. A Suframa, ela administra incentivos fiscais, ela até contribui para essa atração de investimentos, mas, o Estado, ele tem sido e pode ser ainda mais, grande parceiro na atração de investimento para essa região divulgando o potencial da região, criando condições para essa região. Nós conversávamos ainda pouco a respeito de um modelo que está sendo constituído no Amapá, que é uma espécie de Polo Industrial da Zona Franca Verde no Amapá, que pode ser bem interessante se repetido na área de Guajará-Mirim, é um polo industrial aos moldes do que existe já em Manaus no polo industrial de Manaus. Então uma região incentivada, onde as indústrias estarão alocadas naquele local e de alguma maneira têm incentivos por parte do Governo do Estado ou até mesmo da Prefeitura para a aquisição de terrenos, para a aquisição da constituição destas indústrias para facilitar a essa atração como é feito no modelo Zona Franca de Manaus e que durante os anos se demonstrou bastante efetivo e com resultados no polo industrial de Manaus. Então esse tipo de incentivo por parte do Governo do Estado e por parte governo municipal, ele é fundamental, porque ele quando somado aos incentivos federais, eles passam a ser verdadeiramente competitivos. Hoje você atrair que não tem no norte do País e assim de grande porte, por exemplo, uma indústria de ração para Pet, onde a base da ração é um miúdo, que seja do frango, seja do boi, seja do peixe, dependendo do que é a ração. Se esses animais forem criados nesta região da Amazônia Ocidental, Guajará-Mirim passa a ser um excelente polo para a industrialização deste tipo de ração. Porque quando você vai fazer a conta, colocar a soma dos incentivos, a experiência na Zona Franca de Manaus mostra que é extremamente competitivo e as indústrias veem mesmo, porque para o empresário o que vale é diminuir custo para poder aumentar o seu lucro e poder investir mais naquilo que ele está produzindo. Então a atração de investimentos, ela é fundamental e aí a isenção do IPI para a industrialização nas Áreas de Livre Comércio que utilizem preponderância da matéria prima regional, que é o que a gente já tem colocado essa isenção dos produtos industrializados, que é isento assim como da Zona Franca é, nessas áreas passam a ser também, desde que a matéria prima regional esteja fazendo parte da produção deste bem final. A industrialização e uso de preponderância da matéria prima é regional, o consumo interno ou a comercialização nacional. Então esse caminho vai dá no consumo interno e comercialização nacional que é o bem final. Você pode produzir na Área de Livre Comércio, você utiliza a matéria prima regional que pode ser de toda a Amazônia Ocidental, mas, Macapá e Santana, esse produto pode estar vindo, ele só precisa ser industrializado lá, mas, ele pode passar a vender com essa isenção para todo o resto do País. Então aí se torna repetitivo naquele produto com o resto do País. Aqui são alguns arranjos produtivos que nós fizemos o levantamento dentro da Suframa; aqui estão todos os Estados onde possuem Áreas de Livre Comércio e aqui a gente chama a atenção para Rondônia que já tem a fruticultura, a madeira e móveis, a pecuária de leite, a piscicultura, a apicultura, o biocossméticos, que já são áreas encontradas dentro da Suframa como sendo áreas de grande potencial para serem incentivadas pela Zona Franca Verde. Então qualquer, é lógico, é claro que existem outras áreas potenciais, mas, esses foram os diagnosticados pelos números da Suframa como de maior potencial nessa

região. Então é algo que precisa ser olhado com atenção e a gente chama mais uma vez a atenção da importância desta parceria de Governo Federal, de Governo Estadual e Governo Municipal, quando estão caminhando nesse mesmo propósito tendo reuniões e combinando entre si benefícios que podem ser dados a esses investidores, o Projeto funciona de maneira muito positiva. Então incentivar também quem está trabalhando com esse tipo de produto, porque é algo que pode ser verdadeiramente competitivo. Aqui é um pouquinho de Guajará-Mirim, vocês conhecem bem melhor do que eu, falando um pouquinho da Lei de 8.210, que é de 1991 do Presidente Itamar, que regulamenta. E o Estado de Rondônia cria essa Área de Livre Comércio para a importação e exportação sob o regime especial. Mas desde então, assim, sendo todas às vezes, muito questionada em relação à questão da grande área de preservação daquela região que impediu de crescer, mas, que por outro lado tem se constituído uma alternativa para que isso fosse possível. De repente essa área de preservação não fosse tão grande, a Área de Livre Comércio não teria se alocado nessa região, teria sido escolhida outra área para esse tipo de benefício, então a Suframa entende que neste momento nós temos um ponto positivo e que fortalece a Área de Livre Comércio e que nós conseguimos assim convencer de maneira positiva o Governo Federal a voltar os olhos para essa região e sensibilizar para que o Decreto da Zona Franca Verde fosse assinado o mais rápido possível para que nós pudéssemos criar condição de crescimento para essas regiões, dentre elas Guajará-Mirim. Aqui a gente está falando em entrada de mercadorias estrangeira que são as condições para usufruto e aí tem uma série de condições que são colocadas aqui que tem sido durante todo esse período bem divulgado, mas que vale a pena nós citarmos até porque não só quem está participando aqui da audiência, mas, pelo que eu vi está sendo transmitida também pela internet a audiência pelo canal da Assembleia Legislativa o consumo e venda interna nas áreas de Livre Comércio de Guajará-Mirim, então esses produtos precisam vir os importados para que sejam consumidos internamente com aqueles produtos industrializados que vão fazer parte do processo industrial desses produtos, eles precisam estar alocados dentro da área de Livre Comércio, o beneficiamento no território da Área de Livre Comércio quando se trata de pescado, recursos minerais e matéria prima de origem agrícola ou florestal, que é o que a gente tem falado desde o início que é o beneficiamento dentro dessa região, dessa Área de Livre Comércio, das Áreas de Livre Comércio. É interessante também colocar aqui que porque chamar a atenção para a palavra beneficiamento, que beneficiamento não é uma etapa tão avançada quanto à industrialização, então uma industrialização simples que ocorra ela também está alocada dentro desse processo, não precisa ser uma indústria complexa, por isso que o beneficiamento aqui a gente chama a atenção. Agricultura e piscicultura, a instalação e operação de turismo e serviços de qualquer natureza tornam-se condição para usufruto, estocagem para comercialização no mercado externo, atividades de construção e reparos navais, quando se trata de acompanhada de viajantes, observados os limites fixados pelo Poder Executivo por intermédio da Secretaria da Receita Federal. As demais mercadorias estrangeiras, inclusive, as utilizadas como partes e peças dos insumos de produtos

industrializados das Áreas de Livre Comércio gozarão de suspensão dos tributos neste artigo, mas estarão sujeitas a tributação no momento de sua internação, isso é o que faz parte do artigo que já existe e que pode ser modificado.

Aqui nós colocamos um exemplo daquilo que já tem sido tratado, ao que já acontece, produções que já acontecem como exemplos que se enquadram perfeitamente no Zona Franca Verde, a indústria de laticínios que a gente sabe que é bem avançada e forte na região, que a gente cita aqui dois exemplos, aqui tem água mineral de Guajará, mas é um matadouro, também tanto a água mineral quanto o matadouro são exemplos de produtos que podem ser industrializados e inseridos nas condições de benefícios do Zona Franca Verde. Aqui a gente falando um pouco de como funciona, a seção própria do Portal da Suframa. Hoje você já encontra todas as informações dentro do Portal da Suframa, no Portal da Suframa existem todas as publicações, a legislação e o material relacionado para tudo isso, você precisa na hora que quer apresentar um projeto você apresenta um formulário que vai ser avaliado pela Suframa, tudo isso você encontra no Portal da Zona Franca de Manaus, no Portal da Suframa. Aqui é uma cartilha, essa cartilha já existe também de modo virtual, ela também está dentro do Portal da Suframa que explica os critérios de preponderância, como sistematiza todo fluxo operacional do benefício, em linguagem simplificada é maximizar o acesso, então qualquer pessoa com bastante facilidade consegue abrir a cartilha no Portal da Suframa e entender de maneira muito bem explicada, bem acadêmica mesmo como você pode estar inserido, ou por parte dos agentes públicos como você também pode ajudar a contribuir para preparar o empresariado que queira ter esse benefício. Então, o portal da Suframa tem essa cartilha de fácil acesso. Aqui a lógica do entendimento. O que já foi colocado aqui e aqui coloca aqui os produtos de perfumaria, mais o produto, o processo produtivo básico, enfim, resumindo aqui, o que é que diz? O produto sai de qualquer área dessa área verde escura que está colocada aqui ou aquela amarelinha ali que é o Amapá, qualquer coisa que tenha sido cultivada ou produzida, seja ela de origem animal, vegetal ou mineral, ela pode sair de qualquer área desse mapa verde escuro e do amarelo, ela precisa ir para a indústria. Aí a indústria passa a ter que ser na Área de Livre Comércio, só para mais uma vez o que nós já colocamos aqui, uma vez o processo sendo instalado, essa empresa apresenta, ou indústria, ela apresenta à Suframa essa proposta de industrialização, sendo aprovada, ela passa a poder produzir com todos os incentivos e após a produção poder ser comercializado para o consumo interno ou venda para o território nacional.

Aqui as fases do projeto. Também de maneira muito prática a gente falou um pouco aqui mais detalhado; que a elaboração do projeto que é feito pela empresa, ela apresenta à Suframa para a análise e pode ser apresentado nas nossas descentralizadas aqui em Porto Velho ou lá mesmo em Guajará-Mirim. Eles recebem, vão recepcionar este documento. Esse documento será encaminhado para a Superintendência Adjunta de Projeto, que fica em Manaus e lá esse documento será analisado. Após analisado, se houver algum problema nessa elaboração, essas pessoas serão contatadas, serão mais uma vez instruídas pela Suframa para adequar esse projeto, essa elaboração, para ficar dentro dos critérios, e, após feito todo

esse processo, e assim já constituído um processo permitido e acessível pela Zona Franca Verde, ele vai para a aprovação. A aprovação é feita pelo CAS ou pelo próprio Superintendente, em alguns casos. A maioria das vezes vai para as reuniões do CAS, que é o Conselho de Administração da Suframa. Essa reunião é bimensal e ela possui Conselheiros que fazem parte da composição do governo federal, de alguns Ministérios, e por isso que ela é bimensal. Porque são pessoas que vão de Brasília até Manaus para essa reunião, e nessa reunião se discutem todos os projetos que vão estar na pauta daquele dia. E a partir dessa reunião esses projetos são avaliados. Se o projeto for até US\$ 360.000,00, ele pode ser aprovado pelo próprio Superintendente. Se não, ele necessita efetivamente da aprovação do CAS. E após a aprovação existe também o acompanhamento. Então, na prática, esse produto vai está passando pelo processo de industrialização e a Suframa vai está fazendo a parte de fiscalização para que haja certeza de que está tudo correndo dentro dos critérios exigidos pela Zona Franca Verde.

Isso aqui é o formulário que precisa ser apresentado, formulário simples de ser preenchido, mas também, de qualquer necessidade, a Suframa está à disposição para contribuir e ajudar na elaboração do formulário e a partir desse formulário, que é entregue para a Suframa e que começa todo o processo de análise.

Aqui são algumas ações que já foram feitas pela Suframa da Zona Franca Verde. Em Brasília, de 29 a 31 de março, Audiência Pública; no Macapá nós já participamos com Seminários; Macapá também; já participamos, na verdade, algumas vezes lá em Macapá. O Amapá, na verdade, foi o primeiro Estado a começar o processo por conta da provocação do próprio Estado, o Estado provocou a Suframa e deu o primeiro passo. Por conta disso foi o primeiro lugar a começarem as inscrições, a começarem os projetos. Nós já temos projetos funcionando, em andamento, no Amapá, já com os benefícios do Zona Franca Verde. Já estivemos também no Acre, aqui nós já tivemos também, Ji-Paraná, Guajará-Mirim; Boa Vista; Macapá; Acre, mais uma vez. E o último que nós iremos fazer agora, que ainda não foi feito, é em Tabatinga, no Amazonas. Então ainda não teve nenhuma ida a Tabatinga, no Amazonas, até, pois nós entendermos que como a Suframa já está a sua Sede no Amazonas, nós preferíamos dar prioridades àqueles Estados das nossas descentralizadas, que têm mais difícil acesso à Suframa Sede. Então nessa forma nós estamos levando e hoje, no dia de hoje eu falo sem medo de errar, nós temos aqui os principais técnicos da Suframa, os mais qualificados estão hoje aqui em Rondônia, vão ficar aqui até quinta-feira, terça, amanhã, e quarta estarão dando treinamento e aí a gente aproveita para convidar aqueles que porventura tenham algum tipo de dúvida e queiram participar deste treinamento, que passem por lá no treinamento, que vai está acontecendo no Hotel Rondon, vai está acontecendo o treinamento durante estes dois dias, então nós estaremos lá, a equipe de técnicos estará lá, mostrando como pode ser feito, o que pode ser feito para se tirar o maior benefício para a região de Guajará-Mirim, indiretamente também para todo o Estado, porque a gente tem certeza que tudo que vai está sendo produzido em Guajará-Mirim; nós teremos fornecedores de insumo em outras regiões também do Estado. Aqui,

ações do projeto, implementação do Zona Franca Verde, capacitação, o lançamento em Roraima, capacitação sobre o Zona Franca Verde em Guajará-Mirim, algumas fotos aí que ilustram aí essa caminhada que está acontecendo desde fevereiro quando foi votado o Zona Franca Verde a aprovado pelo Conselho do CAS. Aqui a Suframa que já participou com o Zona Franca Verde da EXPOACRE, foi uma participação muito positiva. Essa gestão está tendo uma preocupação muito grande de tirar a Suframa de dentro do Estado do Amazonas, de levar a Suframa para os outros Estados. Nós sabemos que a Suframa pode ser um grande indutor de desenvolvimento nessas regiões e nós não queremos perder a oportunidade, o Governo Federal tem esse entendimento, o Governo Federal e o Ministério da Indústria e Comércio tem um entendimento que é necessário sim, o próprio Ministro Marcos Pereira tem acompanhado as nossas andanças, agora mais recentemente a partir do momento em que ele se inseriu da importância da divulgação de todo esse trabalho e da importância que a Suframa tem nessas regiões. Então a Suframa tem estado presente e a intenção é estar cada vez mais. Aqui termina a nossa apresentação, é assim, é um panorama muito geral do que é o Zona Franca Verde, mas, em linhas gerais, o que nós colocamos aqui, as Áreas de Livre Comércio da Amazônia Ocidental e do Amapá, elas passam a ter o benefício e a isenção do IPI nessas Áreas de Livre Comércio, desde que esse produto seja industrializa, é a base de uma matéria prima regional que pode vir de qualquer lugar dessa região. Então, é assim, é algo que nós acreditamos verdadeiramente que tem sido e será ainda mais um indutor de desenvolvimento nessas regiões e aqui assim, eu me sinto muito À vontade de falar, que nós colocamos assim, três regiões, como sendo regiões que nós enxergamos como de grande potencial, três Estados, que são o Acre, o Amapá e Rondônia, em função da característica das suas indústrias. Por conta dessa característica, se enxerga bem que se for feito de maneira muito correta, muito adequada, assim, se for dada a devida importância para o projeto, e se enxergar o verdadeiro potencial que tem o Zona Franca Verde, nós teremos condições de potencializar a economia desses Estados e definitivamente virá uma alternativa a economia, atração de investimentos e o aumento, e a capacitação de geração de empregos de renda para essas regiões. Eu queria terminar aqui, agradecendo mais uma vez ao convite, agradecendo aos técnicos e servidores da Suframa, tanto aos técnicos da Suframa daqui, nós temos um representante em Guajará que é o Lourival, também que é uma pessoa que com certeza vai ser extremamente demandada em função da região, é uma região que vai ser muito demandada, mas, a gente sabe também que a Sede aqui em Porto Velho será muito demandada também. Então, nós queremos colocar à disposição, a nossa Sede em Manaus para qualquer suporte, todos os nossos técnicos, eles trabalham não só para a indústria de Manaus, mas é para a indústria de toda essa região, onde a Suframa se faz presente e aqui nós nos fazemos presente. Então, toda a Suframa, ela está disposta e tem como obrigação não é nem um favor, não é que esteja disposta, é que é uma obrigação atender de maneira adequada para que esse Projeto venha funcionar da maneira que nós pretendemos que funcione aqui na região. Muito obrigada.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Queremos registrar aqui a presença do Major Padilha, da Polícia Militar, que representa a Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania; do Sr. Sérgio Sinval, representante da AGERO; do João Soares, Chefe da FUNAI, Guajará-Mirim; Alberto Kloster, Diretor da Rádio Educadora de Guajará-Mirim e lembrar as senhoras e senhores que a partir deste momento teremos o tempo de fala estipulado por Sua Excelência o Sr. Deputado em 05 minutos. O Dr. Pedro, declinou, de fazer uso da palavra, haja vista, a sua fala irá ser contemplada pelo Chefe de Gabinete, Subchefe de Gabinete da Casa Civil, Waldemar.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Gostaria de passar a palavra agora ao Sr. Raniery Araújo Coelho, Presidente da Fecomércio.

O SR. RANIERY ARAÚJO COELHO – Senhoras e Senhores boa tarde! Sr. Deputado Neidson, a qual cumprimento todos da Mesa, senhoras e senhores.

A Federação do Comércio apoia e incentiva todo e qualquer benefício em prol do empresariado, principalmente, sendo em Guajará-Mirim, Município que hoje compreende quase 100% de reservas. Sendo com isso inviabilizado todo e qualquer investimento, mas com a Zona Verde, teremos a oportunidade de resgatar a confiança, a moral e a expectativa não só dos empresários, mas, a população daquele município.

Mas, não podemos deixar de lembrar que se não forem dadas as devidas condições de pessoal e estrutura física às Unidades para implementação efetiva, não haverá avanço de fato, para que quando o empresário venha precisar seja de pronto atendido. Entendo, porque primeiramente, precisamos saber, se tal estrutura será criada. O empresário ou qualquer investidor não irá vir ou investir onde não se tem pelo menos uma estrutura compatível ao que será aportado e já temos exemplos disso. Dra. Rebecca, quanto à diminuição de custos pelo empresário, eu acho que só incentivo não justifica essa diminuição de custos, o incentivo ele corresponde a totalidade de 100%, mas, se nós não tivermos estradas, se não tivermos o modal de logística para retirarmos toda e qualquer mercadoria feita e gerida naqueles municípios, esses municípios que são aportados pela Zona Verde, esse incentivo se tornará prejuízo porque os altos custos de transporte inviabilizam qualquer mercadoria feita no município, principalmente, de Guajará-Mirim que é aquele município que estamos defendendo.

Então, primeiramente, eu acho que nós deveríamos nos debruçar e pensarmos como fazer essa logística, do que levar o empresariado lá para o município de Guajará-Mirim, que realmente, necessita disso e depois pensarmos em como retirar mercadoria que já que está feita. A mercadoria que já foi constituída e criada. Então, eu acho que a gente tem, temos que pensar como fazer esse trabalho gente, para não criarmos uma expectativa para aquele povo que tanto precisa, já é sofrido; para aquela população carente que hoje vive a mínima; para aquela população que precisa realmente de nós. Nós, nobre Deputado, não podemos errar mais com Guajará-Mirim, não podemos mais errar com o povo de Rondônia. Então, eu peço, nobre Superintendente, que façamos primeiro o nosso papel principal; vamos pensar no escoamento do que será criado, para depois chamar o empresário e dar o incen-

tivo, porque eu como empresário não iria só pelo incentivo, não iria fazer um aporte numa indústria ou em qualquer coisa que seja em Guajará, sem saber pelo menos por onde vai sair. Eu acho que o trabalho feito pela Suframa está de parabéns, está bem explicado como se conseguir os investimentos, como se fazer esse movimento, mas e aí? Cabe ao empresário fazer a parte dele escoar toda essa mercadoria? Cabe ao empresário mais uma vez o ônus da preocupação? Eu acho que essa carga pelo menos tem que ser dividida. Eu acho que cabe aqui, o setor empresarial, o Governo Federal, o Governo Estadual e com certeza o Governo Municipal fazer a sua parte e nos darmos às mãos e pensar no futuro, tanto para Guajará-Mirim, como para o Estado de Rondônia. Muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Gostaria de passar a palavra agora para o Dr. Fábio Casara, Chefe do Departamento de Gestão Ambiental da UNIR, Campus Guajará-Mirim.

O SR. FÁBIO CASARA – Em nome de Vossa Excelência, Deputado Dr. Neidson, que está presidindo essa Sessão de Audiência Pública, sobre Zona Franca Verde, em nome do qual eu cumprimento todos os membros da banca, as autoridades e em especial aos nossos colegas da Universidade, Otacílio, Pró-Reitor de Planejamento representando aqui o nosso Reitor, Ari Teixeira Otti; Professora Luciana; o Professor Otávio, o vice-diretor do campus; alunos de Gestão Ambiental que vieram de Guajará-Mirim, saíram cedo e estão aqui exatamente presenciando esse momento histórico que pode também contribuir com o processo de desenvolvimento, do qual o curso de Gestão Ambiental também, ele lida exatamente nessa perspectiva, que é o desenvolvimento sustentável. O que a gente inicialmente gostaria de ressaltar, é a importância de uma política pública nesses moldes para o Estado de Rondônia. Estamos falando de uma política pública que basicamente atua na Área de Livre Comércio, especificamente de Guajará-Mirim, que é a única região, vamos dizer, cidade gêmea do Estado de Rondônia. A complexidade, eu concordo que a complexidade de Guajará-Mirim, ela é muito ampla. Falar exatamente dessas questões problemáticas todo mundo já sabe, ao mesmo tempo é necessário e também estratégico. Guajará-Mirim, uma região que consolidou, inclusive, o Território Federal do Guaporé, através de obras de infraestrutura. Os grandes ciclos econômicos que Rondônia teve, foi exatamente vinculada a essas perspectivas de grandes obras de desenvolvimento na Amazônia. O primeiro grande eixo foi exatamente a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré que consolidou, que estruturou a base para se elevar essa região que era do Amazonas e Mato Grosso para um Território. Com abertura da 364 e a consolidação da rodovia antes 029, depois BR-364, consolidou realmente esse Território em Estado. E quando a gente olha o Estado de Rondônia, nós precisamos enxergar o Estado dentro dessa perspectiva mesorregional e quando a gente olha nessa perspectiva mesorregional a gente precisa também do esforço de perceber que tem rondonienses em todos os recantos do Estado e que precisam também de processo de desenvolvimento adequado. Logicamente, que nós temos uma região típica do Estado de Rondônia que merece toda atenção, toda uma preocupação em relação às atividades econômicas tradicionais, que impulsiona o Estado de Rondônia em termo de PIB e que

precisa automaticamente de esforços. Mas, o que eu ressalto aqui é também de encontrarmos meios para que possamos desenvolver uma região, como já bem disse aqui o colega Raniery, de desenvolver uma região com quase 100% de unidade de conservação de Terras Indígenas, esse é o desafio. Hoje, nós temos uma região com grande bolsão de pobreza, de criminalidade e outros fatores sociais e que nós enxergamos na Zona Franca Verde, um elemento estratégico sim de desenvolvimento, tantos dessas mercadorias regionais, pelos critérios de preponderância que a Dra. Rebecca Garcia apresentou; o Governo do Estado também vem dando a sua parcela de contribuição, até mesmo com a Lei do Free Shops duty free; que é um mecanismo também de somar com a Área de Livre Comércio, hoje muito pautada no setor atacadista e que a gente precisa agora também vê outros mecanismos para outras áreas. Então, eu gostaria de ressaltar exatamente essa necessidade de fortalecer a Área de Livre Comércio nessa visão da Zona Franca Verde e que nós da Universidade estamos vendo com bons olhos e que estamos aqui exatamente à disposição. Agora, lembrando, ressaltando, perdão, a necessidade de valorizar os aspectos socioambientais, ou seja, a Área de Livre Comércio como bem disse a Dra. Rebecca, foi instalado em Guajará-Mirim, em razão das questões ambientais, mas, as empresas que se instalam e que conseguem, e que hoje se beneficiam dessas Áreas de Livre Comércio, ou pelo menos a gente não vem enxergando a doção de medidas no ponto de vista da responsabilidade socioambiental que deveria ser para não gerar um paradoxo, você tem uma região de grande área de preservação ambiental, mas, as práticas em que poderia, por exemplo, auxiliar no processo de saneamento básico ou outro mesmo na questão do planejamento urbano da cidade, Guajará-Mirim não tem plano diretor. Então, são questões, esses paradoxos, que a gente espera com a força da Casa de Lei, em nome do Deputado Dr. Neidson, estendido a todos aos nossos nobres Deputados Estaduais, as autoridades, os empresários que a gente busque também alternativas para a região Meso Madeira-Guaporé. Eu acho que é esse o contexto que nós estamos querendo, é esse o verdadeiro sentido da questão do desenvolvimento sustentável, obrigado me desculpa pela demora.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado Dr. Fábio. Vou passar a palavra agora ao senhor Hélio Dias, Presidente da FAPERON.

O SR. HÉLIO DIAS – Cumprimentar aqui o Deputado Neidson, Presidente, companheiro, Deputado que representa a região lá de Guajará-Mirim, o Prefeito Dúlcio, a Suframa através da Dra. Rebecca e demais componentes da Mesa. É um prazer estar aqui participando dessa Audiência Pública e eu entendo a preocupação válida e oportuna do Prefeito, do Deputado da região, em promover essa Audiência Pública para rediscutir, fazer uma reflexão sobre a Zona Franca de Guajará-Mirim. Eu como Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado, sou do centro do Estado, e tenho andado esse Estado de Guajará-Mirim a Cabixi, e nós temos visto, Dra. Rebecca, o Estado de Rondônia, a nossa produção agropecuária, ela é polarizada de acordo com a potencialidade de cada região e dessa mesma forma as indústrias de transformação, ela vem

junta, no caso a soja, o milho lá no portal na região de Vilhena, se organizando através das suas agroindústrias de transformação na região central a parte de frigoríficos, laticínios e outras indústrias. Na região de Ariquemes, a questão do peixe, eu fico preocupado com uma situação, já que o momento é para dizer, abrir o coração, Prefeito Dúlcio, eu vejo a região de Guajará-Mirim, com essa Zona Franca Verde em fase de implantação que precisa ser bem trabalhada, no sentido que 93% é de reserva o seu município. A região de Nova Mamoré, é uma região que hoje é o segundo maior plantel de gado do Estado, já existe algumas indústrias de leite, de transformação e assim por diante. Mas, eu acredito que é muito difícil hoje matéria prima com esses critérios que aí estão de preponderância, eu não entendo bem, de vir de outras regiões do Estado para se industrializar e receber esses incentivos, é muito pouco porque ninguém vai tirar a sua matéria prima lá de Vilhena, lá de Rolim de Moura, para região de Guajará-Mirim, por causa da logística, está correto o nosso Presidente da Fecomércio. Então, são situações como essa que só o incentivo não basta, mas, logicamente, vocês têm um potencial muito grande lá, um potencial turístico, um potencial ambiental e outras vertentes que podem ser exploradas. Visitei Guajará-Mirim, e fiquei sentido, na volta, ao meio-dia, fecham até as portas os comércios, quer dizer, tem problema? Tem. É o problema de pouca gente, é o problema nessa época do ano e em outras épocas o dólar sobe e volta, isso prejudica o comércio. Então, são coisas como essa que tem que ser estudado, agora talvez indústrias, esse programa ser repensado ou melhorado no sentido de apoiar indústrias, pequena, média, grande, de aplicação de alta tecnologia para agregar valores e exportar não só para Rondônia, mas, para o resto do País, aceitando matéria prima não só regional, mas também provenientes de outras regiões. Então, fica aí a minha preocupação, fica aí a reflexão principalmente na área da agricultura e da pecuária, área que a gente tem acompanhado de perto, eu sinto essa dificuldade. Muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Gostaria de passar a palavra agora ao senhor Marcelo Thomé, Presidente da FIERO e Presidente do Conselho do SEBRAE.

O SR. MARCELO THOMÉ – Boa tarde a todos. Cumprimento o Deputado Neidson, presidindo esta Sessão em nome do qual cumprimento todas as autoridades que compõem a Mesa. Senhoras e senhores antes de iniciar as minhas considerações sobre a implantação da Zona Franca Verde, é necessário dizer que guardo laços de relações familiares com a histórica cidade de Guajará-Mirim, já que minha esposa é filha do ex-prefeito, por duas vezes Deputado Estadual Isaac Bennesby. E quem conheceu o Isaac sabe do seu amor pela Pérola do Mamoré. É, portanto, senhores Deputados, senhoras e senhores, prazeroso ter a oportunidade de dar a minha contribuição ao trabalho que o pioneiro Isaac Bennesby empreendeu por Guajará-Mirim e por Rondônia. Quero saudar os Deputados Maurão de Carvalho, Presidente desta Casa de Leis; Deputado Neidson Barros; e também aos integrantes do Governo do Estado pela iniciativa de realização desta modesta Audiência Pública.

Senhoras e senhores. Apesar de ser a cidade mais antiga de Rondônia, Guajará-Mirim sofre o abandono e as

consequências de políticas públicas equivocadas adotadas por vários Governos ao longo dos anos. Hoje a maioria dos Municípios com bem menos história e bem mais jovens desfrutam de condições econômicas e sociais melhores que a de Guajará-Mirim. A verdade é que Guajará Mirim está relegada, e, necessitada da verdadeira atenção das autoridades, dada a sua importância como região de fronteira e todos os problemas decorrentes desta condição. Por isso a proposta de implantação desta Zona Franca Verde não pode se consumir em mais uma malograda tentativa de alavancar a economia. Guajará-Mirim precisa urgentemente de uma nova ordem econômica. O Município que tem mais de 90% de sua área territorial transformada em Reservas Florestais, Unidade de Conservação Florestal ou Parques Estaduais e Nacionais. O que devemos pensar para Guajará-Mirim deve ser no sentido de compatibilizar a produção de bens e serviços com sustentabilidade. Com relação à instalação desta Zona Franca, vejo a oportunidade de incentivar a produção da indústria local, identificando antes, é claro, as oportunidades de mercado para estes produtos. Necessário se faz olhar com atenção para a possibilidade de verticalização das cadeias produtivas, objetivando agregação de valores. Por isso a participação da Universidade nesse sentido é fundamental para que a gente tenha em Guajará-Mirim uma pesquisa aplicada, que vise identificar as potencialidades da floresta, tanto e também de produtos de origem animal. Do contrário se nós trabalharmos somente com produtos de baixo valor agregado, Superintendente, eu digo que vai ser muito difícil atrair investimentos para Guajará-Mirim, em função do que muito bem disse o Presidente Raniery, da falta de competitividade que oferece a infraestrutura para Guajará-Mirim no campo logístico. Então não basta a iniciativa da Zona Franca Verde, tem que ter um plano, um planejamento para a efetiva industrialização daquele município visando produção de alto valor agregado, equacionando a questão da infraestrutura, do contrário, não quero parecer incrédulo em relação a iniciativa, mas, será muito difícil potencializarmos esta boa oportunidade.

Com toda franqueza senhoras e senhores, fico preocupado com o fato de algumas definições sobre o funcionamento desta Zona Franca Verde ter de passar antes no crivo da Suframa. E justifico minha preocupação com o histórico que mostra uma Suframa com um olhar mais voltado para Manaus. Destinando apenas migalhas para outras Zonas Francas, para os outros Estados da Região. Sinceramente é algo difícil de entender já que a manutenção da Suframa é bancada com recursos do contribuinte brasileiro para que o Norte do Brasil se desenvolva sem destruir as riquezas naturais. Este desenvolvimento deveria ser incentivado a todos os Estados da região Norte e não apenas a Zona Franca de Manaus.

Um desafio que teremos neste processo, senhoras e senhores é ficarmos dependentes de enviarmos os projetos para o crivo da Suframa em Manaus. A nossa preocupação é que esse processo seja moroso e que mais uma vez essa iniciativa sacrifique o empresário tendo que vencer o Estado brasileiro antes de disputar o mercado. Com mais ou menos um centenário de história desde a chegada de seus pioneiros colonizadores, Guajará-Mirim poderá ter nesta Zona Franca Verde a oportunidade de superar as suas dificuldades econômicas, concretizar antigos projetos, como a ponte de integração

com a Bolívia e voltar a oferecer uma vida digna aquela população que escolheu o berço da história de Rondônia como lugar para viver e construir a sua própria história de vida. Muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Quero convidar o Dr. Vítor Miranda, Defensor Público representando a Defensoria Pública do Estado.

O SR. VÍTOR MIRANDA – Boa tarde a todos. Inicialmente ao Deputado Dr. Neidson em nome de quem eu cumprimento todos os componentes da Mesa. E agradecer pela oportunidade da Defensoria Pública contribuir também para o debate nesta Casa de Leis. Sou Defensor Público atuante em Guajará-Mirim, e vejo Guajará-Mirim como uma terra não de empecilhos, mas, de oportunidades. Se lá há 93% de Unidades de Conservação compondo toda a área do Município, não se pode ver esses 93% como 93% de empecilhos, mas, sim como 100% de oportunidades. Mas para isso como muito bem salientou o orador anterior, senhor Marcelo, é necessário que se faça sim, uma mudança de paradigma. A colonização do Estado de Rondônia se deu fundada fortemente na questão agrária, na qual o Estado incentivava a pessoa que aqui vinha a derrubar a floresta e assim constituir a agricultura, pressionando a população indígena para Guajará-Mirim justamente e até mesmo também por essa questão, fazendo com que houvesse tamanha mata preservada no Estado. Pois bem, se lá há mata, lá há possibilidade de pesquisa e já há também uma universidade, não só uma universidade, mas, um Instituto Federal para que o conhecimento, à ciência pura e a ciência aplicada possam ser feitas in loco já como os recursos que estão disponibilizados, quais sejam os recursos naturais. Assim, entendemos que aquilo que antes era visto como um empecilho e hoje não mais isso pode ser visto dessa forma até mesmo por imperativo legal, pois a legislação ambiental é fortemente restritiva neste quesito e até impede que o investidor receba qualquer incentivo fiscal ou de financiamento se houver algum débito ambiental com o Estado, entendemos que há sim em Guajará algo que em boa parte do resto do território de Rondônia se perdeu, o ativo socioambiental. Há populações tradicionais em Guajará, constituídas por indígenas e também por seringueiros que possuem conhecimento tradicional que a indústria busca, os ativos que estão presentes na floresta não podem ser desprezados pela falta de conhecimento que nós temos e sim devem ser utilizados como uma oportunidade de pesquisa para o desenvolvimento regional. É certo que isso não pode ser visto também e ser feito somente com uma medida estatal, mas sim como uma política ampla incentivando o ensino e a pesquisa, incentivando e preparando a logística, pois não basta construir uma ponte para a Bolívia, projeto há muito debatido, se para chegar até essa ponte passa-se por duas pontes precárias ainda da época da Estrada de Ferro, ou seja, não podemos enxergar os problemas de um local isolado como Guajará isoladamente, temos que ver estas questões de uma forma conglobante para que não adotemos uma solução simplista pensando que aquilo será o Santo Graal para solução de um problema complexo de um local, como bem dito pelo Professor, com diversas e profundas questões sociais, mas se há um grande nível de desemprego há um grande nível de

população querendo emprego, então pode-se sempre ver, não quero ter uma visão poliana da coisa, mas, os empecilhos podem sim ser vistos como oportunidades e é justamente nesse ponto que o empreendedor costuma fazer a diferença. Assim, é muito importante que o Governo por meio de políticas públicas e os empreendedores por meio do seu potencial de investimento possam atuar conjuntamente no desenvolvimento regional. Muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Vou passar a palavra agora ao Excelentíssimo Senhor Dúlcio Mendes, Prefeito do Município de Guajará-Mirim.

O SR. DÚLCIO MENDES – Boa tarde a todos. Coube ao Prefeito não finalizar, mas, de uma forma muito interessante se apropriar da fala de cada um daqueles que me antecederam. Cumprimento a todos os integrantes da Mesa e dizer da relevância deste momento para os interesses de Guajará-Mirim. Dizer, e vou acabar sendo repetitivo com todos aqueles que me antecederam, repito, porque nós temos todos os dispositivos, ou se não todos, aqueles possíveis de serem levados a uma cidade para contemplá-la no sentido de justificar tudo aquilo que ela tem de impedimentos, e tudo que foi falado aqui, Dra. Rebecca, prazer em conhecê-la, a senhora não esteve na minha cidade, mas, o seu segundo esteve lá, o Adjunto, e tudo aquilo que foi dito aqui tem a ver, dizer que o Prefeito é de certa forma penalizado por governar uma cidade, por tentar administrar uma cidade totalmente engessada, totalmente contingenciada, é verdadeiro, as dificuldades de ser prestar serviço para o homem que está lá no final de uma floresta é o mesmo? Não, é diferente, mas os repasses são iguais. Então, há uma penalidade muito grande para quem administra; Dra. Rebecca e demais integrantes, Raniery que já conhece, o Dr. Vítor sabe, o Fábio que é de lá, o Marcelo; Guajará-Mirim é um sumidouro de prefeitos, ou não? É um sumidouro de prefeitos, e haverá de continuar, enquanto discutirmos e transferirmos responsabilidades para Guajará-Mirim e para o seu gestor que já tem toda essa dificuldade de administrar uma cidade, que tem uma cidade do outro lado do rio que mais é problema do que solução, é dizer, é mais uma vez cometer um erro. É necessário que a gente tenha, é uma ideia que eu vou dar, não demonstrando fraco, mas ao mesmo tempo mostrando a minha fragilidade enquanto administrador, mas que o Governo do Estado tenha uma Secretaria, um braço de uma Secretaria gerenciando esse processo é por demais interessante; para que a gente não venha cometer mais um erro e penalizar mais ainda aquela comunidade. Tenho mais coisas para falar, mas eu acho que, como eu disse, tudo já foi dito nesta Mesa. Aproveitar e agradecer a presença de cada e certamente entender toda a importância deste encontro, deste momento para o interesse da comunidade a quem presto serviço. Muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Gostaria de passar a palavra agora à Professora Luciana Fabiano, da UNIR, campus de Guajará-Mirim.

A SRA. LUCIANA FABIANO – Boa tarde. Eu quero cumprimentar o Deputado Dr. Neidson, que preside esta Sessão hoje,

através do qual eu cumprimento todas as autoridades aqui presentes. E quero cumprimentar também o João Soares, através do qual eu cumprimento as outras pessoas aqui neste plenário e através do nosso Pró-Reitor de Planejamento da Universidade Federal de Rondônia, Professor Otacílio, ali presente, eu cumprimento as outras pessoas que estão lá fora na nossa plenária. Senhores, no dia 31 de maio deste ano e dia 1º de junho deste ano, aconteceu essa mesma Audiência Pública em Guajará-Mirim. E através do Curso de Gestão Ambiental, através do Departamento de Ciências Sociais e Ambientais do campus da UNIR de Guajará-Mirim, nós estivemos presentes, professores, alunos e técnicos naquela Audiência e terminada a Audiência nós coletamos todo o material que foi disponibilizado pela Suframa, um material muito rico, muito bom, legislações, slides, todo material disponibilizado no site e levamos para a UNIR. Acabou a Audiência, mas nós continuamos em estudo. E esse estudo, principalmente, foi realizado pelos alunos do Curso de Gestão Ambiental que estão aqui presentes hoje. São os alunos do 1º período do Curso de Gestão Ambiental, é bacharelado em Gestão Ambiental, diga-se de passagem, e os alunos do 7º período de Gestão Ambiental. Esses alunos estudaram, pesquisaram, analisaram esse material, discutiram sobre a instalação da Zona Franca Verde em Guajará-Mirim. E o resultado desses nossos estudos, nós queremos trazer aqui para vocês hoje, são dois pedidos que nós fazemos, o primeiro deles é o seguinte, parabenizamos o empreendimento, a ideia, com toda certeza, sem querer desmerecer ninguém. O mérito deve ser dado para todos os órgãos que tiveram e participaram dessa ideia, federais, estaduais e municipais, mas nós temos uma preocupação. Queremos sim que a Zona Franca Verde esteja no município de Guajará, mas, queremos fazer uma solicitação para todas as autoridades aqui presentes verem qual é a viabilidade de: no ato de implantação da Zona Franca Verde em Guajará-Mirim, os alunos idealizaram uma solução, por quê? Porque nós detectamos que o empreendimento vai trazer um impacto ambiental, um impacto ambiental para a nossa cidade. Que impacto ambiental é esse? Qual é o impacto ambiental que nós vamos ter? Principalmente com relação ao lixo. Então, qual a condição que a gente queria colocar? Nós sabemos, Prefeito Dúlcio que se só uma Prefeitura for instalar uma estação de tratamento de lixo na cidade, ela não consegue fazer, só uma Prefeitura. Se só o Governo do Estado fizer, também não consegue. Então, qual seria a condição? Formar um consórcio, ou seja, Prefeitura Municipal de Guajará, Prefeitura Municipal de Nova Mamoré, Governo do Estado de Rondônia e todas as empresas que vão pensar em investir em Guajará-Mirim, elas teriam a condição de disponibilizar um recurso para que seja construída uma estação de tratamento de lixo. Porque o impacto é certo. Nós temos o impacto que vai ser gerado, os lixos que vão ser gerados por esses empreendimentos, é certo. E aí nós poderíamos receber uma estação de tratamento de lixo nesse sentido, que beneficiasse Guajará e Nova Mamoré. Não ficaria caro, dessa forma, para ninguém. A Suframa tiraria um pouco, não é, Rebecca? Todo mundo tiraria um pouquinho e a nossa estação de tratamento, senão daqui a alguns anos nós vamos estar nos reunindo aqui nesta Casa de novo, para discutirmos os problemas gerados talvez por esses empreendimentos e o impacto negativo ambiental na cidade. Então a gente quer louvar ainda os 92%, 93, de benefício

ambiental que existe lá, manter garantindo isso. E, o outro pedido nosso, nós estamos entregando hoje, já falamos com o Deputado Neidson, nós entregamos para eles, 1.770 assinaturas que foram colhidas pelos alunos do Curso de Gestão Ambiental na cidade de Guajará-Mirim, a população inteira assinou, representada por essas 1.770 assinaturas, onde nós solicitamos que as autoridades federais, estaduais e municipais garantam, criem uma forma de garantir que o Bacharel, a figura do profissional Bacharel em Gestão Ambiental, seja uma pessoa que também possa participar da emissão dos laudos, aprovação de projetos vinculados à Zona Franca Verde. Por que isso? Porque nós analisamos o material e está sendo atribuída essa função para o profissional Economista da Suframa. E aí, a economia contempla a Zona Franca. Mas e o verde? O verde voltado para a sustentabilidade deveria ser contemplado aí agorinha e, representado principalmente pelos nossos profissionais e estudantes do curso de Gestão Ambiental. Obrigada.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Incube-me Sua Excelência o Senhor Deputado, em saber se alguém gostaria ainda de fazer uso da palavra. Não Deputado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Vou passar a palavra agora ao Excelentíssimo Senhor Waldemar Albuquerque, Secretário Subchefe da Casa Civil, representando o Governo do Estado.

O SR. WALDEMAR ALBUQUERQUE – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar mais uma vez, não é Deputado, nunca foi tão cumprimentado assim, representando o Governo do Estado aqui, em nome do Governador Confúcio Moura, ordem dada, ordem executada. Ao Deputado Neidson, representante de Guajará, parabéns pela iniciativa; parabenizar aqui a Sra. Rebecca Garcia, Superintendente da Suframa, pelo trabalho desenvolvido e a parceria com o Governo do Estado; Exmº Sr. Vítor Miranda, Defensor Público representando aqui a Defensoria; o Sr. Marcelo Thomé, Presidente da FIERO pela explanação, pela colocação e pela análise sistêmica da questão; o Sr. Raniery, Presidente da Fecomércio que falou muito bem sobre a questão logística; o Sr. Hélio Dias, Presidente da FAPERON, que observou a questão que ocupa 90% da nossa exportação: soja, carne. Dr. Fábio Casara, eterno lutador pelas causas de Guajará-Mirim; Prefeito Dúlcio Mendes; professora. O que é que a gente pode dizer? Recebi um recado daí, questionando sobre Costa Marques, Cerejeiras e demais cidades. Guajará-Mirim, a algum tempo, nós tivemos uma reunião que lotou a Câmara Municipal, onde nós abordamos assim: Pérola de Guajará, Pérola do Mamoré, somente não basta, nós precisamos dar um brilho, nós precisamos lapidar ela. E não basta só amor não, tem que ser mais do que isto, tem que ser fatos concretos. Guajará-Mirim é visitada internacionalmente nos eventos indígenas que lá acontecem. Há pouco tempo em uma reunião com o Google internacional e representantes aqui do Brasil; com 20 etnias indígenas, onde foram distribuídos computadores para levantamento do que acontece nas regiões indígenas, mapeamento, eu tive uma visão distinta, uma visão de que os que não estão aqui, exploram muito mais os que aqui estão, porque existe um conhecimento

autodidata da nossa capacidade de cura, através dos donos da terra que aqui chegaram, dos indígenas, e talvez muitos saibam disso e poucos explorem. A questão da Zona Franca Verde, ela vem com um recheio especial, mas vem com as dificuldades sim, citadas aqui, afinal de contas a logística, ela diz que o produto tem que sair de um lugar e chegar a outro local, na qualidade desejada, na quantidade desejada, com um preço justo e na hora desejada. Quando se fala de logística, isso é enfrentado no Brasil inteiro, não é só aqui. Essas duas pontes de 100 anos que existem, apesar de 100 anos conseguem ainda segurar um barco. Precisamos ampliar, precisamos duplicar. A 425 está em fase final e tem que ser mantida depois de feita, mas, a águia faz lá no morro, lá na montanha o seu ninho e quando ela percebe que o filhote tem uma penugem e que a peninha está mais ou menos, ele precipita o filhote, ele precipita o filhote porque ele sabe que se ele bater asa, ele vive; senão ele morre, eles batem asas e vivem. E Guajará com a Lei criada free shops que ainda tem algumas situações para serem ajustadas; agora, com a Zona Franca Verde, precisa de estímulos otimistas, ela precisa da união de todos que aqui estão, do apoio da UNIR, do apoio da Fecomércio, do apoio da FIERO, do estímulo e apoio da Associação Comercial, dos Legisladores Municipais e Estaduais e a gente fazer atratividade sim, talvez, esse Governo esteja em fim de mandato não é isso? Mais dois aninhos e pouco, mas, se nós não trabalharmos essas questões agora de união como disse a Dra. Rebecca aqui, de Polo Industrial, de Zona Verde, Zona Franca Verde, unindo Estado e Município, interagindo com Legislativos como um todo e criarmos um mecanismo de Lei e buscarmos recurso que seja federal, que seja onde for e fazer essa tratativa sair do papel e virar uma realidade, sair da questão virtual, se não fizermos isso, a gente não alcança, a gente não avança, porque existem muitas pedras no caminho. Então, temos que transpor essas pedras, esquecer das dificuldades e lutar como governantes que somos, não com base eleitoral, não com base na próxima eleição, mas com base no processo de fechar, finalizar e deixar uma condição para que essas pessoas do futuro venham e sejam oportunizados com o que nós criarmos.

Então, eu proponho, não estou autorizado a falar isso, mas eu proponho sim essa parceria, que essa parceria comece agora, porque o Governador quer, porque a cidade precisa e que todos nós temos que olhar para lá e a população de Guajará representada por muitos aqui precisa abraçar essa causa sim, estimular, lutar e brigar para que a gente, todos nós juntos, com o Governo do Estado, com o Dr. Confúcio Moura, ainda agora e com o que está por vir realizar esse Projeto em conjunto.

Quero aqui, agradecer também a Superintendência de Desenvolvimento que estará realizando junto com a Suframa esse trabalho aqui durante esses próximos 03 dias de orientação para as pessoas. O problema maior que nós temos aqui, eu não sei se estende a todo o Brasil, é muito simples, é de informação. Porque quem tem a informação e tem o conhecimento, às vezes não tem o volume de pessoas necessárias para multiplicar e fazer chegar à fonte. Então, a pouco, nos foi cobrado, representantes, doutores, para a multiplicação desse fato, certo? E nós podemos ser multiplicadores sim.

Prefeito Dúlcio, nós temos uma Regional lá e nós vamos amparar ela lá através do conhecimento da Superintendência

que vai estar nesses dias todos aqui, o Dr. Pedro, para não só passar para a Secretária Regional lá, como multiplicar as informações e fazer com que as informações cheguem a todo o espaço de Guajará. Interessante que Guajará tem uma empresa que faz palmito, industrializa o palmito, e quando se pergunta de palmito lá para ele, ele compra no Estado inteiro, industrializa lá, e, interessante que o produto dele não consegue ficar em Guajará, porque ele não dá conta de abastecer o mercado externo. Quando nós falamos em exportação, se nós não tivermos capacidade de abastecer o nosso mercado externo, como é que nós vamos abastecer o nosso interno, como é que nós vamos abastecer o externo?

Então, primeiro, criar mecanismo, estruturar, formatar com planejamento, executar e depois pensar no ganho.

Com relação ao lixo, Professora, fiquei tão feliz com isso, tão feliz, porque os jovens enxergaram já a coisa acontecendo, os jovens enxergaram as indústrias funcionando, eles já estão preocupados com os resíduos que esses jovens digam sobre essas indústrias, porque vem desses jovens o que ninguém espera. A gente tem sim que institucionalizar e divulgar as ações e fazer com que as informações cheguem para todos e trabalharmos em conjunto. É a propositura de Governo do Estado, em parceria com todos vocês em nome do Dr. Confúcio. Muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Quero passar a palavra a Dra. Rebecca para fazer umas considerações finais.

A SRA. REBECCA GARCIA – Bem, eu estou aqui, eu falei bem assim: a Audiência Pública é algo muito interessante. E é interessante porque você ouve o que as pessoas estão pensando, as colocações, e, você percebe como as pessoas se colocam e o que eu achei muito interessante e até vem com o final da fala do nosso representante, Waldemar, o representante do Governador, falando da fala da Luciana que me chamou muita atenção exatamente isso. Nós aqui vimos os extremos do pessimismo da Federação do Comércio que acha que não vai acontecer nada, por causa da logística; ao otimismo de que já estão vendo a cidade totalmente suja por conta dos resíduos da indústria. Então, é importante essa diversidade de pensamentos, é importante você poder avaliar tudo isso. Agora, é importante também nós entendermos que não foi pretensão do Governo Federal resolver o problema do dia para noite, a intenção foi dá o primeiro passo. E quando deram o primeiro passo há 50 anos na Zona Franca de Manaus, Manaus era completamente isolada, aliás, ainda é, porque não tem estrada que leve Manaus a lugar nenhum. Então assim, o nosso sistema de escoamento de produção é a cabotagem até os dias de hoje, mais funciona. Mas, pessoas quiseram ir para lá, quiseram investir lá quando Manaus era apenas um porto de lenhas, era o que era Manaus há 50 anos e cresceu. Que precisa é acreditar que nós temos o potencial, foi dado o primeiro passo, a Suframa não vai desistir de Guajará-Mirim, apesar de que a gente tem ouvido aqui algumas colocações que nos colocaram definitivamente questionando: será que a indústria, o comércio está interessado no investimento em Guajará-Mirim? Então, tudo isso nos põe para colocar, mas, a Suframa definitivamente quando esse Decreto foi assinado, assim como todas as outras áreas de Livre Comércio, optou por investir em

Guajará-Mirim e nós não iremos abrir mão para que esse projeto dê certo. Nós podemos ser competitivos sim naquilo que só nós produzimos. Nós não podemos competir com a China. Nem Manaus; nem São Paulo está competindo com a China. Mas, nós podemos encontrar o que tem de potencial dentro de Guajará-Mirim, qual é a matéria prima regional que é produzida nessa região que nós não temos produzida em lugar nenhum, em outro lugar algum e nós possamos produzir algo a base dessa matéria prima regional. Eu tenho certeza que o Estado de Rondônia tem um grande potencial, eu tenho certeza que se nós colocarmos as nossas cabeças para pensar, nós vamos constituir uma solução para esse tipo de problema e a partir do momento que nós tivermos produção, nós podemos pedir e exigir melhores condições de infraestrutura e logística, porque também é uma via de duas mãos. Quem na iniciativa particular vai querer investir e hoje é preciso parceria com a iniciativa privada para você ter logística de condição, quem é que vai querer fazer escoamento de produção se você ainda não tem nada ainda sendo produzido lá. Então, nós precisamos primeiro criar demanda para depois criar infraestrutura. Eu gostaria também de colocar aqui e de convidar na verdade, tanto a Federação do Comércio, quanto a Federação da Indústria, que eu imagino, já tem algum projeto de escoamento de produção para aquela região, foi demonstrado aqui pela preocupação, de certo devem ter alguma coisa já pronta; a Suframa está à disposição, eu pessoalmente levo isso ao Ministro Marcos Pereira, levo também ao Presidente Michel Temer e nós vamos viabilizar o que será necessário para criar essas condições de logística. Mas, é claro que é importante a parceria de todos vocês, para que nós possamos apresentar o que vocês entendem ser a melhor solução para a região. E quiçá, Luciana, muito em breve nós estaremos trabalhando toda essa questão de resíduos, de como nós vamos fazer para que esses resíduos não venham poluir Guajará e que Guajará continue sendo esse município que deve está passando por problemas, como quase todos os municípios do país. Prefeito, esse não é um fardo só, eu tenho certeza é que o momento em que nós estamos vivendo, é um momento de superação, mas se precisar de otimismo, hoje a Suframa está emprestando um pouco, então nós vivemos de otimismo nesse momento, eu tenho certeza que muito em breve não só Guajará como Rondônia e todo País, vai estar vivendo dias melhores.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Quero agradecer a presença de todos e acredito que esta audiência abriu novos horizontes a todos aqui presentes e esta Casa de Leis vai está trabalhando juntamente com a UNIR, que comecei a andar juntamente, principalmente com os alunos agora, os professores, o Diretor e o Vice-Diretor, que está aqui presente o Vice-Diretor, professor Otávio e vimos muitas ideias maravilhosas lá pela Universidade do campus de Guajará-Mirim, inclusive, foram elogiados no dia que tivemos uma reunião com o professor Otávio e o Jorge Queiroga com a Secretária de Educação. Então parabéns aos alunos da Gestão Ambiental também pelo pensamento, a todos aqui presentes e acredito que todas as federações, todas as associações envolvidas, a SUDER, que tem uma grande parceria em relação a esse desenvolvimento, a prefeitura de Guajará-Mirim, nós estaremos trabalhando para que realmente sejam implantadas essas empresas lá nesse município. Eu estive conversando esse ano ainda com o Sr. Marcelo Thomé pelo SENAI, de alguns cursos que nós teríamos que encaminhar juntamente com parceria com o Governo

do Estado através de emendas parlamentares a realizar-se lá em Guajará-Mirim, eu acredito que aquele de Marcenaria e mais alguns outros cursos que nós poderíamos incluir para implantarmos já, para colocarmos a partir do próximo ano, felizmente não conseguimos colocar esses cursos, disponibilizar esse ano, mas, que possam ter, dá uma mão de obra especializada, principalmente as empresas que vão se implantar lá e dos produtos realmente que são oriundos da região, isso aí seria uma grande parceria, eu já me coloco aqui à disposição daqueles cursos que nós já conversamos, para que possamos através até da carreta ou até do Centro Despertar que nós já estamos realizando alguns cursos também, cursos profissionalizantes porque as empresas vão precisar dessa mão de obra especializada e o SENAI é uma das entidades que nos dará esse apoio também juntamente com o Governo do Estado através SEAS, está ajudando também aquele Centro Despertar. Nós gostaríamos de deixar a palavra em aberto para alguém que quiser fazer uso da palavra por dois minutos, se tiver alguém, senão nós vamos passar ao Mestre de Cerimônias para que ele possa fazer o anúncio, ninguém quer fazer uso da palavra?

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Treinamento Zona Franca Verde – Desafios e Oportunidades. Dias 9 e 10 de agosto. Local: Auditório do Rondon Palace Hotel. Av: Governador Jorge Teixeira, 491, Nossa Senhora das Graças, em Porto Velho, a partir das 08 horas. Então amanhã Treinamento Zona Franca Verde – Desafios e Oportunidades. Aberto ao público. Então, alguém que esteja acompanhando em casa essa transmissão pelo site da Assembleia pode participar desse treinamento Zona Franca Verde – Desafios e Oportunidades, dias 9 e 10 de agosto, no auditório do Rondon Palace Hotel. E logo após essa Audiência Pública, a Dra. Rebecca vai ficar aqui ao lado, atrás do plenário, para atender o pessoal.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Só para complementar também, estarei solicitando do Presidente desta Casa de Leis, o Deputado Maurão de Carvalho, que também foi um dos proponentes desta Audiência Pública, infelizmente por problemas de saúde não pode estar presente no momento, mas, vamos estar solicitando dele, que esta Casa possa utilizar dos meios de comunicação dela para também estar disponibilizando a informação a todo Estado de Rondônia em parceria, talvez, com o Governo do Estado, estaremos aí conversando com o Governador, com o Waldemar, que é o Subchefe da Casa Civil também, a SUDER, para que possamos transmitir essa informação a todo Estado de Rondônia e talvez a todo País, para que essas empresas possam ter o conhecimento desse incentivo que nós temos aqui na nossa região e principalmente no município de Guajará-Mirim, que às vezes as empresas, os donos de empresas, os empresários nem sabem que temos esses incentivos e não tem como se implantarem aqui. Acredito que a informação é muito importante.

Quero agradecer a todos e invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro encerrada a presente Audiência Pública. Convidamos a todos para um coquetel que será servido no Salão Nobre desta Casa de Leis. Obrigado a todos.

**(Encerra-se esta Audiência Pública
às 17 horas e 24 minutos)**

ATA DA 10ª SESSÃO SOLENE DE HOMENAGEM AOS TAQUÍGRAFOS

Em 04 de agosto de 2016

Presidência do Sr.
JESUÍNO BOABAIID- Deputado

(Às 09 horas e 20 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, após aprovação em plenário de requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jesuíno Boabaid, realiza Sessão Solene de homenagens aos Taquígrafos da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Convidamos para compor à Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid proponente desta Sessão Solene de Homenagem. O Senhor Dr. Carlos Manvailer, Secretário Legislativo; Senhor Huziel Trajano, Diretor do Departamento Legislativo da Assembleia. Nós estamos aguardando para também compor à Mesa, o Senhor Arildo Lopes, que é o Secretário Geral desta Casa. Convidamos também a senhora Gláucia Cavalcante da Costa Ribeiro, Diretora da Divisão de Taquigrafia. Lembrar que nós temos um taquígrafo.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Bom dia a todos. Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Sessão Solene em Homenagem aos Taquígrafos da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – No início, nós vamos convidar para uma apresentação musical, são os familiares da Elma, convidamos o Fernando e Elissâmia.

(Apresentação musical)

Parabéns. E lembrar a todas as senhoras e senhores que esta Sessão Solene de homenagem proposta pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid está sendo transmitido ao vivo, através do site da Assembleia legislativa ale.ro.leg.br. E saldar aqui a senhora Luciney Marques, chefe da Divisão das Comissões da Assembleia; Sênia Maria Santos, Chefe da Divisão de Estudos, pesquisa e Informações Legislativas; senhora Maria Iris Lima Diniz; senhor Manoel Salustiano (Kid) Assessores da Mesa; Senhora Maria Aparecida Lima, Chefe da Divisão de Expediente e Controle; familiares dos homenageados que aqui comparecem para também participar desta homenagem aos Taquígrafos.

Senhor Excelentíssimo Deputado, recebemos também o Memorando 156 do Deputado Dr. Neidson: “Ao tempo em que cumprimos vossa Senhoria, vimo-nos informar junto a este Departamento de Cerimonial, que o nobre Deputado Dr. Neidson, não poderá participar da Sessão Solene que será re-

alizada nesta Casa Legislativa, neste dia 04 de agosto, visando homenagear as taquígrafas e o taquígrafo que elaboram nesta Casa. Contudo, cabe destacar ainda, que o Dr. Neidson, oferta nesta oportunidade os sinceros votos de estima e consideração pela equipe de taquígrafos que fazem parte desta Assembleia Legislativa e que tanto contribuem para realização de um trabalho competente e digno, pois trata-se de pessoas dedicadas e que merecem todo o respeito por parte deste Poder Legislativo”.

Agradecemos também aos demais colegas da Casa que estão prestigiando ali na galeria.

E convidamos agora, convidamos agora para uma poesia, um Salmo, a Dilce.

A SRA. DILCE MARINHO – Todos conhecem o Salmo 23:

O Senhor é meu Pastor, nada me faltará. Deitar-me faz em verdes pastos; guia-me mansamente as águas tranqüilas. Refrigera a minha alma. Guia-me pela vereda da justiça, por amor do Teu nome. Ainda que eu andasse pelo vale da sombra da morte, não temeria mal algum. Porque o Senhor está comigo. A tua vara, o teu cajado me consolas. Preparas uma mesa perante mim na presença dos meus inimigos. Unge-me a minha cabeça com óleo e o meu cálice transborda. Certamente que a bondade e a misericórdia me seguirão todos os dias da minha vida e habitarem na Casa do Senhor por longos dias. Amém.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Com a palavra Sua Excelência, o Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Novamente cumprimentar a todos presentes, a todas as Taquígrafas, o taquígrafo, tem um sexo masculino que ontem eu fiquei sabendo, bem como outras Taquígrafas que foram relocadas aí, mas, tiveram lapso de tempo aí, que trabalharam. E por se tratar da matéria ser do Dia dos Taquígrafos, nós concedemos aí a devida homenagem, estendemos a devida homenagem também as essas pessoas. Registrar a presença da minha chefe de Gabinete, a Eliane, bem como a chefe de Gabinete do Dr. Neidson, que também se encontra presente na galeria desta Casa. Desde o início que eu entrei no Legislativo, eu comecei uma atuação, de uma forma diferenciada. Qual foi a forma diferenciada? Analisando o Regimento da nossa Casa, vi algumas ações que o Parlamentar poderia tomar, dentre esta a questão das Audiências Públicas e no ano de 2015, apresentei mais de 30 Audiências. E aí, numa conversa com o Manvailer, com o Huziel, eu sempre via as Taquígrafas aqui do meu lado e elas fazem um serviço de forma excelente, primordial. Eu perguntei, o Manvailer chegou: Deputado, o senhor vai matar, o senhor vai matar elas de tanto trabalhar. Elas não param realmente ali, porque são elas que fazem todas as ações das escritas, a nossa fala aqui, e daqueles que se fazem presente, num caso uma Audiência, em uma Sessão ou numa, nas nossas reuniões. Então, eu quero dizer que todos os servidores

são dignos realmente de estarem aqui presentes, mais de 30 anos, diga-se de passagem; fica o meu repúdio aos demais membros que passaram nesta Casa e nunca tiveram a honra, a dignidade de realmente, pelo menos prestigiar os servidores que fazem esta Casa movimentar, fazem realmente com que o trabalho seja desenvolvido. Então, até o final do nosso mandato, certamente irei sim também prestigiar as demais, os demais trabalhadores, os demais Departamentos que realmente são dignos também de estarem presentes aqui. Pessoas essas que tem mais de 30 anos, algumas tem 30 anos, salvo engano, de trabalho que realmente labutaram aqui e fizeram com esta Casa tivesse uma visibilidade, uma ação diferenciada. E volto a dizer, eu não paro viu Manvailer, eu não paro, se vocês pensam que a coisa tende a melhorar, pode até melhorar porque foi criado pensando em vocês também, nós aprovamos um Regimento, as audiências de instruções Legislativa. E aí o Manvailer, vai precisar de taquígrafa? Eu falei não, não precisa não precisa não, aqui audiência não, mas o Kid, e mais as meninas que trabalham na sessão, no caso que são as assessoras nossa das Comissões irão desenvolver também o trabalho aguerrido, porque só esse mês, eu tenho cerca de vinte audiências de instruções legislativas, lembrando, teremos também Audiências Públicas. Então era isso, é um prazer está nessa manhã com vocês, é um prazer dar esse Voto de Louvor e com certeza é algo que faz com que o servidor tenha uma visão de que está sendo reconhecido pelos seus trabalhos, o duro que você passa, eu vou dá um exemplo aqui, e aí iniciou-se depois da entrega do Título Honorífico aqui ao nosso Manvailer, a quem eu tenho muito carinho e apreço e respeito. Quando iniciou-se essa Comenda que só era dado para, que fique aqui registrado só para autoridades, inclusive eu tive que barrar uma certa Comenda, barrar não, que eu era o relator, eu falei não, é incabível dar voto, voto não, era uma Medalha de Mérito para o Juiz Sérgio Moro, foi maior discussão, eu falei, mas como é que vai dá medalha daqui, o que ele fez por Rondônia? Não, ele está fazendo uma situação diferenciada, eu falei, ele está fazendo lá na República de Curitiba, não aqui, tudo bem que a situação é louvável, é mérito magistrado, mas o que afeta de forma realmente verdadeira em Rondônia, foi quando teve que fazer uma alteração e aí sim colocaram lá de forma indireta e direta. Mas eu não sou eu não sou favorável e aqui quem fala é o Deputado, eu sou favorável às pessoas que realmente trouxeram alguma coisa de relevância ou algo que possa dizer olha 'eu fiz algo por Rondônia', e o Manvailer, aqui, e aí eu quero registrar Manvailer, trinta e poucos anos de Casa, assessor hoje da Mesa, Secretário Legislativo da nossa Casa, participou da Assembleia Constituinte aqui de 1989 aqui, não só ele como os demais servidores. Então, o que eu quero prestigiar é a aonde realmente fez a diferença, aqui eu vejo Comenda para Magistrado, para Promotor, eu vejo as coisas mais maravilhosas que eu fico vendo os demais Deputados prestigiar, eu não vou contrário a eles, mas eu tenho que prestigiar os servidores realmente, aqueles que elaboram e labutam em prol do desenvolvimento de Rondônia, e é isso que eu vou fazer até o

final, a gente reduziu que o Manvailer, brigava muito porque, hoje são quatro medalhas que nós temos direito ao decorrer do nosso ano, do nosso mandato, cinco, é uma por ano, cinco Título de Honra que tem e um Título Honorífico também por ano, e um Voto de Louvor, graças a Deus não foi vetado aí, se não era limitado aí pronto, aí melhor a gente fechar a Casa também que eu falei pronto, mas Voto de Louvor, graças a Deus a gente conseguiu manter e com isso dá para a gente realmente agraciá-las ou agraciá-los aqueles que realmente dão, e se dedicam em prol de Rondônia. Lembrando que se fosse por mim, eu daria medalha para todo mundo, ele até falou, mas Deputado isso fica esdrúxulo, não é uma Comenda que deve ser dado às pessoas do segurança que participa aqui, todos, todos realmente que fazem essa Casa fortalecer, que fazem essa Casa movimentar-se, que se não fosse os senhores a gente não estaria aqui também.

Então, era isso que eu queria falar, iniciar a fala agora nesse exato momento com o seu Huziel. Passar a palavra agora para o senhor Huziel.

O SR. HUZIEL TRAJANDO DINIZ – Quero nesse momento cumprimentar a nossa colega de trabalho a Diretora da Divisão de Taquigrafia, a Gláucia, ao Carlos Manvailer, nosso Secretário Legislativo, ao Deputado Jesuíno; pela feliz propositura de homenagem de Voto de Louvor aos taquígrafos cumprimentar as homenageadas, aos familiares, aos nossos colegas da Secretaria Legislativa, e aos demais servidores, como também do Cerimonial que aqui nos apoiam. Esse momento é um momento interessante, um momento feliz que o Deputado falou quando nós da Casa, estamos sendo homenageados e reconhecido por um trabalho que nós desenvolvemos. E nesse momento, eu quero me juntar ao Deputado, dizer que é bem oportuno essa homenagem, e talvez a Gláucia, fale alguma coisa sobre taquigrafia, não sei se é o momento. Mas de qualquer forma para quem não sabe taquigrafia é uma atividade milenar, milenar não elas, as atividades, ou eles como tem o Calil, também, eu também, eu fiz o curso de taquigrafia, eu e grande parte aqui, eu acho, né? Mas não é da nossa, nós não fomos, no plano, não fomos contratados para isso, mas fizemos, eu mesmo fiz para ser usado na faculdade nos anos 90, mas acabou não dando certo, não consegui acompanhar. Mas eu quero manifestar, nós do Departamento Legislativo a qual a divisão faz parte, que a importância que esse trabalho, que essas meninas esse grupo de servidores tem para o nosso trabalho, na forma de documentar, na forma documental da Assembleia, de Projetos, de trazer literalmente para o corpo do Projeto dos processos, aquilo que foi dito, aquilo que foi falado, aquilo que de repente não se pegou de imediato, mas elas acompanham esse trabalho dia a dia e tudo que elas traduzem tudo que elas levam para o papel foi aquilo com fidelidade foi feito, foi falado e é levado ali para os documentos e para os anais da Casa. Elas registram tudo o que acontece nas Sessões como o Deputado falou, hoje muito mais nas Audiências Públicas e as Sessões em reuniões diversas, elas participam, acompanhamos essa luta de que, a quantidade de atividade de tarefas que tem sido feita é bastante, até porque já não somos mais meninos de vinte anos quando aqui chegamos, e aí vai ficando, e a quantidade de serviço já vai ficando complicado. Mas reconhecemos a importância do tra-

balho delas, deles não é, é um trabalho que se faz. Eu mesmo quando a primeira vez que cheguei aqui na Assembleia, que vi essas meninas paravam e saíam e voltava, eu disse quem é aquele povo, será que elas estão rezando ali para alguma coisa? Voltam e vão, mas cinco e cinco minutos de forma, aqui são cinco minutos? Três minutos, tem lugares que são cinco minutos, aliás, até deveria saber e sabia só perguntando mesmo, e vai e volta. Então não dá mais de trabalhar mais do que este tempo corrido, então, mas de uma forma sincronizada assim como um relógio cinco minutos, três minutos aqui, e vai e volta e repete, e assim a manhã inteira e a tarde inteira e o trabalho assim continua. E nós somos reconhecedores de que é um trabalho exaustivo, mas um trabalho bonito, só faz quem tem essa capacidade mesmo de assimilação, de concentração. Eu até coloquei assim de muita habilidade e dedicação. Entre as habilidades indispensáveis para o bom exercício de taquigrafia é enumerado capacidade e observação, rapidez de raciocínio e sensibilidade para compreender o contexto em que as palavras são ditas. E, é claro, um bom ouvido. Então nós somos testemunhas da dedicação e do desempenho e da importância como eu falei, deste trabalho para a Assembleia. E como eu falei, nós nos juntamos ao deputado, aos demais, e familiares e vocês. E queremos parabenizar, não só por esse dia, mas pelo trabalho que vocês desempenham, pela atividade que vocês fazem e dizer que vocês são muito importantes para nós, para o Departamento Legislativo, no qual nós trabalhamos direto com isso, para a Secretaria Legislativa e para a Assembleia Legislativa. E mais uma vez parabéns e Deus abençoe a vida de vocês.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Vou passar agora ao nosso Secretário Legislativo Carlos Manvailer.

O SR. CARLOS MANVAILER – Bem, quero cumprimentar primeiramente a Mesa; a senhora Gláucia, a Diretora Maestra da Taquigrafia; o Huziel, nosso colega Huziel, como eu sempre digo é o meu braço direito na Secretaria Legislativa, e é o Chefe Imediato das Taquígrafas na condição de Diretor; o deputado Jesuíno, esse deputado que nós aprendemos a admirar, apesar de nós termos de vez em quando alguns, algumas, mas isso tudo no propósito do bom andamento do trabalho. Eu admiro o deputado pela dedicação dele, pelo empenho dele, especialmente por conhecer o Regimento. No início ele era um pouco conhecedor do Regimento, hoje ele já está ele já está quase me dando aula de Regimento. E é um amigo que eu considero como amigo, além de tudo, e pela forma como ele o admiro. Quero cumprimentar as Taquígrafas, as colegas do dia a dia que estão aí na labuta que estão sendo homenageadas, seus familiares, familiares que estão aqui prestigiando este momento tão especial; os colegas de trabalho que estão aí na galeria, estão aqui também acompanhando esse momento significativo aos nossos colegas Taquígrafos. E eu peço licença para ler aqui. Não vou falar de improviso, não, eu escrevi aqui, faço questão de ler as linhas mal traçadas aqui.

Inicialmente quero como Secretário Legislativo que comanda a Secretaria Legislativa, externar o meu muito obrigado primeiramente a Deus, ao Deputado Jesuíno Boabaid autor desta homenagem que reconheceu o trabalho das Taquígrafas, especialmente as que diuturnamente estão prestando o valo-

roso serviço no Plenário desta Casa de Leis, taquigrafando sejam as Sessões ou Audiências Públicas. Agradeço também ao Presidente Deputado Maurão de Carvalho que é o nosso Chefe maior, pelo apoio que ele sempre tem nos dado na medida do possível, poderia apoiar mais, principalmente com relação as Taquígrafas, mas não posso dizer que não tem apoiado, nos tem ajudado e nós agradecemos. Também aos demais Parlamentares que aprovaram o Requerimento do eminente Deputado Jesuíno, porque não adiantava nada ele desejar e querer se não tivesse o apoio, os votos dos demais Parlamentares que fizeram acontecer.

Ser Taquígrafa é ser artista, pois a forma da escrita é algo diferente e especial. Somente quem domina arte de taquigrafar, como vocês, é que consegue fazer e decifrar aqueles riscos esquisitos. Mas ao mesmo tempo em que é uma arte, também exige conhecimentos, pois trabalha com a língua portuguesa, nesta arte não apenas se utiliza a técnica da escrita diferente, como também se utiliza e muito as mãos e a audição, que com o tempo podem ficar comprometidas em razão de ser um trabalho repetitivo. Comemora-se o dia 03 de maio como Dia Nacional do Taquígrafo, pois foi nesta data no ano de 1823 que foi instituída oficialmente a Taquigrafia no Parlamento Brasileiro. A introdução da Taquigrafia no Parlamento Brasileiro deve-se a luta incansável de José Bonifácio de Andrade Silva, o Patriarca da Independência, que após visitar o Parlamento de vários países onde já existia taquigrafia liderou esse propósito no Brasil, até que em 03 de maio de 1823, foi devidamente implantada. Bem a Taquigrafia aqui na Assembleia Legislativa surgiu juntamente com a instalação da 1ª Assembleia Constituinte em 1983, a partir daí o trabalho se desenvolveu. É certo que ao longo dos tempos algumas Taquígrafas e até mesmo o Taquígrafo que está aqui, o Calil, exerceram tal ministério, porém deixaram a Taquigrafia decidindo atuar em outras áreas deste Poder, mas que também deram a sua parcela de colaboração. Entretanto a maioria expressiva deste grupo permaneceu com acréscimo de algumas outras exercendo assim com muito esmero essa função peculiar e diferente. É bem verdade que já não são mais aquelas Jovens do início, hoje bem mais experientes e vividas, com as idades um pouco mais avançadas continuam dando a sua parcela de cooperação na consecução de suas funções inerentes ao cargo que um dia abraçaram. E especialmente nesta Legislatura. Sem dúvidas o trabalho desenvolvido por elas é algo distinto de todas as demais Legislaturas o que diz respeito ao imenso volume de trabalho. Graças à operosidade e dinâmica dos atuais deputados de forma especialíssima, o autor desta homenagem, seguidos dos Deputados Léo Moraes e Lázinho da Fetagro são os três que mais promovem Audiências Públicas. Entretanto o Deputado Jesuíno sem nem um demérito aos demais é o campeão absoluto. Mas em determinado momento o próprio Deputado Jesuíno reconhecendo o excessivo volume de trabalho me fez uma proposta no sentido de dispensar o trabalho das taquígrafas nas Audiências Públicas de sua autoria, entretanto, dada a responsabilidade profissional e o denodo demonstrado por essas abnegadas servidoras, não aceitaram tal proposta, numa demonstração inequívoca do auto espírito profissional e mais ainda, por entenderem, e ser de responsabilidade da Taquigrafia, cobrir todo e qualquer evento realizado no Plenário desta Casa de Leis,

preferindo assim taquigrafar mesmo muitas delas sofrendo com dores e inchaço em suas articulações, fruto do trabalho de cunho repetitivo, optaram em continuar cobrindo todo trabalho do plenário, mesmo tendo na maioria das vezes ter que levar serviço para suas casas durante os finais de semana ou feriados. Por tudo isso, colegas abnegadas que muito me orgulho em comandá-las enquanto Secretário Legislativo desta Casa de leis, expressei a minha gratidão, reconhecimento, respeito, admiração e consideração por cada uma de vocês: Gláucia Cavalcante da Costa Ribeiro (Diretora da Taquigrafia); Joanilce Terceiro dos Santos, Maria Aparecida Sgarione e Elizete de Oliveira Costa Almeida (estas duas também já exerceram a chefia da taquigrafia); Neide de Oliveira França, Neuzalice Brelaz Marinho, Rosângela Almeida de Oliveira, Elma de Souza Johnson Avelino e Maria Ivoni da Silva Lima. Que Deus as abençoe e retribua a cada uma de vocês, extensivo a vossos familiares, tudo que já fizeram e continuam fazendo pela Secretaria Legislativa e consequentemente por este Poder, pois vocês não apenas registram a história desta Casa, vocês são a própria história viva da taquigrafia da ALE. E, por último, a nossa gratidão e reconhecimento àquela que em vida muito realizou pela taquigrafia, nossa homenagem in memoriam a nossa saudosa colega Miriam da Silva Costa que era carinhosamente chamada de Mirica, que, além de taquígrafa, nas horas vagas também fazia bolos e doces deliciosos que vez por outra degustávamos, lamentavelmente nos deixou prematuramente, mas está na Glória ao lado do Pai porque ela era uma serva do Senhor, colega, amiga de todos, servidora que a exemplo de suas colegas exerceu suas atribuições com humildade, dedicação, esmero e muito empenho, sempre dispensando a todos que com ela conviviam um tratamento de sincera amizade, carinho e afeto, o nosso desejo era que ela estivesse pessoalmente aqui recebendo sua homenagem neste dia juntamente com suas colegas, mas aprouve a Deus que fosse diferente, o Senhor para Si a tomou e o seu voto de louvor in memoriam será recebido por sua filha senhorita Tatiana da Silva Costa que se faz presente. Quero, em nome da Secretaria Legislativa, expressar aos familiares nossos votos de pesar e que Deus console os vossos corações nesse momento de tamanha perda e dor. Mais uma vez muito obrigado Deputado Jesuíno pela justíssima homenagem e o reconhecimento de sua parte as nossas taquígrafas colaboradoras do dia a dia. Meu muito obrigado a todos.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Queremos registrar aqui a presença da Sra. Ada Dantas, Presidente da ASSFAPOM - Associação dos Praças e Familiares dos Policiais Militares do Estado de Rondônia. Convidamos S. Ex^a o Deputado Jesuíno Boabaid aqui a frente para que possamos fazer a entrega das homenagens, das comendas. Convidamos também o Senhor Secretário Manvailer, o Huziel também para fazer a entrega das homenagens juntamente com S. Ex^a o Sr. Deputado Jesuíno Boabaid.

Ana Jóia Souto de Araújo, Calil Machado Santana, Elizete de Oliveira Costa Almeida, Elma de Souza Johnson Avelino, Gláucia Cavalcante da Costa Ribeiro, Irene Carlos Furtado Oliveira, Joanilce Terceiro dos Santos, Maria Aparecida Sgarione,

Maria Ivoni da Silva Lima, Maryland da Silva Oliveira Russelakis, Miriam da Silva Costa (in memoriam), convidamos a Srta. Tatiana da Silva Costa, sua filha, para receber a homenagem; Neide de Oliveira França, Neuzalice Brelaz Marinho, Rosângela Almeida de Oliveira, Sílvia Félix da Silva.

Convidamos Sua Excelência, o senhor Deputado, os senhores Diretores a retornarem aos seus lugares.

O SR. JESUINO BOABAID – Com a palavra agora, a senhora Gláucia, diretora das Taquígrafas.

A SRA. GLÁUCIA CAVALCANTE DA COSTA RIBEIRO – Bom dia a todos. Eu quero cumprimentar o Presidente Jesuíno Boabaid, o nosso Secretário Dr. Carlos Manvailer, nosso Diretor, Huziel Trajano e, peço perdão até por causa do meu nervosismo, mas eu vou ler o meu discurso.

Neste dia tão especial, o qual se coloca em destaque não apenas pessoas, mas toda uma história dentro da Assembleia Legislativa, nossos corações são arrebatados a uma miscelânea de sentimentos, como orgulho, respeito, gratidão e acima de tudo a sensação de dever cumprido.

Dever cumprido pelo fato de que ao renunciarmos muitas vezes o convívio de nossas famílias para as longas sessões e audiências, não estamos apenas fazendo “jus ao nosso salário”, mas estamos auxiliando os Deputados desta Casa no cumprimento do dever maior, que é trabalhar em benefício do povo.

Orgulho porque apesar de um mundo tão tecnológico, a taquigrafia ainda exerce uma tarefa relevante e singular nesta Casa, quando divulga quase que instantaneamente os discursos proferidos em plenário, além de deixar para a posteridade um rico legado relacionado à política praticada neste Estado.

Respeito e gratidão ao Senhor Presidente Deputado Maurão de Carvalho e ao Deputado Jesuíno Boabaid que é o proponente desta Sessão Solene e aos demais Deputados. Ao nosso Secretário Legislativo Dr. Carlos Manvailer e ao Diretor Huziel Trajano, pelo apoio e reconhecimento e a todos os colegas da Secretaria Legislativa desta Casa e, principalmente a Deus pela oportunidade de fazer parte desta história. Nesses anos de taquigrafia, alguns vieram, e outros se foram, e aproveito a oportunidade para destacar a inesquecível passagem de nossa amiga Miriam da Silva “A Mirica”, que assim como todas nós, é merecedora desta homenagem, pois terá o seu nome para sempre vinculado à taquigrafia e a todos os que tiveram o prazer de dividir a vida com ela.

Agradecemos também a nossa colega Yasmin Darwich, pelo apoio que tem nos dado no setor. A colega Silene, que apesar de estar aposentada também fez parte da história da taquigrafia.

Aos nossos familiares, o nosso agradecimento especial aos esposos, filhos e congêneres, nossa gratidão pela compreensão, sabendo que esta homenagem alcança a todos vocês.

Assim, nós do corpo taquigráfico atual e remanescente: A Rô – pode ficar de pé por favor, Jô, a Cida, a Neuzinha, a

Neide, Elizete, a Elma e a Ivoni, expressamos nossa felicidade, reconhecendo que esta homenagem não quer dizer outra coisa, senão que “valeu a pena persistir e enfrentar dificuldades e resistir ao desânimo diante dos contratemplos, pois recebemos de Deus um dom, o dom de taquigrafar”. Obrigada a todos.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Já vamos encerrando, mas eu queria fazer algumas considerações finais, rapidamente, dizer como bem disse o Manvailer, que se não fosse também o aceito dos nobres pares, esta comenda, este voto de louvor, esse reconhecimento não seria deferido. Então eu quero estender também aí, obrigado a eles também quanto essa questão. Ao Presidente Maurão também, que foi um dos proponentes também comigo, desta devida comenda. Eu fico muito feliz sinceramente, muito feliz em poder participar, em poder contribuir e agradecer a todos vocês. Agorinha eu estava perguntando para o Manvailer sobre as que foram já aposentadas e já pedi que seja feito também a elas a devida comenda, que seja entregue, porque é justiça. Infelizmente aqui hoje nós estamos, houve uma comenda *in memoriam* de uma servidora que não teve oportunidade de estar presente e receber de nossas mãos. Mas Deus quis levá-la, vítima de câncer, salvo engano, foi isso. Câncer esse matou minha mãe, que me levou também, me tirou minha mãe, vem acabando com muitas pessoas neste mundo. Por isso eu sou ferreamente a favor que o Estado, que o Brasil invista em ações realmente que possam trazer a cura para essa maldição que hoje assola o mundo. Infelizmente, qualquer cidadão que quiser ficar ali no hospital, o Barretinho, você vai ver quantas pessoas estão afetadas com essa enfermidade. Muitos não têm nem coragem de fazer exames. Eu sou um, não tenho nem coragem. Eu falo direto com a minha, Deus me defenda, eu ver um nódulo já fica: pronto, se Deus quiser me levar, me leva já de uma forma destruindo logo porque acabou, que eu não tenho mais volta. É assim, eu falo porque é muito sofrimento. O que mata o câncer de forma verdadeira é você saber: olha, tem um nódulo e é maligno. Pronto, 90%, com 10 dias você já perde quase 20 quilos e já vai... E mata, e mata mesmo. Você sabe que é uma doença que infelizmente faz quimioterapia, radioterapia, tem alguns tratamentos, mas a cura em si é muito difícil, mas quem acredita em Deus, e se Deus falar que não é tua hora, não vai não; então não é tua hora. E quando é vontade do Senhor, e fala: agora é tua hora, você já fez a tua parte na terra, então suba e fica a meu lado.

Então, era isso que eu queria falar. Não tenho, não sou um orador exímio, venho aprendendo a cada dia, assim como a Gláucia subiu ali e ficou nervosa, nos primeiros momentos que eu subi na tribuna também, qualquer um fica nervoso. Venho me adaptando, venho melhorando a cada dia, tentando melhorar a nossa forma de falar, nossa forma de agir, a nossa forma até de convivência aqui. Mas dizer que eu sou um Deputado, esse Deputado aqui sempre. Eu gosto de estar presente com todos, participando, porque como eu digo, a oportunidade que foi me dada, foi através de um voto. Voto esse que foi confiado por todos vocês. Eu falo vocês no aspecto pelo cidadão, aquele que realmente consagra a presença dos 24 parla-

mentares que representam o Estado de Rondônia. Eu tenho uma postura assim diferenciada. Não estou e não vou ser e não vou estar de conluio a algumas questões as quais possam trazer prejuízo a própria sociedade ou qualquer malefício aos próprios servidores. Eu defendo aqui o servidor, de uma forma aguerrida. Entendo que às vezes eu tenho que me colocar numa situação técnica, e aí, como eu converso com o Manvailer, mas a Assembleia Legislativa, graças a Deus, tem uma diferença tamanha, os servidores que hoje são efetivos nesta Casa podem perceber e analisar os demais servidores que quaisquer instituições, é diferenciado sim, tem um tratamento diferenciado, os demais Presidentes que antecederam o Presidente Maurão fizeram justiça com alguns planos, estão sendo aí, Graças a Deus, colocados, tem uma resistência por parte dessa LRF, que a gente está acompanhando, e a Assembleia atingiu, mas certamente vocês serão sim, terão o devido direito. Então sou pró-servidor. Peço desculpas a todos aqui presentes, que às vezes vocês ficam horas e horas aqui trabalhando, mas é meu modo de agir. Inclusive aqui se faz presente a minha esposa. Ela sabe da minha forma de trabalhar. Não foi diferente, como eu sempre deixei para o Manvailer, o Manvailer até fez uma aposta: “não leva seis meses o senhor está já reduzindo seu limite de trabalho”. Ele ficou foi assustado e falou: ‘Meu Deus, só cresce, o homem não para, dia de sábado ele está aqui’. E assim, não para assustá-las, eu sou contra algumas questões aqui de... Nós temos muito recesso, muito recesso e vou apresentar aqui sim, inclusive me pegaram de surpresa aqui numa entrevista com a Rede Globo, ‘vai lá, Deputado, vai lá’. A aí o cara pergunta: “O senhor é favor ou contra? Eu falei: “Sou contra”. Temos agosto, entra mais, não estou, gente, do recesso, estou falando no aspecto geral. Hoje, agora, exemplo, nós temos 60 dias que antecederam a nossa eleição municipal, estadual, fica uma Sessão por semana. Isso nós tivemos recesso em julho, 30 dias. Vamos entrar dia 15 de dezembro, e voltamos em fevereiro. Não, não! Não interessa que muitos são do interior. Temos que trabalhar aqui, sim. Fazer uma reforma. Muitos aqui, só não vou expressar aqui a verdade, e dizer que é muita folga, porque sabe que depende do trabalho também e não vou querer ter problema. Mas a verdade é essa mesmo. Por isso que eu quero que seja colocado aqui a TV Assembleia, a rádio Assembleia, a qual o Presidente Maurão fez o compromisso conosco e já assinou agora o termo de aceitação da Rádio Assembleia e hoje, já estou minutando, já encaminharam para mim do Senado, vou encaminhar para a Procuradoria, da TV Assembleia. Porque lá naquele prédio nós teremos a devida publicidade e aí eu quero ver Deputado também aqui como é que vão começar a ter uma diferença. Mas isso é importante, é o princípio constitucional, dar publicidade. E eu me sinto feliz e um dia conversando com o Manvailer, perguntando: “Manvailer, aqui é diferente, tem uma diferença tamanha, porque na época todo mundo era assustado: que dia que vai ter operação na Casa? Isso é verdade, tinha uma imagem negativa e graças a Deus: ah, você trabalha aonde? Na Assembleia. Muitos não tinham nem coragem de falar que trabalhavam na Assembleia Legislativa. ‘Não, trabalho na Assembleia de Deus’, com tanta vergonha.

Mas quero dizer para vocês, é uma Assembleia nova. Cada um responde por suas ações. Eu não quero dizer, assim como existe o mau servidor no Judiciário, no Ministério Público, em qualquer instituição tem o mau servidor, mas não podemos, aí que eu defendo e falo para o Manvailer, não podemos aceitar que este Poder, que é um Poder, o maior, diga-se de passagem, o maior, seja dilapidado, seja destruído, porque aqui é a maior Casa, é a Casa do Povo, é a Casa a qual representa de forma verdadeira o interesse das pessoas, do cidadão rondoniense. Porque Judiciário, para ter qualquer ação, qualquer medida, qualquer benefício, tem que mandar um projeto de lei para cá. Ministério Público, Tribunal de Contas, Estado, tudo passa nesta Casa. O problema que muitos não entenderam ainda a força, não entenderam ainda o que de forma verdadeira representa este Poder Legislativo, não só o Poder Legislativo Estadual; o Federal, os Congressos, infelizmente, ainda existe pessoas que não tem a devida postura em não está distrito, não está de conluio, não está vinculado ao Executivo porque a partir do momento que o Parlamentar aceita qualquer benefício, qualquer situação que agregue ao Executivo, ou seja: “opa, você tem alguma coisa lá comigo, seja um cargo Comissionado, seja uma Secretaria”, ele vai poder subir aqui e falar qualquer coisa, mas não vai poder falar, não vai defender da forma como deve. Isso eu falo abertamente, quantos Deputados tem uma postura diferenciada? Alguns, tem receio, medo de sofrer uma retaliação, de sofrer uma operação de forma injusta, porque infelizmente é verdade, hoje no Brasil prende, prende, para depois apurar, quantas operações fantasiosas, mentirosas aconteceram, destruíram a vida da pessoa e nem condenados ao final foram, nem julgados. Nem assim: “olha, eu vou oferecer a denúncia”. Já aconteceu no Brasil. Não tenho medo, não tenho medo, eu tenho medo do castigo de Deus, mas do homem não. Não tenho medo, vou continuar até o final dessa forma, trabalhando em prol de Rondônia. Penso como estadista, um estadista de forma verdadeira, Estado sempre avante, um Estado que é diferenciado, um Estado que é rico. Eu tenho orgulho de ser rondoniense, Portovelhense, nasci em Porto Velho, acredito que sou o único Deputado desta Casa, ou seja, desculpa, do meu Estado Rondônia. E quantos, 24 aqui a maioria são de outros Estados, nada contra, mas prova que o próprio rondoniense não valoriza às vezes aquele que é de casa.

Cheguei aqui com 6.890 votos através de uma luta. Fui expulso da Polícia Militar por lutar por direitos e garantias do povo, ou seja, daquela classe à qual tenho muito orgulho também de representá-los aqui e represento sim, quem pensar que eu iria me debruçar, defender a Polícia Militar está entendendo, está verificando que não é.

Então, era isso que eu queria falar para vocês nesta manhã, agradecer do fundo do meu coração, dizer que foi um prazer está junto com vocês e enquanto Deus me der vida eu estarei aqui junto com vocês, esses mais dois anos e seis meses serão de extrema importância para a minha vida, dizer que muitos, poucos terão no currículo “ser Deputado Estadual” poucos mesmos terão ou carregarão, essa, vamos colocar assim, esse cargo, passarão por aqui. Mas, eu tenho assim, aprendendo a cada dia, eu tenho a cada dia me esforçado, me esforço

ao máximo e me dedico ao máximo em querer realmente fazer mudanças e esta Casa certamente é perceptível que há uma mudança sim, desde o início do nosso mandato dos Deputados você vê muitos e aí fica aqui uma crítica, muitos pensavam que viriam para cá para só bater o ponto, ir embora, pronto. Hoje vê que é diferente o trabalho; muitos aqui eu quero valorizar, eu olho tudo aqui, pensam que não, eu sou um cara muito assim que analisa tudo, muito, eu gosto de ver as coisas, pensam que eu não falo nada, mas eu estou verificando quem é quem na história e certamente se eu defender, estiver para agradecer as pessoas que realmente trabalham de forma afincua uma gratificação, eu não irei, vou propor, se esta Casa melhorar, se Deus quiser vai melhorar por conta dessa Constituição, melhorar as questões das finanças iremos propor sim valorização aos trabalhadores que não, sabe, não medem esforços estarem presentes aqui e não vou aceitar, ouviu Manvailer, fica aqui registrado, já falei para você, aqueles que estavam presentes aqui serem remanejados para colocar pessoas, amiguinhas de Deputados aqui não. Se for para colocar qualquer gratificação vai ser para aqueles que estavam aqui, se dedicando, para todos que realmente estão levando esta Assembleia, agora, os enrolões, aqueles que querem ficar só na “mamãezada”, que é falado assim, que não querem se dedicar de forma, eu não estou falando aqueles que foram remanejados não gente, estou falando aqueles que só pensam que estão trabalhando que eu não sei tantas pessoas nesses corredores aqui, parece que não tem trabalho, e tem sim, tá, e tem. E quem me conhece sabe, independente, se vão gostar ou não é a minha forma de pensar, é minha forma de agir porque eu sou criticado, se eu não fizer um bom mandato vocês vão falar: “é mais um Deputado inútil, mais um Deputado realmente que não produz nada, isso é fato, isso é verdadeiro, mas graças a Deus a gente, eu sou crítico de mim mesmo, as vezes eu fico me perguntando: “será que eu estou trabalhando da forma como deve”? Mas não. Assim, eu só paro, só descanso quando eu acredito que eu estou dormindo, mesmo dormindo eu ainda tenho sonho ainda fico ainda tentando marcar reuniões.

Então era isso que eu queria falar gente, agradecer ao Huziel, ao Manvailer, a Gláucia, a todas as taquígrafas, aos taquígrafos que estiveram presentes, as que trabalharam, que se aposentaram a todos os servidores, a todos mesmo, sinceramente a todos que se encontram presente na parte externa e interna desta Casa de Leis. O Cerimonial, a dona Jane, todos aqui, os seguranças, o Lenilson, eu tenho um carinho enorme por todos, vocês podem ter certeza disso, eu sei reconhecer e irei reconhecer na hora certa se Deus quiser a todos sem exceção está gente. Muito obrigado e bom dia.

Invocando a proteção de Deus, declaro encerrada esta Sessão Solene.

Convido a todos para um coquetel que será servido no Salão Nobre desta Assembleia Legislativa. Bom dia a todos.

**(Encerra-se esta Sessão Solene
às 10 horas e 23 minutos)**